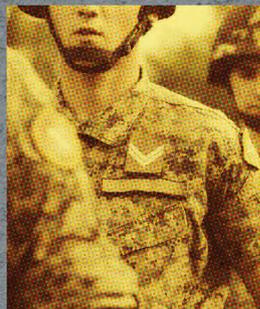


# UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO

## a construção da cenografia e do ethos em apoio ao regime militar



s momentos mais marcantes da história de nosso país, sem-se, sem dúvidas, os "anos de chumbo", período que, como é conhecido por conta de o país haver sido dominado pelas Forças Armadas, que não mediram esforços para obter o controle total da nação. Como nos diz Louis Althusser (1980), há nos dois tipos de mecanismos de poder utilizados pelos regimes autoritários, os repressivos e os ideológicos. Por isso, além de serem utilizados a força, os militares, juntamente com seus aliados, utilizaram também a ideologia para se manter no poder. A ideologia se materializa de diversas formas, dentre elas, através da imprensa. Assim, podemos afirmar que, durante a Ditadura Militar em nosso país, o conflito não se limitou ao embate bélico entre os militares e os civis, mas também ao embate ideológico entre os discursos (ambos do discurso). Por conta disso, neste livro, intitulado "Uma Análise do Discurso Jornalístico: a construção da cenografia e do ethos em apoio ao Regime Militar", tomamos como aporte teórico a "Análise do Discurso" de Orientação Foucaultiana, que tem Michel Pêcheux como seu precursor. Ela é a língua enquanto materialidade discursiva e defende a atribuição de sentidos se dá através de uma relação de discursos intra e interdiscursivos. Tomamos ainda como base para nosso trabalho alguns postulados estabelecidos por Michel Pêcheux, principalmente suas abordagens sobre a cenografia e o ethos discursivo. Tais conceitos nos permitem analisar como são construídas tanto as cenas cenográficas quanto a imagem do sujeito discursivo. Para Michel Pêcheux, o texto escrito, mesmo aqueles que negam, possibilita a construção de um fator discursivo, de um ser possuidor de um determinado caráter e de um corpo, ou seja, todo texto constrói uma imagem de seu enunciador discursivo. É importante notar que não falamos aqui da imagem do ser real do autor do texto, mas, sim, do seu fator discursivo. Uma vez que os discursos poderão ser completamente diferentes um do outro, dependendo do conceito de ethos discursivo, poderemos analisar quaisquer textos, buscando perceber, através deles, a imagem que é atribuída ao seu fador, a partir do discurso. Portanto, a cenografia e o ethos discursivo estarão mais

Será justamente com base nesse crédito dado a ele que o coenunciador "institui" um ethos discursivo positivo, identificando-se com o seu discurso. Esse ethos será gerado a partir da apresentação

Ho não há que o discurso jornalístico, lega a si mesmo a "responsabilidade" com a "verdade" e se também, a dever de denunciar as mazelas sociopolíticas e sempre defender os interesses da população. Contudo, curis ide

Sendo assim, neste trabalho, temos como principal objetivo analisar as discursividades em torno do Regime Militar em A Tarde, no mês de abril de 1964 e, a partir disso, perceber como se instauram a cenografia e o ethos discursivo. O trabalho escolhido, o primeiro mês da Ditadura Militar em Salvador, justifica-se por ser um momento de forte embate ideológico, as formações ideológicas então vigentes; quando a ideologia de grupo que assumira o poder precisava ser difundida de forma eficiente. Os corpora, constituídos a partir de matérias publicadas em A Tarde, são justificados por esse ser o principal veículo de circulação em massa, no período, no Nordeste. Portanto, alcançar nosso principal objetivo, buscamos em nosso trabalho analisar algumas questões, tais como: 1 - A presença e a construção do ethos discursivo, a fim de compreender qual a imagem o jornal apresentava de si mesmo, a partir de seu discurso. Como o jornal A Tarde utilizou a cenografia em suas matérias durante a Ditadura Militar (no período avaliado); 2 - Quais os efeitos o jornal acabou validando, a partir da apresentação do ethos discursivo e da cenografia. Porém, antes de iniciarmos a pesquisa, constituímos como hipótese de trabalho o ethos discursivo e a cenografia do jornal A Tarde, do mês de abril de 1964, na cidade de Salvador, foram construídos de uma formação discursiva que favorecia os ideais do Regime Militar. Além disso, seu dizer contribuiu para a legitimação das ideologias hegemônicas, favorecendo e difundindo as práticas ideológicas/discursivas do Regime Militar; e que o jornal utilizou de cenografias validadas, o que colaborou para a construção de uma boa imagem de si diante do público leitor, identificava com uma formação ideológica e discursiva semelhante à do jornal. Para a realização do trabalho, tomamos como ponto de partida, a releitura e o fichamento dos principais textos que nortearam a pesquisa. A partir daí, procedemos à seleção dos jornais A Tarde, edições de abril de 1964, com o objetivo de rastrear as principais matérias relacionadas ao Regime Militar. Após essa etapa, selecionamos cinco artigos do mês de abril do jornal, referentes ao tema estudado, com prioridade aqueles que estavam mais destacados ou

# UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO

## a construção da cenografia e do ethos em apoio ao regime militar



os momentos mais marcantes da história de nosso país, sem-se, sem dúvidas, os "anos de chumbo", período que ficou conhecido por conta de o país haver sido dominado pelas Forças Armadas, que não mediram esforços para obter o controle total da nação. Como nos diz Louis Althusser (1980), há dois tipos de mecanismos de poder utilizados pelos regimes autoritários: os repressivos e os ideológicos. Por isso, além de controlar a força, os militares, juntamente com seus aliados, também a ideologia para se manter no poder. A ideologia se materializa de diversas formas, dentre elas, através da imprensa. Assim, podemos afirmar que, durante a Ditadura Militar em nosso país, o conflito não se limitou ao embate bélico (combos das armas), mas também ao embate ideológico (combos do discurso). Por conta disso, neste livro, intitulado "Uma Análise do Discurso Jornalístico: a construção da cenografia e do ethos em apoio ao Regime Militar", tomamos como base teórica a Análise do Discurso, de Orientação Gramsciana, que tem Michel Pêcheux como seu precursor. Ela é a língua enquanto materialidade discursiva e defende a atribuição de sentidos se dá através de uma relação de discursos intra e interdiscursivos. Tomamos ainda como base para nosso trabalho alguns postulados estabelecidos por Maingueneau, principalmente suas abordagens sobre a cenografia e o ethos discursivo. Tais conceitos nos permitem entender como são construídas tanto as cenas cenográficas quanto a imagem do sujeito discursivo. Para Maingueneau, o texto escrito, mesmo aqueles que negam, possibilita o alargamento de um fator discursivo, de um ser possuidor de determinado caráter e de um corpo, ou seja, todo texto constrói uma imagem de seu enunciador discursivo. É importante notar que não falamos aqui da imagem do ser real, do autor do texto, mas, sim, do seu fator discursivo, uma vez que os poderes serão completamente diferentes um do outro, partindo do conceito de ethos discursivo, poderemos analisar quaisquer textos, buscando perceber, através deles, a imagem é atribuída ao seu fator, a partir do discurso, de a cenografia e o ethos discursivo estarão mais

Será justamente com base nesse crédito dado a ele, o "enunciador" que, através de um ethos discursivo por ele construído, identificando-se com a realidade, denunciando as mazelas sociais e sempre defendendo os interesses da população. Contudo, quais ide



| São Paulo | 2020 |

Sendo assim, neste trabalho, temos como principal objetivo analisar as discursividades em torno do Regime Militar em A Tarde, no mês de abril de 1964 e, a partir disso, perceber como se instituíram a cenografia e o ethos discursivo. O período escolhido, o primeiro mês da Ditadura Militar em Salvador, justifica-se por ser um momento de forte embate ideológico, com as formações ideológicas então vigentes: quando a ideologia do grupo que assumia o poder precisava ser difundida de forma eficiente. Os corpora, constituídos a partir de matérias publicadas em A Tarde, são justificados por esse ser o principal veículo de circulação em massa, no período, no Nordeste. Portanto, para alcançar nosso principal objetivo, buscamos em nosso trabalho analisar algumas questões, tais como: 1 - A presença e a construção do ethos discursivo, a fim de compreender qual a imagem o jornal apresentava de si mesmo, a partir de seu discurso. Como o jornal A Tarde utilizou a cenografia em suas matérias durante a Ditadura Militar (no período avaliado); 3 - Quais os usos o jornal acabou validando, a partir da apresentação do ethos discursivo e da cenografia. Porém, antes de iniciarmos a pesquisa, constituímos como hipótese de trabalho o ethos discursivo e a cenografia do jornal A Tarde, de abril de 1964, na cidade de Salvador, foram construídos a partir de uma formação discursiva que favorecia os ideais do Regime Militar. Além disso, seu dizer contribuiu para a legitimação das ideologias hegemônicas, favorecendo e difundindo as ideias ideológicas/discursivas do Regime Militar; e que o jornal, ao utilizar de cenografias validadas, o que colaborou para a construção de uma boa imagem de si diante do público, identificava com uma formação ideológica e discursiva semelhante à do jornal. Para a realização do trabalho, tomamos como ponto de partida, a releitura e fomento dos pressupostos teóricos que nortearam a pesquisa. A partir daí, procedemos à seleção dos jornais A Tarde, edições de abril de 1964, com o objetivo de rastrear as principais matérias relacionadas ao Regime Militar. Após essa etapa, selecionamos cinco artigos do mês de abril do jornal, referentes ao tema estudado, com a prioridade às aquelas que estavam mais destacadas ou

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2020 o autor.

Copyright da edição © 2020 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pela autora para esta obra. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade da autora, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

### Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela

*Universidade Católica do Paraná, Brasil*

Alaim Souza Neto

*Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil*

Alessandra Regina Müller Germani

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Alexandre Antonio Timbano

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Alexandre Silva Santos Filho

*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Aline Daiane Nunes Mascarenhas

*Universidade Estadual da Bahia, Brasil*

Aline Pires de Moraes

*Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil*

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Ana Carolina Machado Ferrari

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Andre Luiz Alvarenga de Souza

*Emill Brunner World University, Estados Unidos*

Andreza Regina Lopes da Silva

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

*Universidade Católica de Pernambuco, Brasil*

Arthur Vianna Ferreira

*Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Bárbara Amaral da Silva

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Beatriz Braga Bezerra

*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Bernadette Beber

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Breno de Oliveira Ferreira

*Universidade Federal do Amazonas, Brasil*

Carla Wanessa Caffagni

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Carlos Adriano Martins

*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Caroline Chioquetta Lorenset

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Cláudia Samuel Kessler

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Daniel Nascimento e Silva

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Daniela Susana Segre Guertzenstein

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Delton Aparecido Felipe

*Universidade Estadual de Maringá, Brasil*

Dorama de Miranda Carvalho

*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Doris Roncarelli

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Elena Maria Mallmann

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Emanoel Cesar Pires Assis

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Erika Viviane Costa Vieira

*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*

Everly Pegoraro

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Fábio Santos de Andrade

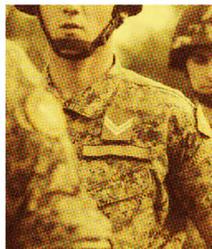
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Fauston Negreiros

*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

*Universidade Federal da Bahia, Brasil*



Fernando Barcellos Razuck  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Francisca de Assiz Carvalho  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Gabrielle da Silva Forster  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Gelson Santana Penha  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Guilherme do Val Toledo Prado  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Hebert Elias Lobo Sosa  
*Universidad de Los Andes, Venezuela*

Helciclever Barros da Silva Vitoriano  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Helen de Oliveira Faria  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Heloisa Candello  
*IBM e University of Brighton, Inglaterra*

Heloisa Juncklaus Preis Moraes  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Ismael Montero Fernández,  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Jeronimo Becker Flores  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Jorge Eschriqui Vieira Pinto  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia  
*Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Joselia Maria Santos José Neves  
*University of Roehampton, Inglaterra*

Josué Antunes de Macêdo  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Júlia Carolina da Costa Santos  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Juliana de Oliveira Vicentini  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Julia Lourenço Costa  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Julierme Sebastião Moraes Souza  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Karla Christine Araújo Souza  
*Pontifícia Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Laínel Vieira da Silva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Leandro Fabricio Campelo  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Leonardo Pinheiro Mozdzenski  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Lidia Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Luan Gomes dos Santos de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Luciano Carlos Mendes Freitas Filho  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Lucila Romano Tragtenberg  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Lucimara Rett  
*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*

Lucio Keury Galdino  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*

Marceli Cherchiglia Aquino  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Marcia Raika Silva Lima  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Marcos Uzel Pereira da Silva  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Marcus Fernando da Silva Praxedes  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Margareth de Souza Freitas Thomopoulos  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Maria Angelica Penatti Pipitone  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Maria Cristina Giorgi  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Maria de Fátima Scaffo  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Maria Isabel Imbronito  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Maria Luzia da Silva Santana  
*Universidade Católica de Brasília, Brasil*

Maria Sandra Montenegro Silva Leão  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Marília Matos Gonçalves  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Michele Marcelo Silva Bortolai  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Midierson Maia  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Miguel Rodrigues Netto  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Nara Oliveira Salles  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*



Neli Maria Mengalli  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Patrícia Biegging  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Patrícia Helena dos Santos Carneiro  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Patrícia Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Patricia Mara de Carvalho Costa Leite  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Paulo Augusto Tamanini  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Priscilla Stuart da Silva  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Radamés Mesquita Rogério  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*

Ramofly Bicalho Dos Santos  
*Universidade de Campinas, Brasil*

Ramon Taniguchi Pretti Brandao  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Rarielle Rodrigues Lima  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Raul Inácio Busarello  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Renatto Cesar Marcondes  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Ricardo Luiz de Bittencourt  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Rita Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Robson Teles Gomes  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Rodiney Marcelo Braga dos Santos  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Rodrigo Amancio de Assis  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Rodrigo Sarruge Molina  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Rosane de Fatima Antunes Obregon  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Sebastião Silva Soares  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Simone Alves de Carvalho  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Stela Maris Vaucher Farias  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Tadeu João Ribeiro Baptista  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Tania Micheline Miorando  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tarcísio Vanzin  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Thayane Silva Campos  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Thiago Barbosa Soares  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Thiago Camargo Iwamoto  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Thyana Farias Galvão  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Valdir Lamim Guedes Junior  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Valeska Maria Fortes de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Vania Ribas Ulbricht  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Wagner Corsino Enedino  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Wanderson Souza Rabello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Washington Sales do Monte  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Wellington Furtado Ramos  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

## PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

### Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

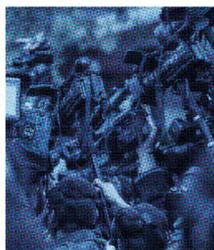
Adilson Cristiano Habowski  
*Universidade La Salle - Canoas, Brasil*

Adriana Flavia Neu  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Aguiاريو Pimentel Silva  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Alessandra Dale Giacomini Terra  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Alessandra Figueiró Thornton  
*Universidade Luterana do Brasil, Brasil*



Alessandro Pinto Ribeiro  
*Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Alexandre João Appio  
*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Aline Corso  
*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Aline Marques Marino  
*Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil*

Aline Patrícia Campos de Tolentino Lima  
*Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil*

Ana Cristina Rosado França Tesserolli  
*Fundação Cesgranrio, Brasil*

Ana Emídia Sousa Rocha  
*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Ana Iara Silva Deus  
*Universidade de Passo Fundo, Brasil*

Ana Julia Bonzanini Bernardi  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

André Gobbo  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Andressa Antonio de Oliveira  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Andressa Wiebusch  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Angela Maria Farah  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Anísio Batista Pereira  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Anne Karynne da Silva Barbosa  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Antônia de Jesus Alves dos Santos  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Antonio Edson Alves da Silva  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Ariane Maria Peronio Maria Fortes  
*Universidade de Passo Fundo, Brasil*

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior  
*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Bianca Gabrieli Ferreira Silva  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Bianka de Abreu Severo  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos  
*Universidade do Vale do Itajaí, Brasil*

Bruna Donato Reche  
*Universidade Estadual de Londrina, Brasil*

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Camila Amaral Pereira  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Carlos Eduardo Damian Leite  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Carlos Jordan Lapa Alves  
*Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Carolina Fontana da Silva  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Carolina Fragoço Gonçalves  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Cássio Michel dos Santos Camargo  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil*

Cecília Machado Henriques  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Cíntia Morales Camillo  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Claudia Dourado de Salces  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Cleonice de Fátima Martins  
*Universidade Federal de Ponta Grossa, Brasil*

Cristiane Silva Fontes  
*Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, Brasil*

Cristiano das Neves Vilela  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Daniele Cristine Rodrigues  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Daniella de Jesus Lima  
*Universidade Tiradentes, Brasil*

Dayara Rosa Silva Vieira  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Dayse Rodrigues dos Santos  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Dayse Sampaio Lopes Borges  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Deborah Cattani Gerson  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*

Diego Pizarro  
*Instituto Federal de Brasília, Brasil*

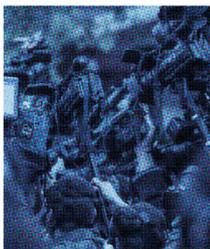
Diogo Luiz Lima Augusto  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil*

Ederson Silveira  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Elaine Santana de Souza  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Eleonora das Neves Simões  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Elias Theodoro Mateus  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*



Elisiane Borges Leal  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Elizabete de Paula Pacheco  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Elizânia Sousa do Nascimento  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Elton Simomukay  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Elvira Rodrigues de Santana  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Emanuella Silveira Vasconcelos  
*Universidade Estadual de Roraima, Brasil*

Érika Catarina de Melo Alves  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Everton Boff  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Fabiana Aparecida Vilaça  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Fabiano Antonio Melo  
*Universidade Nova de Lisboa, Portugal*

Fabricia Lopes Pinheiro  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Fabício Nascimento da Cruz  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Francisco Geová Goveia Silva Júnior  
*Universidade Potiguar, Brasil*

Francisco Isaac Dantas de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Gabriella Eldereti Machado  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Gean Breda Queiros  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Germano Ehlerth Pollnow  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*

Gislene dos Santos Sala  
*Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil*

Glauco Martins da Silva Bandeira  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Graciele Martins Lourenço  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Gracy Cristina Astolpho Duarte  
*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Gustavo Cossio  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Handerson Leylton Costa Damasceno  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Heliton Diego Lau  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Hendy Barbosa Santos  
*Faculdade de Artes do Paraná, Brasil*

Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo  
*Fundação Oswaldo Cruz, Brasil*

Iara Belink Hell  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges  
*Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Brasil*

Inara Antunes Vieira Willerding  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Indiamaris Pereira  
*Universidade do Vale do Itajaí, Brasil*

Irajá Pinto Gonçalves  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Ivan Barreto  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Jacqueline de Castro Rimá  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Jeane Carla Oliveira de Melo  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Jeferson Barbosa de Freitas  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Jefferson Virgilio  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

João Eudes Portela de Sousa  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*

João Henriques de Sousa Junior  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Jocimara Rodrigues de Sousa  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Joelson Alves Onofre  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Jonathan Fernandes de Aguiar  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Josiane Müller  
*Universidade de Passo Fundo, Brasil*

Juliana da Silva Paiva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

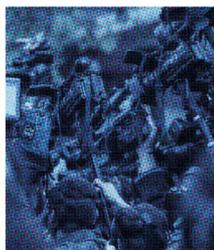
Junior César Ferreira de Castro  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Juscelino Alves de Oliveira  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Karyn Meyer  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Katia Bruginiski Mulik  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*

Lais Braga Costa  
*Universidade de Cruz Alta, Brasil*



Layane Campos Soares  
*Universidade Federal dos Vales  
do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*

Leia Mayer Eyng  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Leila Alves Vargas  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Leonardo de Andrade Carneiro  
*Universidade Federal do Tocantins, Brasil*

Leonardo Magalde Ferreira  
*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*

Ligia de Assis Monteiro Fontana  
*Universidade Aberta de Lisboa, Portugal*

Lílian Soares Alves Branco  
*Universidade La Salle, Brasil*

Lincon Fricks Hernandes  
*Escola Superior de Ciências da Santa Casa  
de Misericórdia de Vitória, Brasil*

Litiéli Wollmann Schutz  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Loiva Saete Vogt  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Marcelo Chaves Soares  
*Faculdade São Mateus, Brasil*

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho  
*Universidade Católica de Brasília, Brasil*

Marcio Bernardino Sirino  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Marco Antonio Moreira de Oliveira  
*Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil*

Marcos dos Reis Batista  
*Universidade Federal do Pará, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Maria Letícia Macêdo Bezerra  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Mariana do Carmo Marola Marques  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Mariana Pinkoski de Souza Centro  
*Universitário Metodista, Brasil*

Mariane Souza Melo de Liz  
*Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil*

Marina Bezerra da Silva  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Marina Tedesco  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Marlise Paim Braga Noebauer  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Michele de Oliveira Sampaio  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Miriam Leite Farias  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Miryam Cruz Debiasi  
*Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil*

Mozarth Dias de Almeida Miranda  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Natália de Borba Pugens  
*Universidade La Salle, Brasil*

Natasha Moraes de Albuquerque  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Nathalia Martins de Mello  
*Trinity Laban University, Inglaterra*

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa  
*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*

Pamela da Silva Rosin  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Patrícia Flavia Mota  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Paulo Alexandre Filho  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Paulo Roberto Barros Gomes  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Pollyanna Araújo Carvalho  
*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Rafaela de Araujo Sampaio Lima  
*Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Amazonas, Brasil*

Raick de Jesus Souza  
*Fundação Oswaldo Cruz, Brasil*

Railson Pereira Souza  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Raissa Pereira Baptista  
*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil*

Ricardo Moura Marques  
*Colégio Pedro II, Brasil*

Rita de Cassia Almeida Silva  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

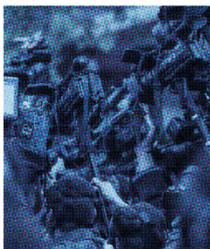
Roberta Rodrigues Ponciano  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Robson Santos da Silva  
*Universidade Federal do Amazonas, Brasil*

Rodrigo da Paixão Pacheco  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Rogério Rauber  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Rosângela Colares Lavand  
*Universidade Federal do Pará, Brasil*



Samara Castro da Silva  
*Universidade Federal do Amazonas, Brasil*

Samuel André Pompeo  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Sandra de Fátima Kalinoski  
*Universidade Regional Integrada  
do Alto Uruguai e das Missões, Brasil*

Silvana de Cássia Martinski  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*

Silvana Viana Andrade  
*Universidade Federal de Rondônia, Brasil*

Simone Pinheiro Achre  
*Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil*

Simoni Urnau Bonfiglio  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Suamy Emanuele Trindade dos Santos  
*Fundação Universitária Iberoamericana, Brasil*

Tayson Ribeiro Teles  
*Universidade Federal do Acre, Brasil*

Thais Karina Souza do Nascimento  
*Instituto De Ciências das Artes, Brasil*

Valdemar Valente Júnior  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Viviane Gil da Silva Oliveira  
*Universidade Federal do Amazonas, Brasil*

Viviane Martins Vital Ferraz  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Walkyria Chagas da Silva Santos  
*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil*

Wallace da Silva Mello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Wellton da Silva de Fátima  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Weyber Rodrigues de Souza  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Wilder Kleber Fernandes de Santana  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Yan Masetto Nicolai  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Diretor de sistemas	Marcelo Eyng
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Editoração eletrônica	Ligia Andrade Machado
Imagens da capa	rawpixel.com; Y_Seleznev; Zurijeta; Ton-Weerayutphotographer; / Freepik
Editora executiva	Patricia Biegging
Assistente editorial	Peter Valmorbida
Revisão	O autor
Autor	Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O483u Oliveira Júnior, Asterlindo Bandeira de -  
Uma análise do discurso jornalístico: a construção  
da cenografia e do ethos em apoio ao regime militar.  
Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior, São Paulo:  
Pimenta Cultural, 2020. 205p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-88285-33-6 (eBook)

978-65-88285-32-9 (brochura)

1. Análise do discurso. 2. Jornalismo. 3. Ethos.  
4. Regime Militar. 5. Cenografia. I. Oliveira Júnior, Asterlindo  
Bandeira de. II. Título.

CDU: 304

CDD: 304

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.336

**PIMENTA CULTURAL**

São Paulo - SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 0



## AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este não pode ser feito dependendo apenas dos próprios méritos. Desse modo, precisamos reconhecer o apoio de muitos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para sua realização. Como afirmou Isaac Newton, só podemos ver mais longe porque nos apoiamos nos ombros de gigantes. Assim, agradeço aos gigantes que me ajudaram, direta ou indiretamente, na realização deste trabalho. Muito obrigado:

a Deus – Por ter-me criado e conduzido a minha vida até aqui. Foram muitas bênçãos recebidas. Sem Ele não sei o que seria de mim;

à minha mãe, Clara Angélica – Por me ajudar, acreditar e torcer por mim;

à minha esposa, Daniela Oliveira – Pelo apoio e pela paciência em ficar sozinha algumas vezes por conta dos meus estudos e pesquisas;

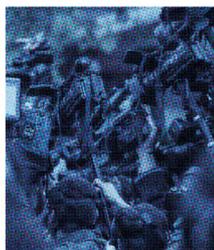
ao meu orientador Dr. Elmo Santos – Pela orientação, pelo carinho e por todo suporte me dado durante a pesquisa;

à professora Dr<sup>a</sup>. Iraneide por me coorientar – Saiba que realmente a senhora foi uma bênção de Deus na minha vida acadêmica, auxiliando-me sempre que possível;

ao professor Dr. Gilberto Sobral – Que talvez não saiba, mas me ajudou muito, tanto na UNEB, quando eu ainda era aluno especial de Mestrado, quanto na UFBA, já como aluno regular. Realmente seu auxílio e suas palavras de apoio e ânimo me ajudaram bastante.

aos colegas por todo apoio, indicações de livros, sugestões, ensinamentos, paciência, motivação e muito mais.

Enfim, agradeço a todos os amigos e irmãos que, de alguma forma, contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta obra.





Todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma vocalidade que pode se manifestar numa multiplicidade de tons, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um fiador construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação.

(MAINGUENEAU, 2011, p. 17-18)

## SUMÁRIO

Prefácio .....	15
Lista de siglas .....	17
Introdução .....	18
CAPÍTULO 1	
<b>Considerações sobre a análise do discurso de orientação materialista .....</b>	<b>24</b>
1.1 Bases epistemológicas da análise do discurso de orientação materialista .....	25
1.2 O discurso na análise do discurso de orientação materialista .....	34
1.3 Formação ideológica e formação discursiva na análise do discurso de orientação materialista .....	40
1.4 Condições de produção na análise do discurso de orientação materialista .....	45
CAPÍTULO 2	
<b>Considerações sobre cenografia e <i>ethos</i> .....</b>	<b>54</b>
2.1 Cenas enunciativas .....	55
2.2 O <i>ethos</i> discursivo .....	64
2.2.1 Posicionamentos – diferentes concepções e características .....	64
2.2.2 Fiaador e incorporação .....	82



CAPÍTULO 3

**Questões sobre gêneros..... 88**

3.1 Gêneros jornalísticos ..... 102

CAPÍTULO 4

**Considerações sobre a ditadura e a imprensa..... 109**

4.1 Condições de produção na Ditadura Militar ..... 110

4.2 O jornal como materialidade discursiva: breve histórico da imprensa no Brasil ..... 119

4.3 A imprensa e a instauração da Ditadura Militar ..... 126

4.3.1 O jornal *A Tarde* e a Ditadura Militar ..... 130

CAPÍTULO 5

**Aspectos metodológicos e análise do corpus ..... 135**

5.1 Pressupostos metodológicos ..... 136

5.1.1 O *corpus* da pesquisa – coleta e delimitação ..... 137

5.1.2 Procedimentos e técnicas de análise ..... 141

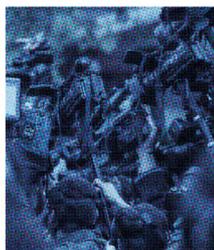
5.2 Análise do *corpus* ..... 144

5.2.1 Pontos em comum ..... 144

5.2.2 Análise da matéria de capa do jornal *A Tarde* – Dia 03 de abril 1964 – Um governo estável e seguro ..... 147

5.2.3 Análise da matéria de capa do jornal *A Tarde* - Dia 08 de abril de 1964 – Um governo legítimo e puro ..... 154

5.2.4 Análise da matéria de capa do jornal *A Tarde* - Dia 16 de abril de 1964 – Celebração ufanista ..... 164



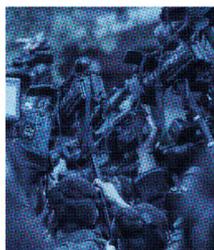
5.2.5 Análise da matéria de capa do jornal <i>A Tarde</i> – Dia 22 de abril de 1964 – Pronunciamento presidencial.....	176
5.2.6 Análise da matéria de capa do jornal <i>A Tarde</i> – Dia 30 de abril de 1964 – Entrevista com o presidente.....	184

<b>Considerações finais.....</b>	<b>193</b>
----------------------------------	------------

<b>Referências.....</b>	<b>197</b>
-------------------------	------------

<b>Sobre o autor.....</b>	<b>202</b>
---------------------------	------------

<b>Índice remissivo.....</b>	<b>203</b>
------------------------------	------------



## PREFÁCIO

A Análise do Discurso de Orientação Materialista, tendo como seu principal representante o filósofo Michel Pêcheux, trouxe importantes contribuições para os estudos da linguagem, principalmente no que se refere às questões relacionadas à significação. Apropriando-se de releituras dos principais conceitos da época (1960), ela conseguiu trazer uma nova perspectiva para a Linguística. Será a partir desse pressuposto teórico e da perspectiva de Dominique Maingueneau, sobretudo suas abordagens sobre *ethos* discursivo e cenografia, que realizamos, neste trabalho, a análise de matérias do Jornal *A Tarde* do mês de maio de 1964, momento de eclosão da Ditadura Militar, quando os ideais de democracia e nacionalismo estavam sendo difundidos e os valores comunistas eram duramente criticados. Cientes de que o jornal se posicionava a favor da Ditadura, analisamos aqui como ele formou sua própria imagem a partir da construção cenográfica. Os *corpora* selecionados justificam-se pelo fato de o referido jornal estar entre os principais veículos de comunicação em massa do período.

Importante destacar que nossa pesquisa não visa defender nenhum dos lados da questão, pretendemos apenas demonstrar o funcionamento discursivo e os processos de construção da cenografia e do *ethos*, percebendo como esses conceitos contribuem para a construção de uma boa imagem do enunciador diante do seu interlocutor e como eles auxiliam na propagação de determinadas “verdades”. Assim, não é nossa intenção aqui tecer críticas ao jornal que tomamos como base para a pesquisa, ao comunismo, nem mesmo à Ditadura Militar, uma vez que entendemos que a imagem (positiva ou negativa) que se terá deles dependerá da assunção de uma determinada posição ideológica e discursiva. A partir das análises, pudemos concluir que o jornal *A Tarde*, apoiado em cenografias validadas, produziu um



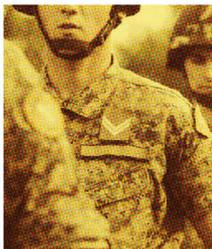
s u m á r i o

*ethos* efetivo positivo diante do seu coenunciador pertencente a uma formação discursiva de direita capitalista. Notamos ainda que seu discurso (pelo menos no período analisado) corroborava com a crítica aos movimentos comunistas, ao passo que favorecia a implantação e os ideais do Regime Militar.

Pensamos que esta obra poderá contribuir para a discussão de diversas questões, tais como: o mito da imparcialidade da mídia jornalística, as formas de manipulação ideológica, os métodos de controle e dominação, a importância da cenografia e do *ethos* na conquista da adesão, a relevância da Análise do Discurso enquanto modelo teórico, dentre outras. Por isso, pessoas de diversas áreas do conhecimento podem encontrar neste trabalho algo que contribua para seu crescimento intelectual.

**Palavras-chave:**

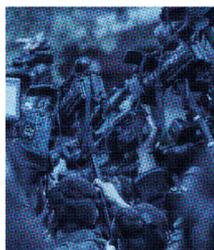
*Ethos*; Cenografia; Análise do Discurso de Orientação Materialista; Jornalismo.



s u m á r i o

## LISTA DE SIGLAS

- AD – Análise do Discurso
- ADM – Análise do Discurso de Orientação Materialista
- EUA – Estados Unidos da América
- URSS – União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas
- FD – Formação Discursiva
- FI – Formação Ideológica
- CP – Condições de Produção



s u m á r i o

## INTRODUÇÃO

Dentre os momentos mais marcantes da história de nosso país, encontram-se, sem dúvidas, os “anos de chumbo”<sup>1</sup>, período que ficou assim conhecido por conta de o país haver sido dominado pelas Forças Armadas, que não mediram esforços para obter o controle total da nação. Como nos diz Louis Althusser (1980), há pelo menos dois tipos de mecanismos de poder utilizados pelo Estado: os repressivos e os ideológicos. Por isso, além de utilizarem a força, os militares, juntamente com seus aliados, utilizaram também a ideologia para se manter no poder. A ideologia se materializa de diversas formas, dentre elas, através da linguagem. Assim, podemos afirmar que, durante a Ditadura Militar em nosso país, o conflito não se limitou ao embate bélico (aos chumbos das armas), mas também ao embate ideológico (aos chumbos do discurso).

Por conta disso, neste livro, intitulado: *Uma Análise do Discurso Jornalístico: a construção da cenografia e do ethos em apoio ao Regime Militar*, tomamos como aporte teórico a Análise do Discurso de Orientação Materialista, que tem Michel Pêcheux como seu precursor. Ela concebe a língua enquanto materialidade discursiva e defende que a atribuição de sentidos se dá através de uma relação de elementos intra e interdiscursivos. Tomamos ainda como base teórica para nosso trabalho alguns postulados estabelecidos por Dominique Maingueneau, principalmente suas abordagens sobre cenografia e *ethos* discursivo. Tais conceitos nos permitem verificar como são construídas tanto as cenas cenográficas quanto a imagem do sujeito discursivo.

1 A expressão é utilizada por alguns estudiosos no Brasil para designar o período mais repressivo da Ditadura Militar, sobretudo o do governo Médici, contudo, muitos historiadores também o utilizam para fazer referência a todo o período da Ditadura. É nesse segundo caso que o empregamos nesta obra, embora nossa pesquisa esteja focada num determinado período.

s u m á r i o

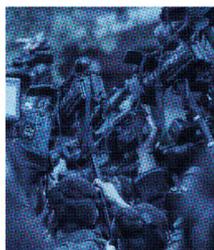
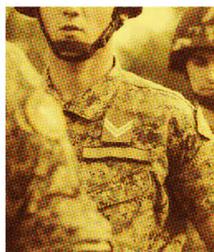


Para Maingueneau (2011), todo texto escrito, mesmo aqueles que negam, possibilitam o surgimento de um fiador discursivo, de um ser possuidor de um determinado caráter e de um corpo, ou seja, todo texto revela a imagem de seu enunciador discursivo. É importante observar que não falamos aqui da imagem do ser real, do autor empírico do texto, mas, sim, do seu fiador discursivo, uma vez que ambos poderão ser completamente diferentes um do outro. Assim, partindo do conceito de *ethos* discursivo, poderemos analisar quaisquer textos, buscando perceber, através deles, qual imagem é atribuída ao seu fiador, a partir do discurso.

Apesar de a cenografia e o *ethos* discursivo estarem mais evidentes nos gêneros publicitários, que deles se utilizam amplamente com a finalidade de se identificarem com seu coenunciador, eles também poderão ser percebidos nos gêneros jornalísticos. O jornalismo, apesar de atribuir a si mesmo um caráter imparcial, possibilita um recrudescimento da ordem estabelecida, servindo para reafirmar ideologias hegemônicas. Isso ocorre porque, como todo sujeito, o sujeito do discurso jornalístico também enuncia a partir de uma determinada tomada de posição ideológica e discursiva. Porém, sua aparente neutralidade e compromisso com os “*fatos*” dará a ele um *status* privilegiado, visto ser aceito pelo coenunciador como o portavoza da “*verdade*”. Desse modo, geralmente passará despercebido seu caráter parcial, sobretudo entre aqueles que se identificarem com a mesma formação discursiva assumida pelo jornal.

Será justamente com base nesse crédito dado a ele que o coenunciador lhe atribuirá um *ethos discursivo* positivo, identificando-se com o seu discurso. Esse *ethos* será gerado a partir da apresentação de uma *cenografia* e terá como suporte os estereótipos validados.

A criação de uma cenografia adequada e um *ethos* positivo contribuirá para que os textos jornalísticos se constituam em importantes mecanismos de propagação ideológica. Isso será



## s u m á r i o

possível tanto pelo seu poder de divulgação, por se constituir em registro material, quanto por seu grau de legitimidade, pois como dizem: “vale é o que está escrito”.

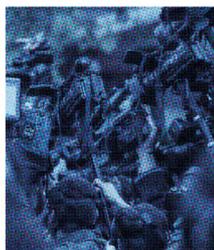
Há muito que o discurso jornalístico lega a si mesmo a responsabilidade com a “verdade”, atribuindo-se também o dever de denunciar as mazelas sociopolíticas e sempre defender os interesses da população. Contudo, quais ideologias o discurso jornalístico realmente defende? Qual posição assumiu no início da Ditadura Militar em nosso país?

Para verificarmos essas questões, analisaremos matérias jornalísticas de capa, extraídas do jornal *A Tarde* no início da Ditadura Militar. As matérias jornalísticas foram escolhidas porque as julgamos as mais adequadas para tal verificação; tanto por conta de sua periodicidade diária, o que nos permite ter acesso a um *corpus* considerável, quanto porque nelas se pode perceber a constituição da *cenografia* e do *ethos*, que servem como importantes instrumentos de propagação ideológica, tornando o jornal um mecanismo de poder eficiente. Porém, como não temos condições de analisar todas as matérias do período nesta obra, selecionamos apenas algumas publicações do mês de abril de 1964.

Sendo assim, neste trabalho, temos como principal objetivo analisar as discursividades em torno do Regime Militar no jornal *A Tarde*, no mês de abril de 1964 e, a partir disso, perceber como aí se instauram a *cenografia* e o *ethos discursivo*.

O período escolhido, o primeiro mês da Ditadura Militar em Salvador, justifica-se por ser um momento de forte embate entre as formações ideológicas então vigentes; quando a ideologia do grupo que assumia o poder precisava ser difundida de maneira eficiente. Os *corpora*, constituídos a partir de matérias do jornal *A Tarde*, são justificados por esse ser o principal veículo escrito de circulação em massa, no período, no Nordeste.

## s u m á r i o



A fim de alcançar nosso principal objetivo, buscamos em nosso trabalho analisar algumas questões, tais como: 1 – A presença e a constituição do *ethos discursivo*, a fim de compreender qual imagem o jornal apresentava de si mesmo, a partir de seu discurso; 2 - Como o jornal *A Tarde* utilizou a cenografia em suas matérias, durante a Ditadura Militar (no período avaliado); 3 - Quais discursos o jornal acabou validando, a partir da apresentação do seu *ethos discursivo* e da cenografia.

Porém, antes mesmo de iniciar a pesquisa, constituímos como hipótese de trabalho que o *ethos discursivo* e a cenografia do jornal *A Tarde*, do mês de abril de 1964, na cidade de Salvador, foram construídos a partir de uma formação discursiva que favorecia os ideais do Regime. Além disso, seu dizer contribuiu para a legitimação de ideologias hegemônicas, favorecendo e difundindo as posições ideológico/discursivas do Regime Militar; e que o jornal se utilizou de cenografias validadas, o que colaborou com a construção de uma boa imagem de si diante do público que se identificava com uma formação ideológica e discursiva semelhante à do jornal.

Para a realização do trabalho, tomamos, como ponto de partida, a releitura e fichamento dos principais teóricos que nortearam a pesquisa. A partir daí, procedemos à seleção dos jornais *A Tarde*, edições de abril de 1964, com o objetivo de rastrear as principais matérias relacionadas ao Regime Militar. Após essa etapa, selecionamos cinco matérias do mês de abril do jornal, referentes ao tema estudado, dando prioridade àquelas que estavam mais destacadas ou evidentes ao público leitor, as de Capa. Feito isso, já com o recorte organizado, procedemos à análise de cada matéria.

Além da introdução, esta obra possui mais cinco capítulos. Desse modo, o trabalho está dividido da seguinte forma:

## s u m á r i o



No primeiro capítulo, intitulado “Considerações sobre a Análise do Discurso de Orientação Materialista”, apresentamos os princípios teóricos da Análise do Discurso de Orientação Materialista. Iniciamos expondo as condições de seu surgimento, bem como seus objetivos. A partir daí, fazemos uma análise de seus principais conceitos. Observamos, no entanto, que não apresentamos todos os conceitos da Análise do Discurso de Orientação Materialista, demos prioridade aqueles que estão mais diretamente ligados à nossa pesquisa. Esse capítulo nos permitiu expor as bases teóricas que integram este trabalho ao campo da Análise do Discurso de Orientação Materialista.

No segundo capítulo, intitulado “Considerações sobre Cenografia e *Ethos*”, continuamos a apresentação dos princípios teóricos que fundamentam nossa obra, explicitamos agora os conceitos de cenografia e *ethos* discursivo em Dominique Maingueneau. Iniciamos o capítulo expondo as cenas enunciativas, quais sejam: as cenas englobantes, genéricas e, finalmente, a cenografia. Posteriormente, quando tratamos sobre o *ethos*, apresentamos um breve desenvolvimento histórico do seu estudo, culminando com as abordagens atuais de Maingueneau. Apresentamos ainda as principais diferenças teóricas entre o *ethos* retórico e o *ethos* discursivo.

No terceiro capítulo “Questões sobre Gêneros”, discutimos algumas questões sobre gêneros discursivos, apresentando-os desde as classificações clássicas aos gêneros jornalísticos atuais.

Como os *corpora* do nosso trabalho são constituídos por matérias do jornal *A Tarde* do período da Ditadura Militar, no quarto capítulo “Considerações sobre a Ditadura e a Imprensa”, apresentamos as condições de produção existentes quando de sua publicação. Por isso, avaliamos todo o contexto social, político e ideológico que imperava naquele momento, inclusive as formações ideológicas que se conflitavam. Além disso, apresentamos um breve histórico da imprensa no Brasil, desde seu surgimento até a implantação do

## s u m á r i o



Regime Militar no país. Em seguida, mostramos a importância dessa mesma imprensa para a instauração do próprio Regime. Finalizamos o capítulo mostrando o surgimento e desenvolvimento do jornal *A Tarde* e seu posicionamento diante da Ditadura.

No quinto capítulo, “Aspectos Metodológicos e Análise do *Corpus*”, apresentamos a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. Descrevemos os nossos *corpora* e os mecanismos utilizados para coletá-los. Posteriormente, expomos quais foram os procedimentos usados para a realização da pesquisa, bem como as técnicas de análise. A partir daí, realizamos a análise propriamente dita. Por fim, expomos, nas “Considerações Finais”, os resultados obtidos a partir de todas as análises.

Importante destacar que esta obra é fruto de pesquisas realizadas durante o período do meu mestrado em Língua e Cultura, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), de 2013 a 2015. No período, tive como orientador o professor Elmo José dos Santos, doutor em Semiótica e Linguística Geral, pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-doutor pela Université Paris 2; e como coorientadora a professora Iraneide Santos Costa, doutora em Letras e Linguística, pela Universidade Federal da Bahia. A pesquisa foi aprovada pela banca e serviu (dentre muitas outras exigências) de requisito para que eu adquirisse meu título de Mestre. Fico feliz em poder compartilhar com outros as bases teóricas que fundamentaram a pesquisa, bem como seus resultados.

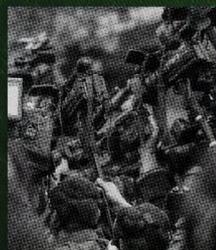
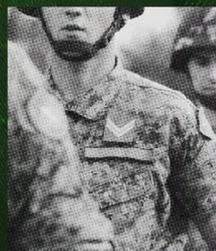
Espero que este trabalho contribua para os estudos em Análise do Discurso de Orientação Materialista e para as abordagens sobre a cenografia e o *ethos* discursivo. Desejo que estudantes de diversas áreas do conhecimento, tais como: Análise do Discurso, História, Jornalismo, Comunicação etc., encontrem nele algo que colabore com o seu crescimento acadêmico.

## s u m á r i o



# 1

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO DE ORIENTAÇÃO MATERIALISTA



## 1.1 BASES EPISTEMOLÓGICAS DA ANÁLISE DO DISCURSO DE ORIENTAÇÃO MATERIALISTA

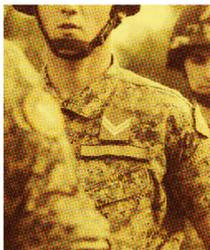
Os pressupostos da Análise do Discurso de Orientação Materialista (ou ADM) foram estabelecidos mediante um lento processo de reflexões e aperfeiçoamentos. Durante sua construção teórica, Michel Pêcheux, pai da ADM, apresentou diversas reformulações e deslocamentos, mostrando, assim, que a mesma estava aberta para sofrer questionamentos e modificações.

Segundo o próprio Pêcheux (1997d), podemos falar em três épocas da ADM: a AD-1, a AD-2 e a AD-3. Na primeira época, apresentada através do texto pecheutiano *Análise automática do discurso (AAD-69)*, predomina a exploração metodológica da noção de “maquinaria discursivo-estrutural”. Nessa época, Pêcheux desenvolveu uma estrutura formal de análise, capaz de avaliar os discursos de maneira objetiva, quase matemática. Esse modelo de análise partia de uma visão estável e homogeneizadora dos discursos. Por isso, nesse período, ele explorou discursos estabilizados e fechados, dando pouca atenção à polissemia e à heterogeneidade.

Por conta do engajamento político do pensador francês, nessa época, grande parte dos *corpora* analisados eram discursos de determinados partidos políticos. Para Pêcheux (1997d, p. 308):

O ponto de partida de uma AD-1 é um corpus fechado de sequências discursivas, selecionadas (o mais frequentemente pela vizinhança de uma palavra-chave que remete a um tema) num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas.

Tinha-se, desse modo, um método de análise fechado em si mesmo. Pressupondo condições de produção (ou CP) estáveis, analisavam-se discursos homogêneos. Porém, apesar de a posição



s u m á r i o

dessa época parecer simplória e retrógrada aos estudos discursivos atuais, alguns conceitos importantes já haviam sido instaurados, como os de CP, formação discursiva (ou FD) e sujeito. Esse último já visto como “servo”, assujeitado. Pêcheux (1997d, p. 309) descreveu essa “época” como sendo:

Um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. A existência do *outro* está, pois, subordinada ao primado do *mesmo*.

Essa postura metodológica foi se modificando e, na segunda época (AD-2), temos um procedimento de análise mais flexível, visto que o conceito de maquinaria discursiva fechada foi sendo questionado. Segundo Pêcheux (1997d, p. 309), esse deslocamento teórico resultou de “uma conversão (filosófica) do olhar pelo qual são as relações entre as ‘máquinas’ discursivas estruturais que se tornam objeto da AD”. Foi o conceito foucaultiano de formação discursiva um dos principais responsáveis pela mudança de foco de Pêcheux. Ele perceberá que a FD será constantemente invadida por elementos provenientes de outras FDs, havendo uma relação de troca constante entre elas. Desse modo, não se poderá pensar em um mecanismo de análise discursivo como um espaço estrutural homogêneo e fechado. Sendo assim, ele proporá um método de análise menos formal e mecânico.

Porém, segundo o próprio Pêcheux (1997d), a introdução da noção de interdiscurso, entendido como o exterior específico de uma formação discursiva, impedirá a abertura completa da maquinaria discursiva, conservando-se, assim, o seu fechamento. O interdiscurso atuará na FD com a função de construir um lugar de evidência discursivo, submetendo-a, então, à “lei da repetição estrutural fechada”. Desse modo, se pensará o sujeito ainda como assujeitado à maquinaria da formação discursiva com a qual se identifica. Do ponto de vista dos procedimentos, Pêcheux (1997d, p. 311) afirmará que essa época



## s u m á r i o

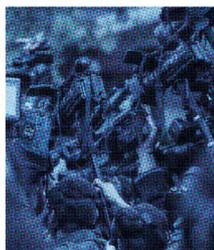
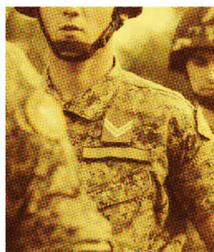
“[...] manifesta muito poucas inovações [...]”. Contudo, os *corpora* que serão analisados serão constituídos por discursos menos estabilizados e homogêneos que aqueles da primeira época.

Será somente na terceira época que o conceito de maquinaria discursiva estrutural entrará completamente em crise, pois prevalecerá o primado do *outro* sobre o *mesmo*. Será adotada a perspectiva segundo a qual o interdiscurso domina a formação discursiva. Para Mussalim (2012), essa nova postura teórica, frente ao objeto da ADM, irá impossibilitar a formação discursiva de se constituir em unidade de análise. Para ela (2012, p. 140), “O objeto de análise da Análise do discurso passa a ser o espaço de trocas entre formações discursivas, ou ainda, o interdiscurso”. Tal posicionamento causará uma desestabilização do antigo procedimento de análise, que ocorria por etapas e com ordem fixa, visto que as garantias sócio-históricas que se supunham nos procedimentos anteriores serão postas em xeque. Nessa época, ainda teremos um sujeito assujeitado à FD, mas apenas na medida em que ela está dominada pelo interdiscurso, ou seja, o sujeito será heterogêneo, se definindo a partir da relação “eu” / “Outro”. Esse “Outro”, pelo inconsciente, irá interpelar constantemente o “eu”, que demonstrará sua subordinação (dentre outras formas) através de sua atividade discursiva.

Essas três épocas da ADM se desenvolverão como resultado de amplas discussões, debates, teorizações e reformulações. Podemos afirmar que diversos pensadores contribuíram teoricamente (direta ou indiretamente) para o desenvolvimento da ADM, tais como Bakhtin, Spinoza, Nietzsche, Foucault, Harris, dentre outros. Contudo, aqueles que serviram de maneira mais acentuada para a construção das bases iniciais da teoria foram Ferdinand de Saussure, Karl Marx e Sigmund Freud.

Porém, seguindo o que disse em seu texto, *Reflexões Sobre a Situação Teórica das Ciências Sociais e, Especialmente, da Psicologia*

## s u m á r i o



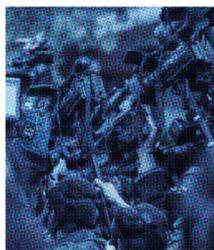
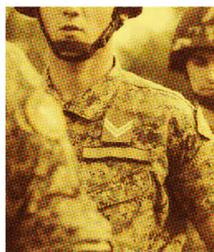
*Social*, escrito sob o pseudônimo de Thomaz Herbert, ao se aplicar o instrumento de uma ciência em outra, o mesmo deve ser reformulado, a fim de bem servir aos propósitos da ciência pretendida. Por isso, apesar de Pêcheux ter se servido de muitas outras teorias para instituir a ADM, engana-se quem pensa que ela é simplesmente o resultado dessa união; ao invés disso, ela se constitui um avanço frente a cada uma dessas teorias em particular e a todas elas em conjunto. Isso ocorre porque, em sua articulação, Pêcheux realizou diversos deslocamentos e complementos importantes, a fim de estabelecer uma teoria coerente do discurso, que levasse em conta os efeitos de sentido, algo pouco explorado até então.

Assim, ele faz as observações e recortes necessários, tornando aqueles instrumentos teóricos aptos para servirem às suas abordagens. Assim, Saussure será retomado a partir de releituras do próprio Pêcheux; Marx, a partir das observações de Althusser e Freud, a partir das contribuições de Lacan. Vemos, assim, que a ADM é um campo do conhecimento que se serviu de diferentes abordagens teóricas. Temos, portanto, uma teoria fundada no:

materalismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu 'retorno a Freud', bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambigüidades, de estruturalismo. (HENRY, 1997, p. 13)

A partir da releitura desses pensadores, Pêcheux irá produzir a fundamentação teórica para a ADM. A cada releitura (Saussure, Marx, Freud), algumas perspectivas serão completamente descartadas, umas completamente aceitas e outras, reformuladas. Assim, da releitura pecheutiana de Saussure, teremos pontos controversos e pontos em acordo.

Dentre os pontos controversos, teremos a visão estruturalista de uma língua autônoma, que deveria ser estudada independente do



## s u m á r i o

falante e de qualquer contexto extralinguístico. Como a Linguística surgiu com o propósito de se constituir na ciência da linguagem, essa necessitaria de um objeto (a língua) e um método preciso de análise. Por isso, priorizou um estudo formal, onde as condições de produção (o sujeito e a situação) não tivessem relevância teórica, visto que se buscava um método objetivo de estudos da linguagem. Sobre isso, o próprio Saussure (2012, p. 53) afirmou que: “Nossa definição de língua supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao sistema: tudo quanto se designa pelo termo ‘Linguística externa’”.

Entretanto, para Pêcheux (1997a), não podemos analisar a língua sem levar em conta as condições de produção, visto que será nesse contexto que ela irá significar. Devido a isso, Gadet (1997, p. 8) afirmou que, para Pêcheux, “[...] é impossível a Análise do Discurso sem sua ancoragem em uma teoria do sujeito [...]”. Desse modo, para o pensador francês, apesar de a língua ter sua ordem própria, ela só pode ser entendida como parcialmente autônoma e não como completamente autônoma, como afirmava Saussure.

Além disso, Pêcheux rejeitará também a língua como seu objeto de estudo, colocando em seu lugar o discurso. Ao dicotomizar língua/fala, Saussure classifica aquela como homogênea, social, sistêmica e objetiva, enquanto esta como heterogênea, individual, variável e subjetiva. Por conta da falta de sistematicidade da fala, o que (para Saussure) a tornará impossível de ser analisada objetivamente, ele a descartará, elegendo unicamente a língua como seu objeto de estudos. Para Pêcheux, tal abordagem, apesar de ter tido sua importância, é reducionista, visto que separa importantes elementos constitutivos da linguagem. Segundo ele, a dicotomia saussuriana teria possibilitado alguns avanços nos estudos da linguagem, como é o caso da fonética e da fonologia, todavia era insuficiente para compreender questões que envolvessem a semântica, pois o sentido só pode ser apreendido levando-se em conta outros fatores que não puramente linguísticos, como o sujeito, a situação e as formações discursivas em jogo.

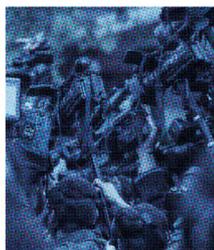
## s u m á r i o



Desse modo, a língua como vista em Saussure não poderia ser tomada como objeto da ADM, precisava-se de um mecanismo que engendrasse o linguístico e o social simultaneamente. Por isso, o discurso constituiu-se em um bom modelo de análise, pois ele mescla o social e o individual, o homogêneo e o heterogêneo, o sincrônico e o diacrônico, uma vez que elementos sócio-histórico-ideológicos serão incluídos na análise. O discurso é, assim, o objeto onde a língua, o sujeito, o social e o histórico se conjugam. Para Brandão (2013, p. 11), o discurso, como instância da linguagem, “[...] possibilitará operar a ligação necessária entre o nível propriamente linguístico e o extralinguístico [...]”. Assim, na ADM, teremos um deslocamento da dicotomia saussuriana língua/fala para uma relação não dicotômica entre língua e discurso.

Porém, apesar desses deslocamentos teóricos, haverá convergências importantes entre as abordagens saussurianas e a ADM. Dentre elas, a não aceitação da transparência da linguagem, ou seja, do pensamento de que o significante estabelece uma relação fiel com o significado. Para ambas as posições teóricas, a linguagem não é transparente, mas opaca. Para Orlandi (2012, p. 19), a ADM “procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo a termo, isto é não se passa diretamente de um a outro. Cada um tem sua especificidade”. Essa postura teórica levará o analista a observar o texto buscando encontrar nele não um sentido literal, ou aquilo que o autor quis dizer, mas sim aquilo que ele realmente disse, ou seja, como o texto, de fato, significou.

Com referência ao Marxismo, teremos também pontos de encontro e importantes reformulações. Uma das principais reformulações diz respeito ao conceito de ideologia. Para Pêcheux (1997a), baseado na releitura althusseriana de Marx, a ideologia não se limita a um sistema de falsa consciência ou ocultação, como defendia o marxismo então vigente, mas terá existência material, manifestando-



## s u m á r i o

se através da linguagem. Assim, a ideologia, ao invés de ser tida como um instrumento de dominação de classe, como ocorria em Marx, na ADM, representará “uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 267), não havendo, assim, o sentido negativo defendido por Marx. Na verdade, objetivando uma teoria “geral da ideologia”, Althusser se afastará de ideologias particulares e buscará as características ideológicas essenciais. Isso o levou a enxergá-la de uma maneira diferente, percebendo que todos (mesmo a classe dominante) estão a ela subordinados, pois somente por meio dela qualquer sujeito pode se constituir.

Assim, ele criará o conceito de interpelação ideológica, segundo o qual, a ideologia, atuando no indivíduo, o interpelaria para que ele se constituísse em sujeito, ou seja, o levaria a assumir uma determinada posição dentro de seu contexto sócio-histórico, levando-o a se relacionar de determinada forma (e não de outra) com a sua real condição de existência. Para Pêcheux (1997b, p. 164), “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Esse deslocamento no conceito de ideologia será fundamental para a ADM, pois se entenderá que ela (ideologia) irá se materializar através da linguagem, pois, será a partir da constituição do indivíduo em sujeito, por meio da interpelação ideológica, que o dizer será produzido.

Dito de outro modo, a ideologia não se limitará a ideias abstratas, mas terá existência material, através de práticas. Por meio dela, cada sujeito materializa sua real condição de existência. No caso da ADM, essa materialidade é vista através da linguagem (por meio do discurso), ou seja, o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, produz seu dizer a partir dos pressupostos dessa mesma ideologia. Esse deslocamento é possível, pois, como já foi colocado, Althusser busca uma teoria geral da ideologia, que é uma “[...] abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia” (BRANDÃO, 2013, p. 24).

## s u m á r i o



Essa maneira de conceber a ideologia na ADM resultará numa diferente forma de entender a linguagem. Enquanto que em Marx ela será vista como um dispositivo de poder da classe dominante, usada com o propósito de alienar a classe dominada; em Pêcheux, ela será entendida como um dispositivo materializador da ideologia, entendida (ideologia) como a visão de mundo de um determinado grupo social, sem a atribuição de valor positivo ou negativo. Nessa abordagem, não se dará ênfase a um caráter manipulador da linguagem, mas à materialidade da ideologia, e será nesse sentido que se afirmará que “não há um discurso ideológico, mas todos os discursos o são” (BRANDÃO, 2013, p. 30), ou seja, a ideologia é inerente ao próprio discurso. Para Mussalim (2012, p. 116), “como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa”.

Além de utilizar-se do conceito de ideologia (ressignificado), a ADM apropriar-se-á também do conceito marxista de materialismo histórico, que, em Marx, “nada mais é do que a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao campo da história. Como o próprio nome indica, é a explicação da história por fatores materiais (econômicos, técnicos)” (ARANHA; MARTINS, 2007, p. 144). Segundo essa perspectiva teórica, o modo de produção econômico e a luta de classes devem ser os princípios de interpretação da história, ao invés de ideias ou personalidades individuais. Ao aplicar esse conceito à língua, teremos um deslocamento do sujeito, que será visto como não sendo senhor do seu dizer, mas, estando subordinado a determinado grupo social, produzirá o seu discurso a partir da posição ideológica que ocupa. Desse modo, entender o lugar ocupado por esse sujeito (dentro do seu contexto sócio-histórico) será fundamental para compreender o sentido do seu dizer.

Além dessas abordagens teóricas, a Psicanálise também trouxe contribuições relevantes para a ADM. A partir das releituras lacanianas

## s u m á r i o

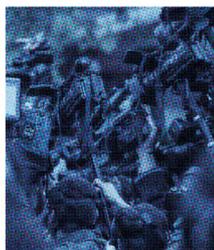


de Freud, que aprofundou a questão do inconsciente, se entenderá que o sujeito também será afetado por ele (inconsciente), que se estrutura como a linguagem. Desse modo, ele (sujeito) passa a ser visto como clivado, dividido entre consciente e inconsciente. Sob essa perspectiva, “o primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua”, ou seja, se colocará em questão a importante influência que o “Outro” exercerá na constituição do sujeito. Tal influência será percebida a partir do seu discurso. Assim, o discurso do sujeito será influenciado pelo inconsciente, e será devido a isso, por exemplo, que o discurso da família, da igreja, da mídia serão vistos no discurso desse sujeito. Para Mussalim (2012, p. 120):

O sujeito dessubstancializado não está onde é procurado, ou seja, no consciente, lugar onde reside a ilusão do “sujeito centro” como aquele que sabe o que diz, aquele que sabe o que é, mas pode ser encontrado onde não está, no inconsciente (critério do lugar vazio). Assim, a identidade do sujeito Ihe é garantida pelo Outro (inconsciente), ou seja, por um sistema parental simbólico que determina a posição do sujeito desde sua aparição.

A partir das contribuições lacanianas, o sujeito estará em posição de assujeitamento em relação ao “Outro” que, interpelando-o constantemente, exercerá grande influência sobre ele, levando-o a produzir um dizer contido e, de certo modo, determinado. Assim, a partir do entendimento do inconsciente de Lacan, se poderá compreender (ou até mesmo justificar) como se dá o processo de assujeitamento, como o sujeito aceita sua subordinação à ideologia e ao “Outro”.

Temos, assim, conforme explicitou Pêcheux e Fuchs (1997b, p. 160), um campo teórico interdisciplinar que é fruto da articulação de três regiões do conhecimento científico. O Materialismo Histórico, como teoria das formações e transformações sociais, trazendo aí uma importante teoria da ideologia; a Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e da enunciação; e uma Teoria Discursiva, que



s u m á r i o

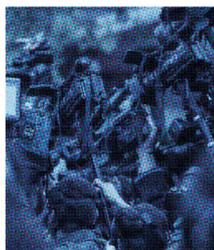
entende que os sentidos são determinados pela história. Tudo isso perpassado por uma Teoria da Subjetividade de natureza psicanalítica, que vê um sujeito influenciado pelo “Outro”, através do inconsciente.

Para Orlandi (2012, p. 15), “Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Assim, podemos afirmar que a ADM surge como um campo do conhecimento inédito, o que lhe permitiu ultrapassar os estudos linguísticos da época, trazendo uma proposta que relaciona língua, condições sócio-históricas, sujeito e inconsciente. Temos, assim, a ADM que ora conhecemos.

Tal concepção teórica possui muitos conceitos. Apresentaremos a seguir os mais relevantes para a nossa pesquisa.

## 1.2 O DISCURSO NA ANÁLISE DO DISCURSO DE ORIENTAÇÃO MATERIALISTA

Atualmente, a palavra discurso pode ser utilizada para significar muitas coisas diferentes, por exemplo, falamos em discurso para nos referirmos a uma mensagem formal transmitida por um orador ao seu auditório, como o “discurso presidencial”, o “discurso do padre”, o “discurso do chefe” etc. Utilizamos o termo também para nos referirmos a um texto escrito; para fazermos referência a palavras de alguém que julgamos com desconfiança (como quando afirmamos: “não acredite no que ele fala, isso aí é só discurso.”); utilizamos o termo ainda para designar um conjunto de textos de uma determinada área, como o “discurso pedagógico”, o “discurso filosófico”. Porém, na ADM discurso é entendido como “efeito de sentidos entre os locutores” (ORLANDI, 2012, p. 21).



s u m á r i o

O discurso foi adotado como objeto de estudos da ADM, como uma forma de superar a dicotomia (Langue X Parole) saussuriana. Para Pêcheux (1997a), enquanto que, por um lado, algumas abordagens saussurianas ofereceram relevantes contribuições para os estudos linguísticos; por outro, elas impediram uma análise mais completa de importantes aspectos da linguagem, sobretudo no que se refere às questões relacionadas à significação. Como já mencionamos, os estudos saussurianos excluíram a fala dos estudos da linguagem por julgá-la ocasional, assistemática e desorganizada. Assim, o único objeto de análise linguística possível seria a língua, por ser estrutural e sistemática. Com essa escolha, Saussure dicotomizou língua X fala, separando o puramente linguístico daquilo que envolve questões extralinguísticas, descartando, assim, a possibilidade do estudo da fala. Ao separar língua X fala, o mestre de Genebra separou “I° o que é social do que é individual; II° o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental” (PÊCHEUX, 1997a, p. 60). Assim, ele descartou completamente qualquer tipo de análise que levasse em conta o sujeito, o contexto sócio-histórico e a ideologia, trabalhando apenas com o sistema interno da língua, observando os fatores estruturais, daí o nome de sua linha teórica, estruturalismo.

A ADM se posicionará diferentemente nessa questão, Orlandi (2010, p. 14) afirma que “[...] a análise de discurso desloca a dicotomia entre língua e fala e propõe uma relação não dicotômica entre língua e discurso”. Essa nova abordagem, dando ênfase ao discurso no lugar da língua, permitirá ao estudioso proceder análises que abarquem tanto o social quanto o histórico, possibilitando interligar o linguístico com o extralinguístico (CP, ideologia etc.) que o determina.

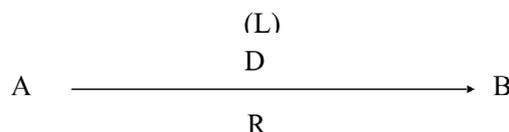
O conceito de discurso foi estabelecido a partir de uma crítica pecheutiana ao sistema elementar da comunicação desenvolvido por Roman Jakobson. Para Pêcheux (1997, p. 79), apesar de a abordagem de Jakobson possuir vantagens em relação à perspectiva “reacional”,



## s u m á r i o

que anula o lugar do produtor e do destinatário, ela ainda apresenta inconvenientes. No sistema elementar da comunicação de Jakobson, pressupõe-se: A - o “destinador”; B - o “destinatário”; R – o “referente”; (L) – o “código linguístico” comum a A e B; → - O “contrato” estabelecido entre A e B; D – a “sequência verbal” emitida por A em direção a B. Graficamente temos o seguinte esquema:

Esquema 1 - Esquema elementar da comunicação descrito por Pêcheux.



Fonte: PÊCHEUX, 1997a, p. 80.

Ao fazer sua crítica ao esquema elementar da comunicação de Jakobson, Pêcheux inicia seu questionamento a partir do elemento “D” afirmando que:

a teoria da informação, subjacente a este esquema, leva a falar de mensagem como transmissão de informação: o que dissemos precedentemente nos faz preferir o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B. (PÊCHEUX, 1997a, p. 81)

Ao optar pelo conceito de discurso, ao invés do de mensagem, ele está, na verdade, criticando a visão de língua que a limita a um código que serve para transmitir informações de A para B. Para Pêcheux, na comunicação, muito além de uma mera transmissão de informações (o que é pressuposto pelo termo mensagem), haverá uma relação complexa entre os sujeitos que, afetados pela língua e pela história, produzirão os sentidos a partir das condições de produção (o que é pressuposto pelo termo discurso), ou seja, ao invés de uma simples transmissão de informações, o que haverá serão “Efeitos que resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro

s u m á r i o



de circunstâncias dadas. Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas” (ORLANDI, 2010, p. 15).

Desse modo, com o discurso devemos levar em conta elementos extralinguísticos, ideológicos, históricos e sociais. Além disso, devemos notar que o termo pressupõe também um sujeito que não é a origem do seu dizer nem do sentido desse, pelo contrário, ele é assujeitado, tanto à língua quanto à história.

Devemos ainda destacar que, apesar de o discurso necessitar de elementos linguísticos para possuir existência material, ele não pode ser confundido com língua, texto ou fala. Na ADM, cada um desses termos possuirá um conceito específico, os quais veremos a seguir.

Para Orlandi (2012, p. 15), “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história”. Assim, a língua na ADM terá traços bem distintos do que aquela compreendida na linguística de forma geral. Ela não será compreendida como um sistema, como em Saussure, nem como um código ou instrumento de informação, como em Jakobson; ao invés disso, ela será vista como materialidade discursiva, ou seja, o lugar material onde se realizam os processos discursivos, onde os sentidos se manifestam. Sobre essa questão, Pêcheux e Fuchs (1997b p. 171) colocam:

De fato, que relação existe entre os processos discursivos e a língua, do ponto de vista da teoria do discurso? A perspectiva do conjunto é a seguinte: estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido.

Sob essa perspectiva, não há uma dicotomia entre língua e discurso; ao contrário, o que há é uma relação não dicotômica.

## s u m á r i o



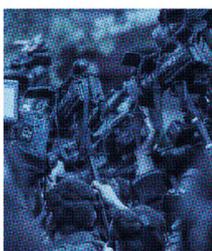
Enquanto que o discurso será a materialidade da ideologia, a língua será a materialidade do discurso. Devido a isso, afirma-se: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2012, p. 17).

Além disso, para a ADM, a língua será analisada levando-se em conta suas falhas, rupturas e mal-entendidos. Assim, diferentemente da postura saussuriana, os fatos linguísticos considerados problemáticos, ao invés de descartados, deverão ser levados em consideração nas análises.

Não podemos também, na ADM, confundir o conceito de discurso com o de texto. Para esse campo do saber, o texto constitui-se em unidade de análise; é ao texto que o analista recorrerá para proceder o seu trabalho. Porém, no texto não se buscará o seu conteúdo, “aquilo que ele quis dizer”, mas se pretenderá avaliar a sua discursividade, perceber como ele funciona para produzir sentido. Para se chegar a essa resposta, será necessário analisar o texto levando em conta a sua exterioridade, suas CP, ou seja, na ADM o texto será visto como materialidade do discurso, buscando a partir dele ter acesso aos processos discursivos.

Para Indursky, podemos entender texto na ADM como “[...] um efeito-texto, espaço discursivo, dotado ilusoriamente de homogeneidade e completude, sendo seu fechamento da ordem do simbólico” (INDURSKY, 2010, p. 73). Para ela (2010), o texto na ADM não se fecha em si mesmo por ser composto por outros fatores. Ele será visto a partir de relações contextuais que o relacionará com sua exterioridade, suas CP, ou seja, o texto em si não possuirá um sentido definido (o sentido do texto), ele se estabelecerá por meio das relações entre os sujeitos, a ideologia e a história. Assim, na ADM, se pode pensar o texto:

## s u m á r i o



como um espaço discursivo, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não só com o contexto, mas também com outros textos e com outros discursos, o que nos permite afirmar que o fechamento de um texto considerado nessa perspectiva teórica, é a um só tempo simbólico e indispensável. (INDURSKY,2010, p. 69)

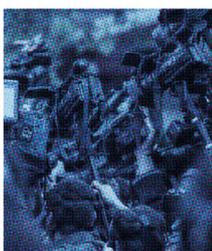
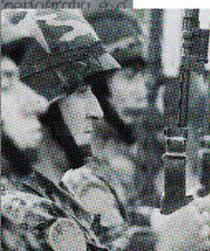
Assim, ao analisarmos um texto levando-se em conta suas CP e suas inscrições discursivas, o estaremos tomando enquanto discurso. Nas palavras de Guspin, “Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista da sua estruturação em “língua” faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto o transforma em um discurso” (GUSPIN apud INDURSKY, 2010, p. 68). Quando o analista leva em conta as CP, ele supera os elementos intralinguísticos e encara o texto como discurso. É por essa ótica que, diferenciando discurso e texto, Charaudeau e Maingueneau (2008) afirmam que “O discurso é concebido como a inclusão de um texto em seu contexto (= condições de produção e de recepção)”.

Por fim, não podemos ainda tomar o conceito de discurso pelo de fala, visto que na ADM, a partir do discurso, será possível o estabelecimento de uma ligação entre o puramente linguístico e o extralinguístico, o que não seria possível se entendêssemos discurso como sinônimo de fala.

Vemos, dessa forma, que, na ADM, o discurso possui um conceito específico, diferenciando-se de outras áreas do conhecimento, onde esse conceito se confundirá com outros, como os de texto, língua etc.

As observações apresentadas são relevantes a fim de entendermos o discurso de maneira específica, dentro do quadro da ADM. Entender discurso como efeito de sentidos entre interlocutores nos permitirá, em nossa obra, perceber como se deu a discursividade do jornal *A Tarde* em torno do Regime Militar na Bahia.

## s u m á r i o



### 1.3 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA E FORMAÇÃO DISCURSIVA NA ANÁLISE DO DISCURSO DE ORIENTAÇÃO MATERIALISTA

Temos ainda dois importantes conceitos na ADM, tratam-se dos conceitos de formação ideológica (ou FI) e formação discursiva. Eles serão fundamentais para a ADM, uma vez que contribuirão para a geração do efeito de sentido. Um mesmo enunciado encarado por FI e FD diferentes será visto como discursos diferentes, pois possuirá sentidos diferentes, ou mesmo opostos.

Pêcheux e Fuchs (1997b) irão explicar esses conceitos a partir do estabelecimento de uma articulação entre os conceitos de formação social, ideologia e discurso, vistos, é claro, a partir da perspectiva da ADM.

O conceito de FI é compreendido a partir do entendimento de que “a região do materialismo histórico que nos diz respeito é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p. 162). Temos aí que a ideologia será vista como uma materialidade articulada com os modos de produção e não apenas como uma ideia abstrata. Ela mesma servirá para perpetuar as relações de produção, uma vez que irá interpelar os indivíduos, assujeitando-os, de modo que “cada um seja conduzido sem se dar conta, tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p. 162).

Temos, assim, que, em um dado momento histórico, levando-se em conta as relações de produção, uma determinada formação social possuirá como dominante uma certa formação ideológica.



s u m á r i o

Será a partir desse entendimento que compreenderemos o conceito de FI. Para Pêcheux e Fuchs:

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente as posições de classe em conflito umas com as outras. (HAROCHE; HENRY; PECHEUX apud PÊCHEUX E FUCHS, 1997b, p. 163)

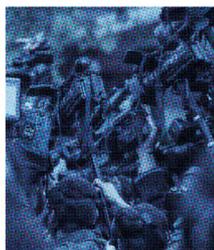
Vemos, assim, que a FI está relacionada com a posição social ocupada pelo sujeito, ou seja, o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, irá ocupar um determinado lugar em um dos grupos sociais existentes, assumindo as posições, atitudes e representações desse grupo. É justamente este conjunto de posições, atitudes e representações de uma determinada formação social, inserida em um complexo de relações de produção e de classes, que se entende como FI.

Porém, é importante notar que, como a ideologia, na ADM, será entendida como tendo existência material, a FI irá conduzir o sujeito a materializar sua posição ideológica, assim, as ideias e valores existentes na consciência desse sujeito serão materializados através de sua forma de agir e de se comportar. Sobre isso, Althusser afirma:

[...] considerando apenas um único sujeito (tal indivíduo), a existência das ideias de sua crença é material, porque suas ideias são ações materiais inseridas em práticas materiais, governadas por rituais materiais, que são eles próprios definidos por aparelhos ideológicos materiais de onde derivam as idéias desse sujeito. (ALTHUSSER apud SILVA, 2011, p. 93)

Já que esse sujeito materializará a ideologia que o interpela, essa materialidade, além de ser percebida através de ações, também

s u m á r i o



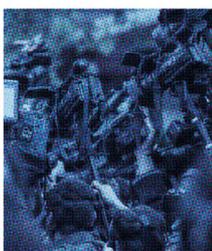
se manifestará através da linguagem. É a partir desse entendimento que podemos compreender o conceito de FD. Ele será gestado a partir da relação de dois outros conceitos, o de discurso e o de ideologia.

[...] a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura”, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p. 163-164)

Assim, as FDs inscrevem-se dentro das FIs, ou seja, o sujeito, inscrito em determinada FI, materializará a ideologia por meio do seu discurso. Essa possibilidade de materialidade ideológica por meio do discurso, limitada pela interpelação e pelo assujeitamento, serão as FDs. Por isso é dito que FD é o que pode e deve ser dito numa conjuntura, a partir de uma determinada tomada posição. Simplificando o entendimento do conceito de FD, Orlandi (2010, p. 17) afirma: “Chamamos então de formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito”.

Sendo que, a partir de uma determinada posição ideológica, muitas coisas (não todas as coisas) poderão ser ditas, entendemos que uma mesma FI será composta por várias FDs, ou seja, uma FI possui como um de seus componentes uma ou várias FDs interligadas. Porém, segundo o próprio Pêcheux (1997b), será impossível definir tanto quantas FIs existirão numa formação social, como quantas FDs comporão uma FI.

## s u m á r i o



Essa relação das FIs com as FDs é exemplificada por Pêcheux a partir da retomada da Idade Média, durante o modo de produção feudal, onde a FI religiosa era dominante e interpelava os indivíduos em sujeitos, tornando-os assujeitados a determinadas relações, valores e modos de enxergar a “realidade”. Ele dá o exemplo de duas FDs distintas que surgem a partir dessa FI: a FD do camponês e a FD da nobreza que, apesar de possuírem a mesma FI, atribuirão sentidos bem diferentes a muitos enunciados.

Tomemos, por exemplo, o enunciado “trabalho” que, dentro da FD do camponês, poderia ser visto de maneira positiva, pois teria sido algo designado por Deus aos integrantes daquele grupo. Assim, não se trataria de algo puramente enfadonho e cansativo, mas seria a “missão” que Deus lhes havia designado, devendo ser cumprida de forma alegre e motivadora; já dentro da FD da nobreza, o “trabalho” era visto como algo pertencente a um grupo inferior. Não seria essa a “missão” dada por Deus para os nobres, seres superiores, a quem possuiria atribuição mais honrosa. Desse modo, para estes, o efeito de sentido de “trabalho” era de algo negativo, uma atribuição inferior dada a um grupo inferior.

A partir dessa compreensão, questiona-se a transparência da linguagem. Percebe-se que os sentidos não são dados a priori, não existe o chamado sentido literal de uma palavra (ou frase etc.), mas ele será determinado a partir das FIs e FDs a que estiverem relacionadas. Os enunciados mudarão de sentido de acordo com as posições assumidas por aqueles que as empregarem. Assim, a FD será a responsável pelo entendimento comum entre os interlocutores do discurso. Segundo Brandão (2013, p.49):

O conceito de FD regula, dessa forma, a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. É a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua”.

## s u m á r i o

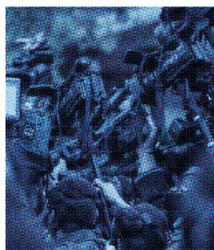


É importante destacar que as FDs não serão homogêneas, visto serem constituídas de diversos discursos, defendidos por sujeitos que ocupam posições distintas e muitas vezes contraditórias. Ou seja, a heterogeneidade e não a homogeneidade será um traço marcante das FDs, que estarão ainda marcadas pela oposição e pela contradição. Devido a tais características, nunca poderemos delimitá-las definitivamente com clareza.

Uma formação discursiva é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas formações discursivas como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica. (COURTINE; MARANDIN apud BRANDÃO, 2013, p. 49)

Brandão (2013) afirma que, formalmente, a noção de FD envolve alguns tipos de funcionamento, sendo eles: a paráfrase, a polissemia e o pré-construído. A paráfrase constitui a FD uma vez que, havendo nela um desejo constante de fechamento, enunciados serão retomados e reformulados com essa finalidade; com a polissemia ocorrerá o contrário, comporá a FD com a função de abertura, dando sempre a possibilidade de que o sentido seja outro. Ela irá, assim, possibilitar a pluralidade e multiplicidade dos sentidos; já o pré-construído servirá para remeter a FD a uma construção anterior e exterior, possibilitando uma impressão de evidência de sentido.

Nesta obra, será fundamental compreender as Fls e as FDs em jogo dentro das CP dadas, uma vez que, a depender delas, teremos um efeito de sentido totalmente diferente, o que contribuirá substancialmente para a formação de uma determinada imagem do jornal *A Tarde*, ou seja, o jornal apresentará um *ethos* positivo ou negativo a depender das Fls e FDs que estiverem em jogo no processo de interlocução entre ele e seu coenunciador. Isso ocorrerá, pois, Fls e FDs diferentes levarão seus respectivos sujeitos a possuírem expectativas diferentes



## s u m á r i o

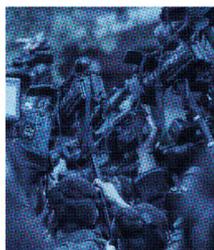
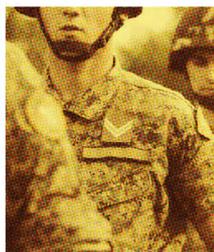
quanto ao que se espera do jornal, quanto à imagem que se possui dele. Esses sujeitos terão diferentes características para classificar o que seja um bom jornal e um jornal ruim.

## 1.4 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NA ANÁLISE DO DISCURSO DE ORIENTAÇÃO MATERIALISTA

A noção de CP é fundamental para a ADM, uma vez que, enquanto nos estudos formalistas a língua era estudada por si mesma, desprezando-se qualquer relação com sua exterioridade, nos estudos discursivos tal postura se mostrava insuficiente, impedindo uma análise mais abrangente da linguagem. Para Pêcheux (1997a, p. 78): “[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada em si mesma [...]”. Foi justamente objetando-se a estudar a linguagem de maneira puramente formal que o analista francês criou o conceito de CP. Assim, em seus estudos linguísticos, o discurso será tomado levando-se em conta as suas CP, visto que, para ele (1997a, p. 75), “um discurso sempre é enunciado a partir de condições de produção dadas”.

Pêcheux (1997a, p. 73) definirá as CP como sendo o “estudo da ligação entre as circunstâncias de um discurso [...] e seu processo de produção”. Podemos, assim, afirmar que CP na ADM se refere a todo o contexto da enunciação que contribuirá para a produção de um determinado efeito de sentido em lugar de outro. Na prática, elas envolvem alguns elementos. Para Orlandi (2012, p. 30) “Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso”. A professora Fernanda Mussalim destaca a importância desse conceito para a ADM. Segundo ela:

s u m á r i o



O contexto histórico-social, então, as condições de produção, constituem parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado. Em outras palavras, pode-se dizer que, para a AD, os sentidos são historicamente constituídos. (MUSSALIN, 2012, p. 157)

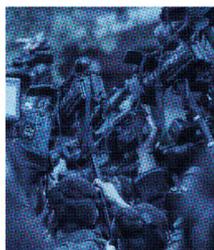
Vejamos individualmente os principais elementos que compõem as CP do discurso e como eles se relacionam no processo de construção do sentido.

Pêcheux, ao iniciar suas abordagens sobre as CP, deixará claro que sob a perspectiva da ADM não se poderá tomar a comunicação como uma mera transmissão de informações. Para ele (1997a, p.81), “[...] não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentido’ entre A e B”.

Outra observação feita por Pêcheux se refere à questão do sujeito. Em sua teoria, ele não pressuporá falantes empíricos reais, organismos vivos individuais; ao invés disso, falará em posição discursiva, ou seja, ele não irá tomar como referência as pessoas reais que participam da comunicação, e sim a posição que elas ocupam no processo discursivo.

Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que A (destinador) e B (destinatário) designam lugares determinados na estrutura de um formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares de “patrão” (diretor, chefe de empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis. (PÊCHEUX, 1997a, p. 81)

Falando sobre isso, Orlandi (2010) afirma que, para a ADM, o sujeito empírico não importará, mas sim a posição sujeito projetada no discurso. Assim, um mesmo indivíduo pode, no mesmo contexto

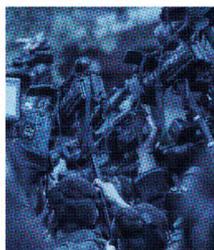


## s u m á r i o

discursivo, apresentar posições sujeito diferentes, alterando o efeito de sentido do seu discurso; desse modo, a depender da posição sujeito que os interlocutores assumam, um mesmo enunciado possuirá sentidos bem diferentes.

Partindo desse entendimento das posições sujeito, Pêcheux apresenta o que ele denomina de “formações imaginárias”, que será a imagem que o sujeito fará dele mesmo, do seu interlocutor e do objeto do discurso. São imaginárias porque se trata de projeções e não da realidade empírica. Por isso mesmo, em alguns momentos, ocorrerá de as imagens que destinador e destinatário fizerem de si mesmos e um do outro não corresponderem. Essa não correspondência entre as imagens estará, por exemplo, ocorrendo quando um interlocutor afirma para o outro: “você sabe com quem está falando?” Quando o destinador tenta conduzir a formação imaginária do destinatário, tornando-a favorável a si. Para Pêcheux (1997a), nos mecanismos de qualquer formação social existirão regras de formação que irão estabelecer as relações entre as situações e as posições. Para ele, as formações imaginárias estão presentes em todo o processo discursivo.

Em resumo, as formações imaginárias para Pêcheux envolveriam: 1 – a imagem que o destinador (A) tem de si mesmo; 2 – a imagem que o destinador (A) tem do destinatário (B); 3 – a imagem que o destinador (A) tem do objeto discursivo (R); 4 – a imagem que o destinatário (B) tem de si mesmo; 5 – a imagem que o destinatário (B) tem do destinador (A) e 6 – a imagem que o destinatário (B) tem do objeto discursivo (R).



## s u m á r i o

Esquema 2 - Formações imaginárias para Pêcheux.

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
	$I_A (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A.	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A.	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
	$I_B (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B.	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B.	“Quem é ele para que me fale assim?”
A	$I_A (R)$	“Ponto de vista” de A sobre “R”.	“De que lhe falo assim?”
B	$I_B (R)$	“Ponto de vista” de B sobre “R”.	“De que ele me fala assim?”

Fonte: Pêcheux, 1997a, p. 82.

O próprio Pêcheux ampliará esse modelo, mostrando que, além dessas, haverá ainda outras projeções em jogo nas formações imaginárias, as quais ele denominou de “antecipação”, entendida como a possibilidade que locutor e interlocutor terão de antecipar a imagem que um possui do outro. Assim, teremos ainda: 1- a imagem que o destinador (A) tem que o destinatário (B) tem dele; 2 – a imagem que o destinador (A) tem que o destinatário (B) tem de si mesmo; 3- a imagem que o destinador (A) tem que o destinatário (B) tem do objeto discursivo (R); 4 - a imagem que o destinatário (B) tem que o destinador (A) tem dele; 5 - a imagem que o destinatário (B) tem que o destinador (A) tem de si mesmo e 6 - a imagem que o destinatário (B) tem que o destinador (A) tem do objeto discursivo (R). Nesse caso, o gráfico é representado da seguinte forma:

s u m á r i o

Esquema 3 - Formações imaginárias para  
Pêcheux, descrição da antecipação.

$$A \begin{cases} I_A (I_B (A)) \\ I_A (I_B (B)) \\ I_A (I_B (R)) \end{cases} \quad B \begin{cases} I_B (I_A (B)) \\ I_B (I_A (A)) \\ I_B (I_A (R)) \end{cases}$$

Fonte: Pêcheux, 1997a, p. 83.

Esse jogo de imagens não se dará antes da enunciação do discurso, mas na medida em que o discurso for sendo produzido. Assim, a posição sujeito de cada componente da interlocução (enunciador e enunciatário) influenciará o seu dizer, ou seja, o sujeito não estará livre para dizer qualquer coisa que quer, pois o seu dizer será determinado pela posição que ele ocupa.

Já no que se refere à situação, Orlandi (2010) afirma que podemos considerar as CP em dois sentidos, o restrito e o amplo. Porém, ela observa que essa separação ocorre apenas para fins didáticos, visto que, na prática, é impossível separá-las, pois as duas situações contribuirão concomitantemente para o processo de atribuição de sentido.

Como sentido restrito, entende-se o contexto imediato da enunciação, seria o “aqui e agora” do momento da produção do discurso. No caso do nosso trabalho, as CP no seu sentido imediato é todo o contexto específico do jornal *A Tarde* no período estudado, levando em conta o momento da publicação do jornal, da implantação da Ditadura Militar, bem como as pessoas que o redigem e também seus leitores.

Já em sentido amplo, podemos avaliar as CP incluindo o contexto sócio-histórico e ideológico. Para Orlandi (2010, p. 31),

s u m á r i o



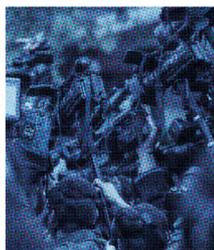
“O contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentido elementos que derivam da forma da nossa sociedade [...]”. Dentre esses elementos, teremos as instituições, o imaginário social, a história etc.

Temos ainda, relacionada à questão anterior, a memória discursiva como importante elemento das CP do discurso em seu sentido amplo. Podemos compreendê-la como um saber discursivo que antecede e torna possível um discurso. É tudo o que já foi dito que constitui o dizer. Para Pêcheux (1999, p. 52):

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

De acordo com Orlandi (2010), a memória discursiva deve ser tratada como interdiscurso, esse compreendido como um conjunto de enunciações que já foram ditas, esquecidas e que não podemos representar. Dentro de uma determinada situação, o interdiscurso irá afetar a significação do discurso. Por exemplo, no caso de nosso trabalho, onde iremos avaliar o *ethos* de um jornal que publicou matérias sobre a Ditadura Militar, podemos entender como o interdiscurso tudo aquilo que já foi dito sobre a Ditadura, as Forças Armadas, o comunismo, a repressão, a imprensa etc. Assim, os sentidos desses enunciados nunca serão fixos, estáticos; pelo contrário, sempre haverá muitos outros possíveis, que fogem ao atribuído inicialmente pelo enunciador. Esses outros sentidos possíveis encontram suporte a partir das relações do interdiscurso com o intradiscurso. Para Orlandi (2012, p. 32): “Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação”.

## s u m á r i o



A constituição (o interdiscurso) é representada na ADM pelo eixo vertical. Estariam nesse eixo todos os já-ditos e esquecidos de uma determinada FD. Já a formulação, o intradiscurso, estaria no eixo horizontal, seria aquilo que se diz no momento da enunciação, também levando em conta uma determinada FD e as CP. Desse modo, todo dizer terá relação com outros dizeres e será afetado por eles.

Contudo, o sujeito terá a impressão de ser senhor do seu discurso e de que o sentido do seu dizer é determinado por ele. Isso ocorrerá por conta de dois esquecimentos que, atuando sobre ele, o levará a esquecer-se de tudo aquilo que já foi dito anteriormente (o já dito). Pêcheux (1997c) denominará esses esquecimentos de “esquecimento nº 2” e “esquecimento nº 1”. Com o esquecimento nº 2, o sujeito irá se esquecer que há outros sentidos possíveis para o seu discurso, acreditando que apenas o sentido por ele pretendido é possível. Desse modo, esse esquecimento será da ordem da formulação, atuando no sujeito principalmente no momento da enunciação, levando-o, sem perceber, a produzir um dizer ao invés de outro. Porém, o sujeito poderá reformular o seu enunciado, o que mostra que esse esquecimento é semiconsistente. Por conta disso ele também pode ser chamado, na ADM, de esquecimento enunciativo.

O outro é o esquecimento nº 1. Com ele o sujeito terá a impressão de que ele é a origem do seu discurso, ou seja, esquecerá de que toda uma FI e discursiva está atuando sobre si e o influenciando a produzir determinado discurso. É esse esquecimento que faz o sujeito afirmar frases como “a boca é minha eu falo o que quero” ou “falo tudo aquilo que vem na minha cabeça”. Esse esquecimento é inconsciente e atua na constituição do sentido e do próprio sujeito. É ele que estará mais diretamente ligado ao interdiscurso, visto que aquilo que será dito pelo sujeito estará instantaneamente sendo relacionado a outros discursos que o precedem e que serão acionados pela memória. Na ADM, ele será denominado de esquecimento ideológico. Sobre essa questão, Orlandi (2012, p. 35) assevera:

s u m á r i o



Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Ele não se origina em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos.

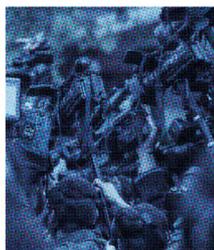
Além desses conceitos ligados às CP do discurso, Pêcheux ainda destacará que elas funcionarão de acordo com as relações de força e as relações de sentido. A partir das relações de força, entende-se que o lugar ocupado pelo sujeito será constitutivo do que ele diz, ou seja, o lugar social de onde ele fala marcará o seu discurso com a mesma força que esse lugar representa. Para Pêcheux (1997a, p. 76):

o que diz, o que enuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ocupa: a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz.

Assim, qualquer enunciação terá significações diferentes a depender da posição sujeito do seu enunciador.

Já no que diz respeito às relações de sentido, entendemos que um discurso não aparece de forma isolada, pelo contrário, ele sempre estará relacionado a outro que o antecede. E será a partir dessa relação que os efeitos de sentidos serão produzidos, ou seja, o que dizemos sempre terá relação com outros dizeres anteriores e isso fará parte dos efeitos de sentido do nosso dizer. Para Pêcheux (1997a, p. 76), “[...] tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos”.

s u m á r i o



A partir do entendimento dos elementos que compõem as CP do discurso, fica claro que o sujeito não será dono do seu dizer, mas o produzirá a partir de uma série de “forças” que atuarão sobre ele e o interpelará a falar de certa maneira ao invés de outra. Ele não poderá fugir disso uma vez que “um discurso sempre é pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997a, p. 75). Assim, entender as CP do discurso que se pretende analisar é fundamental para a sua compreensão em dado contexto histórico.



s u m á r i o

# 2

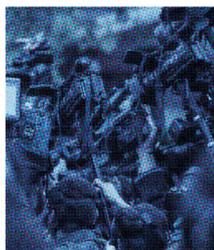
**CONSIDERAÇÕES  
SOBRE  
CENOGRAFIA  
E *ETHOS***



## 2.1 CENAS ENUNCIATIVAS

Um dos conceitos fundamentais em nosso trabalho é o de cenografia, apresentado por Dominique Maingueneau no quadro da Análise do Discurso<sup>2</sup> (ou AD). Tal conceito é desenvolvido pelo autor a partir de seus diversos escritos e constitui-se um dos elementos das cenas enunciativas.

Em seu livro *Novas Tendências em Análise do Discurso*<sup>3</sup>, ao se referir aos *corpora* analisados pela Análise do Discurso, Maingueneau (1997, p. 29) apresenta uma mudança significativa nos estudos discursivos, evidenciando um avanço nessa questão. Ele mostra que, anteriormente, os estudos em AD tomavam os *corpora* independentemente dos atos de enunciação que os havia tornado possíveis, o que não mais ocorre. Para ele, isso se deu não porque a AD possuía a intenção de negligenciar as circunstâncias, o quadro de enunciação, mas porque ela entendia esses fatos “mais como um conjunto de elementos moduladores do que como uma dimensão constitutiva do discurso<sup>4</sup>” (MAINGUENEAU, 1997, p. 29).



### s u m á r i o

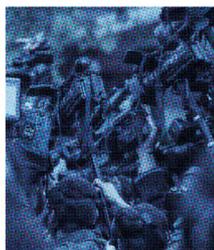
- Utilizarmos aqui o termo Análise do Discurso, em Maingueneau, por termos ciência de que, em alguns pontos, ele se distancia das abordagens de Pêcheux. Contudo, haverá mais afinidades que divergências entre eles, sobretudo pelo fato de Maingueneau ter sido adepto das teorias pecheutianas. Por isso, julgamos que, embora haja algumas diferenças entre suas abordagens, não está impossibilitado o estabelecimento de uma relação entre elas. E será dessa forma (relacionando os conceitos de Pêcheux com os de Maingueneau) que realizamos este trabalho.
- Pontuamos aqui que o conceito de discurso em Maingueneau difere um pouco do conceito pecheutiano. No seu livro “Termos chave da análise do discurso, p. 43, ele afirma que o termo designa “...menos um campo de investigação delimitado do que um certo modo de apreensão da linguagem: este último não é considerado como uma estrutura arbitrária, mas como a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados. Desse modo, é importante notarmos essa diferença ao tomarmos o conceito na perspectiva de Maingueneau.
- Apesar de ser proveniente de uma concepção pecheutiana, percebemos que em Maingueneau o conceito de discurso será mais pragmático, diferindo um pouco da perspectiva de Pêcheux.

Por essa razão, em suas análises, a AD não relacionava diretamente o enunciado e os atos de enunciação, porém, ainda segundo o pensador francês, a Pragmática teria trazido uma importante contribuição para a questão com sua teoria dos atos de fala. A aplicação de princípios dessa teoria nas abordagens da AD teria possibilitado que esse campo do saber tivesse uma concepção diferente em relação ao enunciado e à enunciação, o que a teria levado a modificar sua maneira de compreender o discurso.

Apesar de pontuar a dificuldade de falar das concepções pragmáticas, frente às grandes divergências teóricas do próprio campo, Maingueneau mostra que, em sua teoria dos atos de fala, ela considera a linguagem uma forma de ação. Sobre isso ele afirma: “cada ato de fala (batizar, permitir, mas também prometer, afirmar, interrogar etc.) é inseparável de uma instituição, aquela que esse ato pressupõe pelo simples fato de ser realizado” (MAINGUENEAU, 1997, p. 29). Essas novas observações vão contribuir para o desenvolvimento do conceito de cenas da enunciação.

O analista francês (1997) enxergará que, na construção da teoria dos atos de fala, a Pragmática, além de levar em conta as relações de ordem jurídica, operando com a noção de contrato entre indivíduos e com a de jogo, evidenciando regras constitutivas do jogo e dos atos de fala, levará também em conta as relações de teatro, que teria servido para a Pragmática extrair alguns modelos. Sendo assim, o ato de fala levará os interlocutores a representarem papéis. Sobre isso, ele afirma: “a língua comporta, a título irreduzível, escreve O. Ducrot, um catálogo completo de relações inter-humanas, toda uma coleção de papéis que o locutor pode escolher para si e impor ao destinatário” (MAINGUENEAU, 1997, p. 31). Ou seja, ao enunciar, o locutor estará concedendo-se um determinado lugar e um lugar ao coenunciador. Tal lugar deverá ser respeitado para que o discurso faça sentido para os interlocutores.

## s u m á r i o



Apesar de afirmar haver divergências entre concepções da Pragmática e da AD, sobretudo no que se refere à questão da subjetividade enunciativa, foi justamente a partir da contribuição da Pragmática, com a teoria dos atos de fala, que Maingueneau propôs seus conceitos de cenas de enunciação dentro do quadro da AD. Nessa abordagem (2008), o enunciado não pode estar dissociado da sua cena enunciativa; pelo contrário, eles se constituem mutuamente. Assim, ele ressalta que “A cena de fala não pode, portanto, ser concebida como um simples quadro, uma decoração como se o discurso sobreviesse no interior de um espaço já construído e independente desse discurso. Ela é constitutiva dele” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 95).

Vemos, assim, que Maingueneau avança no conceito pragmático, estabelecendo no quadro da AD as cenas enunciativas, compostas por três cenas, sendo elas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. Cada uma delas orientará o coenunciador a interpretar o enunciado a partir de determinados pressupostos.

Para Maingueneau (2013), a cena englobante orientará o coenunciador a respeito do tipo de discurso. Ela dará a ele capacidade para distinguir se determinado discurso é do tipo: religioso, filosófico, pedagógico, político etc. Por exemplo, no caso de recebermos um folheto na rua, ela nos permitirá entender “qual é a cena englobante na qual é preciso que nos situemos para interpretá-lo, em nome de que o referido folheto interpela o leitor, em função de qual finalidade ele foi organizado” (MAINGUENEAU, 2013, p. 96). Assim, essa cena atribuirá ao discurso um caráter pragmático, ou seja, ela evidencia o uso ou objetivo geral do mesmo. Porém, é importante notar que, a depender do momento histórico em que estivermos, encontraremos uma quantidade limitada de cenas englobantes possíveis; por exemplo, não poderemos pensar em uma cena política, publicitária ou mesmo religiosa em todas as épocas e culturas.

## s u m á r i o



Essa primeira cena não será suficiente para uma interpretação eficiente do coenunciador, pois, além dela, os gêneros do discurso também deverão ser levados em conta no momento da interpretação de determinado enunciado. Por isso mesmo, teremos que considerar a cena genérica de que o discurso participa. Para Maingueneau (2008, p. 70), “a cena genérica é a do contrato associado a um gênero ou a um subgênero de discurso: o editorial, o sermão, o guia turístico, a consulta médica”. Ou seja, “O gênero do discurso implica um contexto específico: papéis, circunstâncias (em particular, um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, uma finalidade etc.” (MAINGUENEAU, 2008, P. 116). Assim, cada gênero irá definir o papel de seus participantes, enunciador e coenunciador, no discurso. Maingueneau (2008) ainda observa a grande instabilidade dessa cena, o fato de ela não se deixar apreender em taxonomias compactas. Notamos que enquanto a primeira cena dará ao coenunciador a possibilidade de perceber qual tipo de discurso ele terá diante de si, a cena genérica lhe permitirá saber qual comportamento ele deverá adotar diante de tal discurso. Se deverá adotar o comportamento de um aluno, paciente, eleitor etc.

Juntas, essas duas cenas constituirão o que Maingueneau denomina de quadro cênico do texto. Ele possibilitará que o coenunciador interprete determinado enunciado, ou seja, ele irá definir um espaço no qual o enunciado poderá adquirir determinado sentido em detrimento de outro.

Nota-se, porém, que, nem sempre o quadro cênico conduzirá o coenunciador a interpretar determinado enunciado de forma eficiente, pois uma terceira cena poderá jogar com as outras duas, deslocando-as para um segundo plano e apresentando outra maneira pela qual o coenunciador deverá interpretar o enunciado, trata-se da cenografia.

Segundo o cenógrafo Cyro Del Nero (2009), o vocábulo cenografia é originário do teatro grego e vem da palavra *skénographia*,

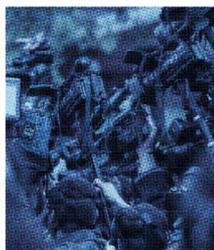


## s u m á r i o

que é a junção do termo *skéne* com *graphia*, donde, literalmente, temos: escrita ou descrição da *skéne*. A palavra *skéne* ficou compreendida como o cenário, o espaço onde os atores faziam as apresentações. Assim, no teatro, a cenografia se refere ao estabelecimento do cenário onde os atores deveriam atuar, é a escrita, construção ou organização desse espaço. Note-se que no teatro a criação de um determinado cenário (a cenografia) será essencial, visto que ele contribuirá para o estabelecimento de uma relação entre os interlocutores da cena, definindo como eles deverão atuar, como deverão se comportar, como deverão interpretar-se mutuamente, dentre outras coisas.

É justamente com o pressuposto da cenografia teatral que o conceito chega à AD. Assim, o próprio discurso estabelecerá uma cena a partir da qual o coenunciador deverá interpretar determinado enunciado, ou seja, a cenografia conduz o coenunciador a colocar o tipo e o gênero de discurso em um nível secundário e posicionar-se sobre o enunciado a partir desse novo quadro que está sendo criado por meio do próprio enunciado. Isso é possível, pois a cenografia “não é imposta pelo tipo ou pelo gênero do discurso, sendo instituída pelo próprio discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 116). Desse modo, enquanto as outras duas cenas são mais estáveis, exercendo uma influência mais previsível, a cenografia será mais flexível instalando uma cena construída a partir de si mesma, da própria enunciação.

A escolha da cenografia não é indiferente: o discurso, desenvolvendo-se a partir de sua cenografia, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima. O discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, de outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que ele impõe. Para isso, é necessário que ele faça seus leitores aceitarem o lugar que ele pretende lhes designar nessa cenografia, e de modo mais amplo, no universo de sentido do qual participa. Toda tomada de palavra é, com efeito, em diversos graus, incursão em um risco, sobretudo quando se trata de gêneros ou tipos de discurso que tem a necessidade de se impor contra outros pontos de



## s u m á r i o

vista e de provocar uma adesão que está longe de ser dada.  
(MAINGUENEAU, 2008, p. 116)

Vemos, assim, que essa será a única forma de a cenografia desempenhar o seu papel de maneira plena. Desse modo, não devemos pressupor uma cena anterior ao próprio enunciado, já construída e independente do discurso; ao contrário, será a partir da própria enunciação que, ao desenvolver-se, irá instituir seu próprio dispositivo de fala, ou seja, ocorrerá um processo de enlaçamento paradoxal, visto que a cenografia será:

ao mesmo tempo, origem e produto do discurso; ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e estabelecer que essa cenografia de onde se origina a palavra é precisamente a cenografia requerida para contar uma história, para denunciar uma injustiça etc. Quanto mais o co-enunciador avança no texto, mais ele deve se persuadir de que é aquela cenografia, e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso. (MAINGUENEAU, 2008, p. 118)

Sendo assim, não poderemos falar em uma cenografia anterior ao próprio discurso, pois será através dele, da enunciação, que a cenografia se estabelecerá e justificará o próprio discurso, ou seja, o discurso não irá ocupar um espaço previamente construído, anterior a ele mesmo, mas, à medida que se desenvolve, institui o seu próprio dispositivo enunciativo.

Porém, é importante notar que, sendo a cenografia estabelecida através da própria enunciação, para que ela seja bem formada, o discurso deverá se desenvolver livremente. Desse modo, ela só terá eficácia caso o enunciador possua certa autonomia em seu discurso. Caso ele seja interrompido, haverá grande dificuldade de estabelecimento do quadro cenográfico, pois, se no discurso estiverem presentes enunciadores que buscam se impor, certamente teremos um conflito, visto que cada um pretenderá criar cenografias diferentes. É o que ocorre, por exemplo, em um debate político, onde cada um



## s u m á r i o

dos interlocutores tenta criar uma cena que o favoreça e que seja um reflexo de sua posição ideológica.

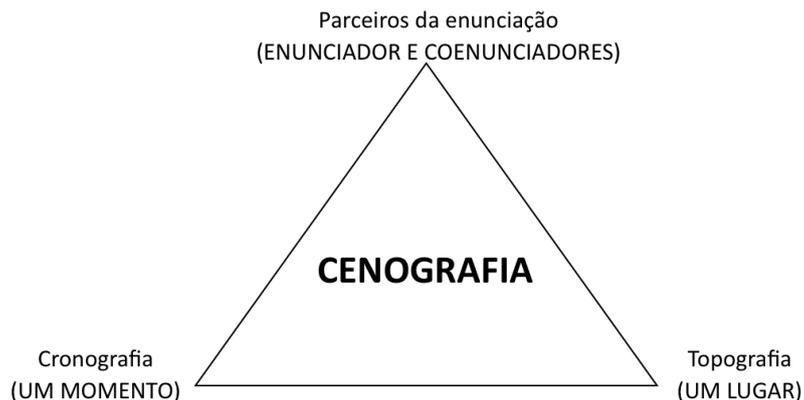
Isso ocorre porque, ao ser construída a cenografia, a própria enunciação tentará estabelecer um lugar determinado, dentro da própria cena, para o enunciador e, respectivamente, para o coenunciador. O que há em um debate é que todos os interlocutores dificilmente aceitam o lugar que o outro atribui para ele (coenunciador) e para si mesmo (enunciador). Na verdade, por conta da posição ideológica de cada um, a cenografia criada por um enunciador poderá ser rebatida pelo outro. É por isso que, para Maingueneau (2008, p. 118), “uma cenografia só se manifesta plenamente quando pode dominar seu desenvolvimento, manter uma distância em relação ao co-enunciador.”.

Além disso, para que ocorra de maneira eficaz, à cenografia deverão associar-se três elementos: uma figura de enunciador (e uma correspondente de coenunciador), uma cronografia e uma topografia. Enunciador e coenunciador representarão os parceiros da enunciação, assim, a depender do lugar em que se apresente o enunciador, teremos uma representação correlata do coenunciador; desse modo, por exemplo, se temos um enunciador apresentando-se como professor, teremos coenunciadores que poderão representar alunos; se temos um enunciador apresentando-se como um pai, teremos coenunciadores que poderão representar filhos. Mas, além desses dois lugares, a cenografia para se constituir necessitará também apresentar um momento, um período histórico, um contexto determinado, ou seja, uma cronografia (de *chronos* – tempo + *graphia* - descrição); e ainda um lugar, um local de onde a enunciação se originará, uma topografia (de *topos* – lugar + *graphia* - descrição). Esses três polos são indissociáveis e constituirão a cenografia.



## s u m á r i o

Esquema 4 - Constituintes da cenografia segundo Maingueneau.



Fonte: Autoria própria (OLIVEIRA JÚNIOR, Asterlindo, 2014).

Porém, essa cenografia não poderá se estabelecer sem o apoio de uma cena estereotipada, já aceita coletivamente. Maingueneau chamará essa cena de cena validada. Tratam-se de cenas “já instaladas na memória coletiva, ou seja, a título de algo que se rejeita ou modelo valorizado” (MAINGUENEAU, 2008, p. 127). Tais cenas variarão de acordo com o grupo que está sendo visado no discurso, pois cada grupo terá um número limitado de cenas que são compartilhadas coletivamente. Dessa forma, um mesmo discurso poderá gerar cenografias diferentes se forem compartilhadas por grupos de formações ideológicas diferentes, visto que esses poderão possuir cenas validadas diferentes, ou mesmo atribuir valores diferentes às mesmas cenas. Contudo, apesar da quantidade de tais cenas variarem de acordo com o grupo pretendido, todo grupo possuirá determinado número de cenas compartilhadas. Sendo assim, a cenografia sempre se apoiará numa cena exterior ao próprio discurso.

Outra importante observação sobre a cenografia, para Maingueneau (2008), é que ela nem sempre será realizável. Em muitos casos, apenas a cena englobante e a cena genérica serão

s u m á r i o

possíveis. Isso ocorrerá por conta dos gêneros do discurso: enquanto alguns gêneros favorecerão uma determinada cenografia; outros a tornarão impossível. É o caso de gêneros mais estáveis como a correspondência administrativa, as receitas médicas, os relatórios científicos etc. que se limitarão às suas cenas genéricas e englobante. Já no caso da publicidade, teremos um favorecimento à cenografia. Contudo, haverá gêneros intermediários em relação à cenografia: geralmente apresentam cenas fixas, mas, em alguns momentos, poderão apresentar cenografia, como é o caso de um guia de turismo ou a sinopse de um filme. Sobre essa questão, Maingueneau coloca:

Nessas condições, podemos distribuir os gêneros numa linha contínua que teria como pólos extremos:

- de um lado, os gêneros pouco numerosos, que se limitam à cena genérica, que não suscitam cenografias (por exemplo, o catálogo telefônico, as receitas médicas etc.);
- de outros gêneros que por natureza exigem a escolha de uma cenografia: é o caso dos gêneros publicitários, literários, filosóficos etc. Há publicidades que apresentam cenografias de conversação, outras, de discurso científico etc. há também uma grande diversidade de cenografias que permitem constituir a situação de enunciação narrativa de um romance.

Entre esses dois extremos, situam-se os gêneros suscetíveis de cenografias variadas, mas que, na maioria das vezes, limitam-se a sua cena genérica de rotina. (MAINGUENEAU, 2008, p. 119)

Vale ainda ressaltar que, como nossa pesquisa é realizada levando-se em conta a materialidade discursiva proposta pela ADM, ao analisarmos a constituição da cenografia no nosso *corpus* não poderemos negligenciar as perspectivas ideológicas e discursivas, pois a construção cenográfica não dependerá exclusivamente do sujeito, mas também da posição do seu interlocutor, uma vez que um mesmo enunciado, interpretado por sujeitos que se identificam com diferentes FDs, poderá resultar em cenografias totalmente diversas.

## s u m á r i o



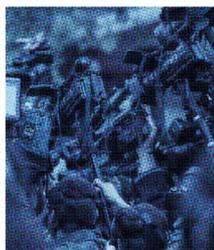
Além disso, ressaltamos ainda que é a partir da cenografia que emergirá outro conceito chave da nossa pesquisa, o conceito de *ethos*. Dentro desse quadro enunciativo, o enunciador não enunciará de qualquer maneira, mas, levando em conta a cenografia estabelecida, formará uma imagem de si compatível com aquela cena, ou seja, sua forma de ser estará relacionada à sua maneira de dizer.

## 2.2 O *ETHOS* DISCURSIVO

### 2.2.1 Posicionamentos – diferentes concepções e características

Já é conhecida a importância da linguagem humana para a nossa socialização e sobrevivência. Por meio dela, podemos interagir e viver em sociedade, convencionar códigos linguísticos, tornando-os compreensíveis (dentro de uma mesma FD) à grande parte de determinada comunidade. Desse modo, independentemente da abordagem teórica a partir da qual nos posicionemos, sabemos que a linguagem humana é um elemento fundamental para a convivência entre os homens. É por meio dela que poderemos estabelecer relações de afeto, trabalho, cidadania etc.

Contudo, o senso comum limita a capacidade linguística, acreditando que a linguagem serve apenas para a transmissão de informações, havendo um indivíduo que produz um código linguístico e o transmite a outro que, interpretando-o, entende perfeitamente o sentido pretendido pelo primeiro. Desse modo, tem-se uma concepção de linguagem que está limitada a um código perfeito e infalível. Ele permitiria ao homem se expressar exatamente como



s u m á r i o

quer, sem desvios ou ruídos de comunicação. Porém, essa visão não consegue explicitar toda a complexidade e profundidade da nossa linguagem. Até mesmo Roman Jakobson, estruturalista estudioso da linguagem, ainda que de forma acanhada, já avançava nessa questão, vendo a linguagem não apenas como um instrumento de transmissão de informações. Além disso, ele apontou que a linguagem possuía funções e que, a depender do objetivo, poderíamos, através dela, ressaltar ora um elemento, ora outro.

Para explicitar essa questão, Jakobson (1980) apresentou suas conhecidas “Funções da Linguagem”. Para ele, um ato de comunicação envolveria um remetente, aquele que transmite a mensagem; o destinatário, aquele para quem a mensagem é enviada; um contexto, a situação a que a mensagem se refere; um canal, meio pelo qual a mensagem é transmitida; um código, conjunto de sinais ou signos convencionados entre os participantes da comunicação, e a mensagem em si. Com base nisso, Jakobson defendeu que, a depender do objetivo em questão, se dará ênfase a um desses elementos e, a partir disso, teremos as diferentes funções da linguagem.

Desse modo, vemos que Jakobson avançou um pouco na visão sobre a linguagem humana, não a limitando simplesmente à mera transmissão de informações, mas já percebendo importantes funções da linguagem. Todavia, ele identificou apenas seis funções (fática, referencial, conativa, metalinguística, poética e emotiva), não percebendo outras importantes características da linguísticas.

Além dessa capacidade que a linguagem humana possui de exprimir determinadas funções, há também a de permitir que o enunciatador, através do discurso<sup>5</sup>, transmita uma imagem de si mesmo

5 Ao relacionarmos o termo discurso com orador, oratória, retórica persuasão etc., como neste caso, estaremos o tomando em sentido mais amplo, como: uma mensagem formal transmitida por um orador ao seu auditório. Evidente que essa mensagem também produzirá um discurso nos termos da ADM, ou seja, um efeito de sentido entre os interlocutores, gerando a partir disso, uma imagem do locutor.

s u m á r i o



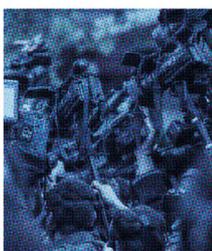
ao coenunciador, ou seja, no momento da enunciação, além de transmitir informações, o enunciador está também criando sua própria imagem diante do outro. Para Ruth Amossy (2011, p. 9):

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades, nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si.

Fica, assim, evidente a riqueza da linguagem e sua importância para a construção de uma imagem de si mesmo. Essa imagem de si, a partir do discurso, é contemporaneamente conhecida como *ethos* discursivo. Ela tem sido percebida e apontada por diversas correntes linguísticas através de muitos autores, apesar de alguns deles não utilizarem o termo específico *ethos*, priorizando outros como imagem de si, autoimagem etc. Veremos como alguns teóricos da linguagem utilizaram o conceito de *ethos*, bem como ele foi, aos poucos, passando dos estudos retóricos para os estudos discursivos.

O primeiro teórico, de que se tem conhecimento, a utilizar o termo *ethos* foi o filósofo grego Aristóteles, em sua obra clássica "Retórica" (1998 [séc. IV A.C]). Com esse trabalho, ele apresentou uma técnica eficaz de persuasão. Para ele, existiam dois tipos de provas, as independentes e as dependentes. As independentes seriam aquelas que não necessitariam de argumentos para serem aceitas, posto que já estariam evidentes a todos, não precisando, assim, da utilização de recursos retóricos para comprová-las. Como exemplos desse caso, temos as provas conseguidas por meio de testemunhas, ou aquelas que se dão através de métodos coercitivos, como a tortura, por exemplo.

s u m á r i o



Já as provas dependentes seriam retóricas, utilizadas pelo orador no seu discurso. Com elas, visa-se a persuasão por meio dos argumentos, da emoção e da imagem do orador. Segundo Maingueneau (2011a, p. 13), “Aristóteles pretendia apresentar uma *techné* cujo objetivo não é examinar o que é persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas para tal ou qual tipo de indivíduo”. Ou seja, tratava-se de um estudo formal de como levar um determinado público a aceitar as ideias difundidas pelo orador. Vale ressaltar, como nos mostra o professor Antônio Suárez (1998, p. 13), que na retórica clássica não cabe se falar em “verdades absolutas”, mas em verossimilhança, ou pontos de vista. Por isso, falar-se-á aqui em efeitos de verdade, ou seja, caberá ao orador tentar convencer o seu auditório de que seu discurso é plausível e coerente, passando para ele uma impressão de verdade. Para Aristóteles (1998 [séc. IV A.C]), a retórica possuía três elementos dependentes fundamentais para o processo de convencimento, os quais, se fossem negligenciados, dificultariam o processo de persuasão, sendo eles: o *logos*, o *pathos* e o *ethos*. Para Rodrigues:

Aristóteles considera que o discurso engendra três provas – *ethos*, *logos* e *pathos* – que são, na realidade, qualidades que o orador deve demonstrar ao proferir um discurso. Essas provas seriam, basicamente, de três espécies: as que residem no caráter moral do orador, outras, baseadas na disposição do ouvinte e, por último, mas não menos importante, as que se baseiam no próprio discurso. Dessa forma, para Aristóteles, a persuasão está garantida quando: persuade-se pelo caráter (*ethos*), persuade-se pela disposição dos ouvintes quando estes sentem emoção (*pathos*) e, enfim, persuadimos pelo discurso em si (*logos*). (RODRIGUES, 2008, p. 195)

O *logos* era tido como o mecanismo racional da argumentação, a sua parte lógica. Através dele, o orador deveria construir um raciocínio claro e coerente, a fim de poder convencer os seus ouvintes da consistência dos seus pontos de vista. O *pathos* era o mecanismo emocional da retórica. Segundo Aristóteles (1998 [séc. IV A.C]), para

s u m á r i o



que o processo de persuasão fosse eficaz, além de ser logicamente convencido, o auditório necessitaria ser envolvido emocionalmente pelo discurso. Desse modo, o orador precisava mexer com as paixões do seu auditório, não se limitando à argumentação lógica.

Contudo, o *logos* e o *pathos* poderiam não ter eficácia se um terceiro elemento não fosse levado em conta no processo de persuasão, trata-se do *ethos* (ética). Para Aristóteles, segundo Ekkehard Eggs (2011, p. 40), “O *ethos* constitui praticamente a mais importante das provas”. Ele (*ethos*) se refere ao caráter que o orador apresenta no momento do seu discurso. É a imagem do orador transmitida para os ouvintes. Essa imagem precisa ser positiva, representando o caráter, a bondade e a coerência do orador, a fim de que o processo de persuasão se dê de forma mais eficiente. Na verdade, para ele, é quase impossível alcançar sucesso na persuasão se o orador não tiver credibilidade diante do auditório. Desse modo, Eggs (2011 p. 28) enfatiza que Aristóteles se distancia de seus contemporâneos, por esses entenderem que o *ethos* não contribui para a persuasão. Para Aristóteles, porém, ele é elemento fundamental no processo persuasivo. Ressaltamos que o termo utilizado por ele para caráter (na citação abaixo) no original grego é *ethos*.

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. (ARISTÓTELES, 1998, p. 49)

Assim, o *ethos* na retórica é o elemento discursivo que visa ganhar a simpatia e confiança do auditório, deixando-o mais disposto para aceitar a tese principal do orador. Referindo-se ao conceito aristotélico de *ethos*, Maingueneau (2011a, p. 13) afirma:

A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si

## s u m á r i o

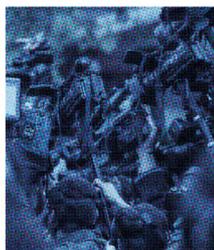


capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades a instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo.

Desse modo, percebemos que, para Aristóteles, o *ethos* é a imagem de si mesmo apresentada pelo orador ao seu auditório através do discurso, a fim de convencê-lo de que ele (orador) é digno de fé. Porém, vale ressaltar que ele não se refere à imagem real do orador e sim àquela criada por ele, pouco importando sua veracidade, o que importará aqui é a imagem no e pelo discurso, ou seja, não devemos confundir a imagem do orador real com a do ser discursivo. Por isso mesmo, é possível, na retórica aristotélica, a construção consciente de um *ethos* que esteja de acordo com as crenças e valores de determinado auditório, servindo como instrumento de persuasão. Ou seja, o orador pode, a partir de seu discurso, apresentar um determinado *ethos* fingido ou mentiroso e ainda assim obter êxito no processo de persuasão, na medida em que conseguir “vender” esse *ethos* ao auditório de maneira eficaz. É o caso de um político que adapta o seu discurso ao tipo de público a que está se dirigindo, a fim de conquistar o voto de cada segmento social. Contudo, há aqui de se observar que, como a construção do *ethos* efetivo leva em conta muitos fatores, nem sempre o *ethos* pretendido pelo orador será aquele percebido pelo auditório. Assim, alguém que queira transmitir uma imagem de intelectual, poderá parecer arrogante e alguém que pretenda se passar como “gente boa”, poderá ser tido como demagogo.

A fim de facilitar uma construção eficaz dessa autoimagem, Aristóteles (1998 [séc. IV A.C]) apresentou os elementos fundamentais no processo de construção do *ethos*. Para ele, o *ethos* seria demonstrado efetivamente pelo orador a partir de três qualidades, sendo elas: *phrónesis*, *areté* e *eúnoia*. *Phrónesis* se refere à prudência, ou seja, os argumentos precisam ser equilibrados, ter ponderação; *areté* se refere à virtude, argumentos que possuem tais características são aqueles

s u m á r i o



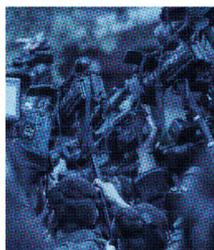
em que transparecem sinceridade e honestidade; já a *eúnoia* refere-se à qualidade de apresentar-se como alguém agradável ou simpático.

Os oradores inspiram confiança por três razões que são, de fato, as que, além das demonstrações (*apódexis*), determinam nossa convicção: (a) prudência/sabedoria prática (*phrónesis*), (b) virtude (*areté*) e (c) benevolência (*eúnoia*). Os oradores enganam [...] por todas essas razões ou por uma delas: sem prudência, se sua opinião não é a correta ou, se pensando corretamente, não dizem – por causa de sua maldade – o que pensam; ou, prudentes e honestos (*epieikés*), não são benevolentes; razão pela qual se pode, conhecendo-se a melhor solução, não a aconselhar. Não há outros casos. (ARISTÓTELES apud EKKEHARD EGGS, 2011, p. 32)

Vemos, assim, as três principais faces do *ethos* aristotélico aí explicitados: prudência, virtude e benevolência. Contudo, Eggs (2011, p. 32) propõe uma tradução mais moderna para esses elementos, afirmando que “Os oradores inspiram confiança, a) se os seus argumentos e conselhos são sábios e razoáveis, b) se argumentam honesta e sinceramente, c) se são solidários e amáveis com os seus ouvintes”. Nesse caso, um orador que sabe utilizar bem a prova do *ethos*, apresentará essas características para seus ouvintes, evidentemente, levando em conta aquilo que eles considerarem como sabedoria, honestidade e amabilidade.

Segundo Amossy (2011), além dos gregos, os oradores de Roma, tais como Cícero e Quintiliano, também deram importância ao *ethos*, porém a concepção romana divergirá um pouco da grega, visto que, para os romanos, o *ethos* não poderia estar dissociado da pessoa real do orador, do caráter e das ações do enunciador empírico. Desse modo, para os romanos, o *ethos* não seria apenas fruto do discurso, mas também da vida e dos costumes do orador, estando ligado à sua moral. Assim, apenas sendo verdadeiramente honesto e sincero em sua vida pessoal, ele poderia evidenciar essa qualidade, ou seja, a imagem discursiva do orador seria um reflexo da sua moral empírica.

s u m á r i o



Para Amossy (2011, p. 17), o *ethos* em Roma era entendido como “[...] um dado preexistente que se apoia na autoridade individual e institucional do orador (a reputação de sua família, seu estatuto social, o que se sabe de seu modo de vida etc.)” Para a referida autora, os romanos, apoiados mais em Isócrates do que em Aristóteles, relacionarão o *ethos* à esfera do caráter. Ela dá o exemplo do orador Quintiliano, para quem “o argumento exposto pela vida de um homem tem mais peso que suas palavras” (AMOSSY, 2011, p. 18). Assim sendo, para essa concepção, um bom orador não é aquele que consegue simular um determinado *ethos*, a fim de persuadir certo auditório, e sim aquele que, além de possuir uma boa capacidade de manejar as palavras, apresenta também, verdadeiramente, um caráter moral elevado. Para Bourdaloue (apud Amossy 2011, p. 18), “1. O orador convencerá pelos seus argumentos, se, para bem dizer, ele começar por pensar bem. 2. Ele agradará pelos seus modos se, para pensar bem, ele começar por bem viver”.

Vemos, assim, que, na concepção grega há uma diferença entre o caractere real, a imagem real pertencente ao ser empírico, e seu caractere oratório, a imagem que é gestada dele a partir de seu discurso. Já para os romanos, não há essa distinção; o caractere real está intrínseco no caractere oratório, ou seja, as virtudes que o orador possui são reveladas a partir de seu discurso.

Abaixo, gráfico mostrando as diferenças do *ethos* grego e romano, baseado nos estudos de Ruth Amossy (2011):

Quadro1: Diferenças entre as concepções grega e romana do *ethos*.

DIFERENÇAS ENTRE AS CONCEPÇÕES GREGA E ROMANA DO ETHOS		
CONCEPÇÃO	PRINCIPAIS REPRESENTANTES	DESCRIÇÃO
GREGA	ARISTÓTELES	Imagem construída a partir da enunciação. Excluídos os caracteres moral e da vida pessoal do orador empírico.

s u m á r i o

ROMANA	ISÓCRATES/ QUINTILIANO	Dado preexistente que se apoia na autoridade individual e/ou institucional do orador. Proveniente do seu discurso e dos caracteres empíricos de sua moral e vida.
--------	---------------------------	---

Fonte: Autoria própria (OLIVEIRA JÚNIOR, Asterlindo, 2014).

Nos estudos retóricos contemporâneos, sobretudo no *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica* (2005), desenvolvidos por Chaim Perelman e Lucie Olbhechts-Tyteca, apesar de esses autores não utilizarem explicitamente o termo *ethos*, a ideia de uma imagem positiva que o orador deve transmitir aos seus ouvintes no discurso, a fim de persuadi-los, é amplamente abordada, principalmente quando eles se referem à própria adaptação que o orador precisa fazer da mensagem a depender do tipo de auditório que visa persuadir. Vemos que a concepção deles de *ethos* se aproxima mais do conceito grego que do romano, não estabelecendo relação dessa imagem construída no discurso com os caracteres reais do orador. Chamam a atenção para o fato de que os argumentos e a imagem do orador devem estar adequados ao seu público. Caso contrário, o orador, mesmo convicto de sua tese, poderá não alcançar sucesso em sua investida argumentativa. Eles observam que:

Em nosso mundo hierarquizado, ordenado, existem geralmente regras que estabelecem como a conversa pode iniciar-se, em acordo prévio resultante das próprias normas da vida social. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 17)

Ao fazer tal afirmação, os autores querem evidenciar que, de fato, o orador deverá conhecer o seu público previamente, a fim de produzir um *ethos* a partir de seu modo de agir e pensar, entrando no seu “mundo”. Caso isso não seja feito, o orador poderá passar como um estranho ao auditório, como alguém diferente, esquisito, pedante, mal-educado etc. Assim, é a imagem do orador (seu *ethos* discursivo) a que Perelman e Tyteca (2005, p. 20) fazem referência ao apresentar

s u m á r i o



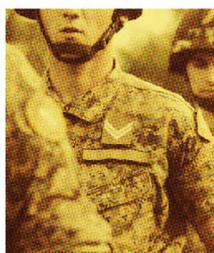
tais abordagens, pois, para os autores, “Para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção”. E isso não ocorrerá a menos que o orador aparente ser uma pessoa digna de ser ouvida por seu auditório.

Perelman & Tyteca chamam a atenção para a importância de o orador possuir um bom relacionamento com o seu público. Eles deixam claro que a simples capacidade técnica (conhecimento de métodos de argumentação) e teórica (conhecimento do assunto explanado) do orador, apesar de importante, não são suficientes para persuadir o ouvinte de maneira plena. Ainda que de modo não explícito, os autores conduzem seu discurso na mesma direção do pensamento aristotélico, mostrando que, além da lógica e da paixão, o orador deve demonstrar outros caracteres, visando levar o seu auditório à persuasão, tais como: ponderação (*phronesis*) no discurso, um interesse sincero (*areté*) pelos seus ouvintes e a demonstração de simpatia (*eúnoia*) para com eles. Para Perelman & Tyteca:

Os autores de comunicação ou de memórias científicas costumam pensar que lhes basta relatar certas experiências, para suscitar infalivelmente o interesse de seus eventuais ouvintes ou leitores. Tal atitude resulta da ilusão muito difundida em certos meios racionalistas e científicos, de que os fatos falam por si sós e imprimem uma máscara indelével em todo espírito humano, cuja adesão forçam, sejam quais forem suas disposições. K. F. Bruner, secretário de redação de uma revista de psicologia, compara esses autores, pouco preocupados com seu auditório, com um visitante descortês. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 20)

Assim, as explanações dos autores nos conduzem ao entendimento de que peca o orador que, por acreditar ser exímio conhecedor do assunto, despreza a apresentação de uma boa imagem de si para o auditório, acreditando que apenas sua exposição técnica já será suficiente para atrair a atenção e cativar o seu público. O orador, se quiser ser bem sucedido em seu discurso,

## s u m á r i o



deverá também estabelecer um contato positivo com seu auditório. Para Perelman & Tyteca:

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação, mas, é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22)

Sendo assim, para os autores, o bom orador deve saber se colocar diante de seu auditório, apresentando-lhe uma imagem positiva e coerente de si, cativando a sua atenção e interesse pela tese principal; isso é fator relevante para o sucesso argumentativo do orador.

Como vemos, na *Nova Retórica*, de Perelman & Tyteca, apesar de os autores não utilizarem explicitamente o termo *ethos*, o conceito é amplamente trabalhado, visto que eles defendem a relevância da apresentação de uma boa imagem de si mesmos ao auditório como importante elemento do processo de argumentação e convencimento. Esse *ethos* perelmiano tende muito mais para a concepção grega do que para a romana, visto que ele é uma construção do orador que, conhecendo previamente o auditório, visa criar um *ethos* de forma consciente, levando em conta suas variáveis, a fim de persuadi-lo, ou seja, não há aqui nenhuma relação deste *ethos* com o caráter real do orador.

Outro importante teórico que trouxe abordagens relevantes para o estudo do *ethos* foi Osvald Ducrot. Segundo Amossy (2011, p. 14), foi ele o primeiro teórico a introduzir explicitamente o termo *ethos* nos estudos linguísticos, através de sua teoria polifônica da enunciação. Ele concebe o *ethos* como pertencente apenas ao ser do discurso e distinto do ser empírico. Na verdade, Ducrot irá teorizar sobre essa

s u m á r i o



distingção diferenciando o locutor (L), ente discursivo; do locutor (r)<sup>6</sup>, ser no mundo. Segundo ele:

Já que o locutor (ser do discurso) foi distinguido do sujeito falante (ser empírico), proporei ainda distinguir, no próprio interior da noção de locutor, o “locutor enquanto tal” (por abreviação “L”) e o locutor enquanto ser do mundo (r). L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. (DUCROT, 1987, 188)

Posta a distinção ducrotiana, é importante perceber que, para ele, apenas o locutor L poderá apresentar uma imagem de si mesmo através do discurso. Para Amossy (2011, p. 15), “Analisar o locutor L no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala”, ou seja, a imagem construída do enunciador a partir do seu discurso só pode pertencer ao locutor L, nunca ao r<sup>6</sup> (ser no mundo). Em sua obra, *O dizer e o dito*, no capítulo referente à sua teoria polifônica da enunciação, Ducrot deixa claro a visão que possui desses locutores frente ao *ethos*.

Um dos segredos da persuasão tal como é analisada a partir de Aristóteles é, para o orador, dar de si mesmo uma imagem favorável, imagem que seduzirá o ouvinte e captará sua benevolência. Esta imagem do orador é designada como *ethos*. É necessário entender por isso o caráter que o orador atribui a si mesmo pelo modo como exerce sua atividade oratória. Não se trata de afirmações auto-elogiosas que ele pode fazer de sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que podem ao contrário chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos (o fato de escolher ou de negligenciar tal argumento pode parecer sintomática de tal qualidade ou de tal defeito moral). Na minha terminologia, direi que o *ethos* está ligado a L, o locutor enquanto tal: “enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado [*affublé*] de certos caracteres que, por contraponto, torna esta enunciação aceitável ou desagradável. (DUCROT, 1987, 188-189)

## s u m á r i o

6 Lambda.

Vemos, assim, que, para Ducrot, o *ethos* não pertence ao ser no mundo e sim ao ser da enunciação. Ele não corrobora com o ponto de vista romano, que vê no *ethos* um caráter moral do orador, mas aproxima-se do ponto de vista aristotélico, distinguindo claramente o ser discursivo (locutor enquanto tal) do ser empírico (locutor enquanto ser no mundo). Infelizmente Ducrot não irá se aprofundar nos estudos sobre o *ethos*, deixando apenas pequenas contribuições (relevantes) sobre ele, sobretudo sua posição clara de que “o *ethos* é distinto dos atributos ‘reais’ do locutor” (MAINGUENEU 2011a, p.14).

Além desses aqui citados, temos outros importantes teóricos que farão referência ao *ethos* em seus estudos, de maneira explícita ou implícita (imagem do orador/enunciador através do seu discurso/enunciado). Contudo, coube a Dominique Maingueneau introduzir, de forma definitiva, o *ethos* nos estudos discursivos. Ele retomou o conceito de *ethos* grego, tecendo algumas críticas e ampliando a análise de alguns elementos não citados por Aristóteles. Para Maingueneau, o *ethos* não pode ser gestado apenas no discurso, visto que, em muitos casos, o público criará uma imagem do locutor antes mesmo que ele tome a palavra. Essa imagem poderá ser criada a partir da roupa, idade, comportamento etc. percebidos antes da enunciação, ou mesmo pela imagem já conhecida do locutor, como é o caso de pessoas familiares, de quem já possuímos uma imagem dela. Para ele (2011a, p.15), “[...] não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale.”.

Vemos, assim, algumas problematizações feitas para o *ethos* aristotélico. Para Maingueneau, esse *ethos* não pode ser gerado apenas através do discurso, mas outros elementos estarão em jogo na construção da imagem do locutor. Segundo ele (2011a, p. 16), “O problema é por demais delicado, posto que o *ethos*, por natureza, é um comportamento que, como tal, articula verbal e não verbal, provocando nos destinatários efeitos multissensoriais”. Evidentemente, em caso



## s u m á r i o

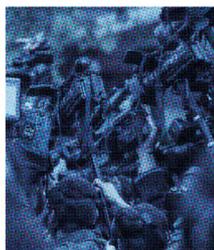
de textos de autores totalmente desconhecidos por nós, será difícil a construção deste *ethos* prévio. Contudo, apenas por pertencer a determinado gênero discursivo, a determinada instituição ou devido a certo posicionamento ideológico, o discurso já despertará certas expectativas em relação ao *ethos*, ou seja, o coenunciador já produzirá uma possível imagem daquele a quem pertenceria aquele discurso.

Porém, apesar de fazer observações às abordagens clássicas do *ethos*, ele reconhece algumas afinidades entre esse conceito e o que ele propõe dentro do quadro da AD. Segundo ele :

Podemos, contudo, estar de acordo sobre alguns princípios mínimos, sem prejudicar o modo como eles podem eventualmente ser explorados nas diversas problemáticas de *ethos*:

- o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma 'imagem' do locutor exterior a sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
- é uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica. (MAINGUENEAU, 2011a, p. 17)

Maingueneau (1997) pontua também que, ao tratarmos o *ethos* na Análise do Discurso, devemos fazer um importante deslocamento quanto ao sujeito. Assim, não poderemos pressupor um sujeito empírico, dono do seu dizer, como o é o sujeito da retórica aristotélica, sujeito desse que, visando persuadir o seu auditório, produz determinados sentidos antecipadamente pretendidos, controla e manipula o discurso ao seu bel prazer, conduzindo-o a uma monosssemia. Diferente desse, o sujeito da AD não será nem empírico nem terá o controle semântico do seu discurso. Teremos um sujeito discursivo que, constituindo-se a partir do assujeitamento ideológico, produzirá dizeres que refletirão tal assujeitamento. Dessa forma, ele não será senhor do seu dizer, uma



## s u m á r i o

vez que, estando assujeitado à língua e à história, será levado a falar de uma determinada maneira e não de outra. Além disso, os efeitos de sentido do seu dizer serão impostos pela FD da qual participa e não por ele mesmo. Para Maingueneau (1997, p. 45) “Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva”. Assim, enunciador e coenunciador estarão respectivamente sendo influenciados pela sua posição ideológica, tanto na produção quanto na interpretação enunciativa.

Outro importante legado de Maingueneau em relação ao estudo do *ethos* está em aprofundar sua aplicação. Na Antiguidade grega, esse conceito estava limitado aos discursos orais, porém ele o aplicou também aos discursos escritos.

A retórica tradicional ligou estreitamente o *ethos* à eloquência, à oralidade em situação de fala pública (assembleia, tribunal...), mas cremos que, em vez de reservá-la para a oralidade, solene ou não, é preferível alargar seu alcance, abarcando todo tipo de texto, tanto os orais como os escritos. (MAINGUENEAU, 2011a, p.17)

Para ele, assim como no discurso oral o orador apresenta uma imagem de si mesmo através do seu discurso, no texto escrito ocorrerá o mesmo, o enunciador também criará uma imagem de si através do seu enunciado: “todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma ‘vocalidade’ que pode se manifestar numa multiplicidade de ‘tons’” (MAINGUENEAU, 2011a, p. 17-18). Para ele, esse tipo de discurso (escrito) deixará pistas que, sendo percebidas pelo coenunciador, servirá para criar a imagem do enunciador. Por isso mesmo, ele irá preferir utilizar o termo “tom”, ao invés de outros, como caráter, por exemplo; “o termo tom apresenta a vantagem de valer tanto para o escrito, quanto para o oral: pode-se falar do ‘tom’ do livro”. Maingueneau (1997, p. 46) declara: “Parece-nos que a fé em um discurso, a possibilidade que os sujeitos se reconheçam, presume que ele esteja associado a uma certa voz (que preferimos chamar de tom,



s u m á r i o

à medida que seja possível falar de 'tom' de um texto do mesmo modo que se fala de uma pessoa)." Desse modo, podemos afirmar que, na obra de Maingueneau, esse *ethos* seria a imagem do enunciador no discurso, esse enunciador, porém, é constituído de marcas sócio-históricas, que aparecem na sua enunciação. Trata-se da imagem de si que o enunciador produz em seu discurso, e não de sua pessoa real.

Tal abordagem deu novo fôlego ao estudo do *ethos*, visto que ele agora podia ser observado em diversos textos escritos como os da mídia impressa, políticos, publicitários, religiosos etc.

Além dessa contribuição, Maingueneau (2011a) aprofundou o estudo do *ethos*, decompondo-o, chamando a atenção para o fato de que, além do *ethos* discursivo, outros *ethé*<sup>7</sup> também contribuem para a formação da imagem do orador. Para ele, o *ethos* efetivo do enunciador, ou seja, a imagem final que o coenunciador terá dele, além de ser constituída pelo *ethos* discursivo, será também constituída pelo *ethos* pré-discursivo, que é a imagem que se terá do orador antes mesmo que ele tome a palavra, através de conhecimentos e discursos prévios que se tem dele. Assim, um enunciador que já possua má fama terá muito mais dificuldade em criar uma autoimagem positiva no coenunciador que outro que seja totalmente desconhecido desse.

Maingueneau (2011a) ainda mostra que o *ethos* discursivo é composto pelo *ethos* dito, aquele criado a partir de referências diretas do enunciador a si mesmo, quando esse revela claramente seu jeito de ser, pontos de vista e opiniões; e o *ethos* mostrado, aquele evidenciado por pistas que ele deixa em seu discurso e que revela traços de seu ser.

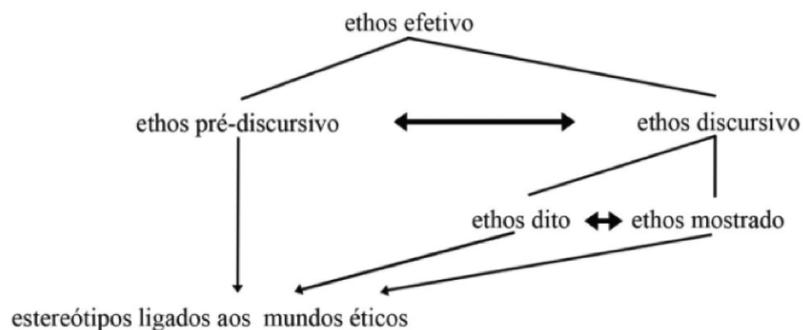
O autor ainda chama atenção que os estereótipos socioculturais serão elementos fundamentais na constituição desses *ethé*, visto que serão eles que levarão o coenunciador a observar a realidade,

## s u m á r i o

7 Plural de *ethos*.

tomando como base uma representação social cristalizada. Esses estereótipos variarão de acordo com a ideologia vigente e os valores do coenunciador. Desse modo, o estereótipo será marca fundamental para a constituição do *ethos*, visto que corresponderá a modelos coletivamente cristalizados e aceitos. Para Maingueneau e Charaudeau (2008), podemos entender estereótipo como uma “representação coletiva cristalizada”. Para esses teóricos, ele é uma construção da leitura e emerge apenas no momento em que o coenunciador recupera, no discurso, elementos espalhados, frequentemente lacunares, para reconstruí-los em função de um modelo cultural preexistente. Dessa forma, o estereótipo será dependente da interpretação e da memória discursiva do coenunciador. Eles ainda irão variar a depender da época e da cultura. Esses modelos criarão imagens preconcebidas que condicionarão a postura do coenunciador em relação aos possíveis efeitos de sentido de um determinado discurso. Vemos a seguir um quadro da constituição do *ethos* em Maingueneau.

Esquema 5- Constituição do *ethos* para Dominique Maingueneau.



Fonte: Maingueneau, 2011a, p.19.

É importante ainda notar, como nos revela o próprio Maingueneau (2011b), que o *ethos* nem sempre se apresentará da mesma maneira. Na verdade, a depender do gênero com o qual estejamos lidando,

poderemos notar diferenças significativas no seu *ethos*. Por exemplo, o discurso publicitário atribuirá um papel mais importante ao *ethos* que o discurso filosófico, em que, por sua vez, possuirá o *ethos* um papel mais importante que em um enunciado de caráter mais administrativo ou científico. Contudo, o *ethos* está presente mesmo naqueles discursos que aparentemente não o possuem, como é o caso de gêneros textuais mais formais, ou seja, ele estará presente em todo texto, e, como nos diz Maingueneau, até mesmo naqueles que o neguem. Sobre essas questões, ele coloca:

Um postulado segundo o qual qualquer discurso, seja qual for seu modo de inscrição material, implica “vocalidade” e uma relação com o fiador associado a uma corporalidade e a um caráter, mesmo que sejam fantasmáticos; postulado válido mesmo para discursos que pretendem eliminar qualquer traço de um tal fiador.

Uma diversificação do *ethos* em razão das especificidades dos tipos e dos gêneros de discurso: é claro que o discurso filosófico atribui a priori um papel menor ao *ethos* do que o discurso literário, político ou publicitário. É por isso, por exemplo, que, ao evidenciar um *ethos* profético um autor como Nietzsche estabelece uma distância em relação às formas de enunciação usuais em filosofia. (MAINGUENEAU, 2011b, p. 74)

Vemos, assim, que as abordagens de Maingueneau relativas ao *ethos* não se limitarão às mesmas apresentadas na retórica aristotélica, mas avançarão, tomando outros rumos. Citemos algumas diferentes características do *ethos* apresentadas por Maingueneau: a) O *ethos* também está presente em textos escritos ao invés de somente nos orais; b) discursos que não se encontram em sequência argumentativa e que não possuam prioritariamente esse objetivo também podem servir de objeto de análise; c) em suas análises leva em conta um sujeito assujeitado que não é dono de si nem constrói uma autoimagem ao seu bel prazer, mas é interpelado pela FI e discursiva da qual participa; d) apresenta a importância dos estereótipos para a constituição efetiva

s u m á r i o

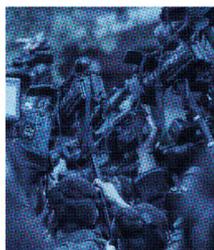


do *ethos*. Nesse ponto, estarão implícitos aspectos histórico-culturais, institucionais referentes às CP do discurso.

Notamos, então, uma nova configuração do *ethos*, aplicada agora aos estudos da Análise do discurso. Essa abordagem nos permitirá visualizar diferentes aspectos discursivos, além de nos permitir trabalhar com *corpora* diferentes daqueles estudados pela retórica. Além disso, a partir do conceito de *ethos*, Maingueneau destacará outros que serão fundamentais para nossa pesquisa, visto que nos permitirá compreender como se dá o processo de adesão a partir dos pressupostos teóricos da Análise do discurso. Esses conceitos são os de fiador e incorporação.

### 2.2.2 Fiador e incorporação

A partir dos estudos da cenografia e do *ethos* discursivo, Maingueneau apresenta outros dois importantes conceitos para nossa pesquisa, os de fiador e incorporação. Como já vimos, o *ethos* é construído a partir dos traços de caráter que orador apresenta ao auditório através de seu discurso. Ao aplicar o conceito de *ethos* na Análise do discurso e ampliá-lo, percebendo também sua construção em textos escritos, Maingueneau falará em “tom”. Ele dirá: “o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito” (MAINGUENEAU, 2013, p. 107). Para ele, esse “tom” irá permitir que o coenunciador construa uma representação do corpo do enunciador, surgindo, a partir da própria leitura, uma entidade imaginária a quem aquele discurso será atribuído. Importante ressaltar que não se trata aqui da imagem do autor empírico, e sim da imagem do enunciador discursivo. Desse modo, para o autor (2013, p. 107), “A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito.”



s u m á r i o

Esse fiador será dotado de determinações físicas e psíquicas. Essas determinações serão percebidas a partir da atribuição de um caráter e uma corporalidade ao fiador. O caráter corresponde a um conjunto de traços psicológicos; já a corporalidade, à compleição do seu corpo, a determinada maneira de vestir-se e movimentar-se no espaço social.

O tom está necessariamente associado a um caráter e a uma corporalidade. O “caráter” corresponde a este conjunto de traços “psicológicos” que o leitor ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer. Para o humanismo devoto, este “caráter” será o de um homem essencialmente comedido e sociável. Bem entendido, não se trata aqui de caracterologia, mas de estereótipos que circulam em uma cultura determinada. Deve-se dizer o mesmo a propósito da corporalidade que remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura. (MAINGUENEAU, 1997, p. 46-47)

O grau de precisão do caráter e da corporalidade atribuídas ao fiador variarão de acordo com os gêneros textuais. Em gêneros como os da publicidade, teremos um fiador bem mais explícito do que em gêneros mais formais, como em textos oficiais, por exemplo. Essa instância será criada a partir de estereótipos sociais, ou seja, a partir dos diversos indícios deixados no texto, o leitor construirá um fiador (instância subjetiva) a quem atribuirá aquele discurso, dando-lhe um corpo e uma personalidade. Assim, podemos afirmar que o fiador é uma concepção encarnada do *ethos*. Para Maingueneau, (2013, p. 108):

O *ethos* implica, com efeito, uma disciplina do corpo apreendido por intermédio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apoia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las. Esses estereótipos culturais circulam nos



## s u m á r i o

domínios mais diversos: literatura, fotos, cinema, publicidade etc. O universo de sentido propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo ethos como pelas “ideias” que transmite; na realidade, essas ideias se apresentam por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, à participação imaginária em uma experiência vivida.

Esse fiador permitirá a existência daquilo que Maingueneau chama de paradoxo constitutivo, pois, por meio do seu próprio enunciado, ele legitima a sua forma de dizer. Será a partir da constituição desse fiador que se dará o que Maingueneau denominou incorporação. A incorporação “é a ação do *ethos* sobre o coenunciador” (MAINGUENEAU, 2013, p. 109). É a maneira do coenunciador se relacionar ao *ethos* discursivo. Para o autor, ela irá operar em três registros indissociáveis:

A enunciação leva o coenunciador a conferir um *ethos* ao seu fiador, ela lhe dá *corpo*;

O coenunciador *incorpora*, assimila, deste modo, um conjunto de esquemas que definem para um dado sujeito, pela maneira de controlar seu corpo, de habitá-lo, uma forma específica de se inscrever no mundo:

Essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um *corpo*, o da comunidade imaginária dos que comungam na adesão a um mesmo discurso. (MAINGUENEAU, 2013, p. 109)

Sendo assim, teremos um enunciador que proferirá dizeres ideologicamente marcados, sendo que esses mesmos dizeres revelarão um *ethos*, o qual será percebido pelo coenunciador que, baseado nos estereótipos sociais, criará um fiador discursivo possuidor de um caráter e de uma corporalidade. Esse fiador exercerá uma determinada ação sobre o coenunciador, que poderá ver-se como pertencente ao grupo daqueles a quem se direciona aquele discurso, ou seja, a incorporação permitirá ao coenunciador apropriar-se de determinado *ethos*.

É importante ressaltar que, apesar de, em textos mais recentes, Maingueneau evitar usar o termo FD, esse conceito é mencionado

## s u m á r i o



em textos mais antigos quando ele trata dos temas de *ethos*, fiador e incorporação. Assim, em seu livro *Novas Tendências em Análise do Discurso* (1997, p. 48), ele destaca que “a formação discursiva confere ‘corporalidade’ a figura do enunciador e, correlativamente, àquela do destinatário, ela lhes dá corpo textualmente”.

A partir das observações feitas, podemos perceber como se dá o processo de adesão para a Análise do Discurso. Enquanto na retórica aristotélica o processo de persuasão se dá de forma intencional, onde um sujeito dono de seu dizer, munido de técnicas de persuasão, tenta manipular seus ouvintes, adaptando seu discurso propositadamente com a finalidade de convencê-los e apresentando um *ethos* fingido, fruto de suas habilidades; na AD, o processo de adesão só será possível porque o enunciador participa de determinada FD, que o possibilita produzir determinado dizer. Sendo assim, apesar de possuir a impressão de controlar arbitrariamente os sentidos do seu discurso, ele está, na verdade, assujeitado à posição ideológica que o domina e significa os sentidos a partir dela. Até mesmo seu *ethos* será formado a partir de uma dada posição discursiva.

Em primeiro lugar, precisa afastar qualquer preocupação “psicologizante” e “voluntarista”, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. Dito de outra forma, eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade. (MAINGUENEAU, 1997, p. 47)

Semelhante observação Maingueneau faz em seu trabalho *Ethos, cenografia e incorporação*.

Longe de situar-se na nascente do texto, sopro iniciador relacionado à intenção de uma consciência, o tom específico,

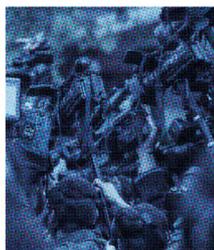
## s u m á r i o



que torna possível a vocalidade, constitui para nós uma dimensão que faz parte da identidade de um posicionamento discursivo. (MAINGUENEAU, 2011, p. 73)

Além disso, o coenunciador também irá se identificar com o enunciatário que mais se aproximar daquele representante de dada posição ideológica a que ele se filia. E será dessa forma que ele poderá aceitar a ação do *ethos* do enunciador sobre si mesmo, ou seja, a adesão do coenunciador a determinado discurso não ocorrerá simplesmente por conta dos argumentos apresentados pelo enunciador, mas, segundo Maingueneau (2008, p. 72), as ideias irão suscitar a adesão do coenunciador por meio de uma maneira de dizer, que é também uma maneira de ser. Para ele, o poder de persuasão de um discurso será decorrente do fato de que esse discurso levará o coenunciador a identificar-se com o movimento de um corpo investido de valores historicamente especificados. Sendo assim, notamos que a questão da adesão se dá como uma consequência do processo mais geral da adesão do sujeito a uma determinada posição discursiva e não simplesmente a partir de processos de convencimento retórico.

Assim, somos levados a tomar distância de uma concepção do discurso que se apresenta por noções como as de “procedimento” ou de “estratégia” e para as quais os conteúdos seriam independentes da cena de enunciação em que são considerados. A adesão do destinatário opera-se por um apoio recíproco da cena de enunciação (da qual o *ethos* participa) e do conteúdo apresentado. O destinatário se incorpora a um mundo associado a determinado imaginário do corpo, e este mundo é configurado por uma enunciação assumida a partir desse corpo. Em uma perspectiva de análise do discurso, não podemos nos contentar, como na retórica tradicional, em fazer do *ethos* um meio de persuasão: ele é parte prestante da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência. O discurso não resulta da associação contingente de um “fundo” e de uma “forma”; não se pode dissociar a



s u m á r i o

organização de seus conteúdos e do modo de legitimação de sua cena de fala. (MAINGUENEAU, 2008, p. 69)

Em nosso trabalho, esses elementos serão muito relevantes, visto que, a partir deles, poderemos compreender de forma mais minuciosa os modos de criação e funcionamento do *ethos* e da cenografia no nosso *corpus*. Poderemos perceber a construção do fiador no jornal *A Tarde* e assim poder identificar a sua posição discursiva, vendo também de quais estereótipos sociais ele se utilizou no processo de criação da sua própria imagem, ou seja, a partir do seu discurso poderemos perceber o caráter e a corporalidade do seu fiador discursivo. Apesar de muitos acreditarem que esse gênero é neutro e imparcial, a verdade é que há também nele um fiador que contribui para a adesão de muitos dos seus coenunciadores.



## s u m á r i o

# 3

QUESTÕES  
SOBRE  
GÊNEROS



Entender os gêneros discursivos é essencial para o nosso trabalho, uma vez que, a partir desse entendimento, poderemos melhor compreender as formas de funcionamento do nosso *corpus* de pesquisa: matérias jornalísticas de capa. Sendo assim, faremos uma breve descrição dos estudos sobre gênero. Iniciaremos apresentando as abordagens clássicas, depois veremos o conceito em Bakhtin, em seguida, veremos os estudos sobre gênero dentro da perspectiva da Análise do Discurso, a partir dos pressupostos teóricos de Dominique Maingueneau, e, por fim, apresentaremos brevemente os gêneros jornalísticos como são descritos pelo professor José Marques de Melo, um dos principais teóricos em jornalismo no Brasil.

Segundo Faraco (2010), a palavra gênero etimologicamente possui o significado de “gerar”, “produzir”, ou ainda, retomando sua raiz latina, “linhagem”, “estirpe”, “raça”, “povo”, “nação”. Podemos, a partir desses dados etimológicos, enxergar características básicas dos gêneros. A primeira é a sua capacidade de “gerar”, ou seja, os gêneros não são estáticos (como veremos mais detalhadamente à frente), não existe uma quantidade específica e imutável deles; ao contrário, eles são dinâmicos, multiplicando-se segundo as necessidades de comunicação humana. Desse modo, eles possuem a característica de serem espontaneamente gerados, reproduzidos. Assim, podemos hoje falar em muitos gêneros que não tínhamos antes e certamente no futuro tenhamos gêneros que não existem hoje. Esse atributo de gerar dos gêneros não se limitará ao surgimento de novas áreas, como é o caso da informática, por exemplo; porém, mesmo em campos onde temos gêneros aparentemente estáticos, como é o caso da literatura, percebemos uma produção de novos com o passar do tempo.

Além dessa característica etimológica do gênero, podemos ainda (a partir das noções de “linhagem”, “raça”, “povo” etc.) perceber que, assim como as pessoas estão ligadas umas às outras por certos

## s u m á r i o



aspectos, os gêneros também estarão ligados uns aos outros, o que permitirá sua classificação a partir de traços comuns.

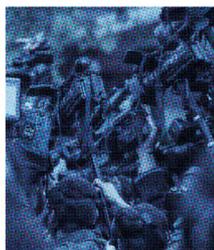
Ainda segundo Faraco (2010), a noção de gênero remonta à Grécia clássica, a partir dos trabalhos de Platão e Aristóteles. Platão, sendo o primeiro que se sabe ter tratado do assunto, o apresenta em seu livro *III da República*, onde divide a *mimese* em três gêneros: o lírico, o épico e o dramático. Já Aristóteles apresenta o assunto em duas distintas obras: na *Arte Retórica*, ele apresenta três gêneros retóricos: o deliberativo, o judiciário e o epidítico; e, na *Arte poética*, ele apresenta diversos gêneros poéticos.

Apesar da importância desses trabalhos pioneiros, percebe-se, a partir de seus estudos, que a noção de gênero foi tomada de maneira puramente formal, ou seja, muitos dos pensadores gregos enxergaram e difundiram um conceito puramente mecânico do gênero, limitando, assim, sua característica básica de “gerar”, “mover-se”. Desse modo, por muito tempo (e ainda hoje em estudos arcaicos), ensinaram-se gêneros de forma engessada, apresentando características amarradas a cada tipo, tirando qualquer possibilidade de mudança das suas características e da geração de diferentes gêneros, ou seja, eles eram estudados em separado das reais condições sócio-históricas que os produziam.

Contudo, essa postura começa a mudar de maneira expressiva a partir das abordagens de Mikhail Bakhtin<sup>8</sup> sobre gêneros. Talvez o maior legado de Bakhtin sobre os gêneros tenha sido a ligação que ele estabelece entre eles e os processos interativos da atividade humana. Bakhtin não vai analisar o gênero de maneira formal, estática, mas vai tomá-lo em seu caráter dinâmico, relacionando-o às suas funções na interação socioverbal. Para ele (2011, p. 261):

8 Estamos cientes de que não apenas Bakhtin teorizou sobre gênero e sim o seu Círculo, porém falaremos aqui em Bakhtin representado o pensamento do Círculo. Referimo-nos ao texto clássico *Gêneros do Discurso*, de sua autoria.

## s u m á r i o



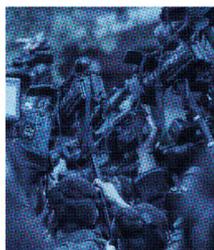
Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional.

Antes de abordar as contribuições bakhtinianas sobre os gêneros, vejamos como ele o conceitua. Em seu livro *Estética da criação verbal*, tratando sobre o tema, ele afirma: “Evidentemente cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros de discurso*”. (BAKHTIN, 2011, p. 262)

Essa definição bakhtiniana não pode ser devidamente compreendida antes de entendermos a sua concepção de enunciado. Para ele, o enunciado não pode estar separado do seu contexto extra verbal, nem ser confundido com frase ou sequência frasal. Para ele (2011), a característica distintiva dos enunciados (enunciados concretos) será justamente o fato de eles estabelecerem muitas conexões com o extralinguístico, com a vida cotidiana. Para ele, se essa relação contextual não for estabelecida, se perderá quase toda a significação do enunciado, tornando-o incompreensível para alguém que desconheça tal contexto. Esse conceito de enunciado opõe-se a um estudo formal da sentença, vista como um sistema gramatical abstrato.

A partir desse entendimento do conceito de enunciado para Bakhtin, podemos melhor compreender o que ele entende por gêneros. Da sua afirmação de que são “*tipos relativamente estáveis*

## s u m á r i o



de enunciados”, podemos inferir alguns pontos. Primeiro, como os enunciados não serão vistos como engessados, mas estabelecerão uma relação com o extraverbal, os gêneros também serão compreendidos de maneira semelhante. Assim, para ele, não se poderá falar de gêneros sem levar em conta o estabelecimento das relações entre os indivíduos, ou seja, entre eles (gêneros) e as atividades sociais. Para Faraco (2010, p. 126):

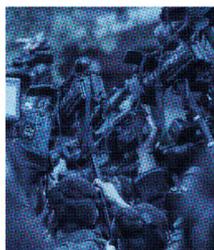
O ponto de partida de Bakhtin é a estipulação de um vínculo orgânico entre a utilização da linguagem e a atividade humana. Para ele, todas as esferas da atividade humana estão sempre relacionadas com a utilização da linguagem. E essa utilização efetua-se em forma de enunciados que emanam de integrantes de uma ou doutra esfera da atividade humana.

Assim, se queremos estudar o dizer, temos sempre de nos remeter a uma ou outra esfera da atividade humana, porque não falamos no vazio, não produzimos enunciados fora das múltiplas e variadas esferas do agir humano.

Desse modo, não são as relações humanas que se estabelecem a partir dos gêneros, e, sim, esses que são estabelecidos a partir dessas relações, ou seja, os gêneros serão gestados a partir de determinadas relações sociais, a partir de certas atividades interativas. A partir delas, eles irão se estabilizar e evoluir no seu interior, ou seja, os gêneros discursivos surgem espontaneamente, a partir da necessidade do estabelecimento de diferentes relações sociais. Por isso, Bakhtin não os dissocia das condições socioverbais, ou seja, é a partir da interação que a maior parte dos gêneros são gerados e posteriormente institucionalizados, e não o contrário.

Como, para ele, tais condições serão muito variadas e heterogêneas, os gêneros também o serão, não sendo possível enumerá-los, como tentam fazer os estudos formalistas. Para Bakhtin, há uma quantidade infinita de gêneros discursivos.

## s u m á r i o



A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. Cabe salientar a extrema heterogeneidade dos gêneros de discurso [...] (BAKHTIN, 2011, p. 262).

Visando uma tentativa de classificar os gêneros, frente à tamanha heterogeneidade, o filósofo russo os separa em dois grupos: 1- os gêneros discursivos primários (simples); 2- os gêneros discursivos secundários (complexos). Os primeiros (primários) são aqueles que se desenvolvem a partir de uma comunicação espontânea e se relacionam diretamente com seu contexto imediato. Nas palavras de Bakhtin (2011, p. 263), são aqueles “que se formam nas condições da comunicação discursiva imediata”. Como exemplo desse gênero, temos os gêneros da conversa familiar, das atividades cotidianas etc. Já os segundos correspondem a gêneros mais complexos, aparecendo em circunstâncias de comunicação que exigem uma elaboração mais precisa. Para Bakhtin (2011, p. 263), eles “surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado [...] No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples) [...]”. Temos, como exemplos desses gêneros, romances, dramas, pesquisas científicas, dissertações, teses etc.

É importante notar que essa classificação dos gêneros em Bakhtin não se limita a aspectos puramente formais, mas leva em conta seu caráter social, histórico e concreto. Ligando-os, assim, às situações reais de interação entre os indivíduos, ou seja, apenas os aspectos formais não serão suficientes para caracterizar um gênero discursivo. Apesar de alguns professores tentarem ensinar os gêneros de forma mecânica, apresentando características estáticas e metódicas, é na interação concreta dos indivíduos, na sua relação cotidiana de uns com



s u m á r i o

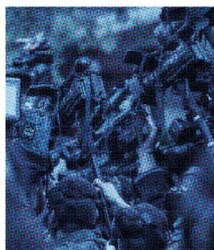
os outros, que os gêneros são produzidos, aprendidos e devidamente executados. Só posteriormente alguns deles são sistematizados e institucionalizados, tornando-se complexos (secundários). É devido a isso que é possível alguém utilizar adequadamente um gênero, mesmo sem conhecê-lo formalmente.

Em termos práticos nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas em termos teóricos podemos desconhecer inteiramente a sua existência. Como o Jourdain de Molière, que falava em prosa sem que disso suspeitasse, nós falamos por gêneros diversos sem suspeitar da sua existência. Até mesmo no bate papo mais descontraído e livre nós moldamos o nosso discurso por determinadas formas de gêneros, às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas (a comunicação cotidiana também dispõe de gêneros criativos). Esses gêneros do discurso nos são dados quase da mesma forma que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo teórico da gramática. (BAKHTIN, 2011, p. 282-283)

Devemos ainda pontuar que, apesar de Bakhtin haver definido esses dois grandes grupos de gêneros, para ele não podemos dicotimizá-los, pois são interdependentes, havendo uma relação complexa de interligação e trocas na sua formação. No caso do gênero com que trabalharemos em nossa pesquisa, matérias jornalísticas de capa, teremos, segundo a classificação bakhtiniana, um gênero secundário, visto ser mais complexo e possuir um caráter especial, entretanto esse gênero não poderia existir se não proviesse de gêneros mais simples, como é o caso da fofoca, boato etc.

Outra observação sobre essa questão é o fato de que, em uma determinada situação, o enunciador não se limita à utilização de apenas um tipo de gênero, podendo ir de um primário ao secundário e vice-versa. É o caso de professores conversando descontraidamente em um restaurante. Em algum momento da sua interação, poderão utilizar gêneros bem informais e espontâneos, contudo, a depender

## s u m á r i o



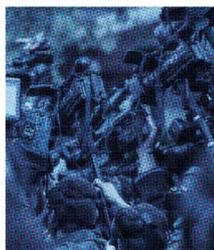
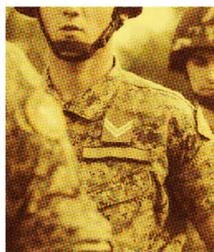
do assunto abordado, poderão passar para um gênero secundário e enunciar de maneira mais formal, como seria o caso de um colega pedir ao outro que esclarecesse um assunto de sua área técnica, por exemplo. Por outro lado, em um gênero formal, como num seminário científico, o enunciador poderá utilizar-se de um gênero primário (como contar uma piada) a fim de descontrair seus coenunciadores.

Por fim, é ainda importante destacar que Bakhtin enxerga o gênero como possuindo a capacidade de ser, ao mesmo tempo, estável e mutável. Assim, enquanto que, por um lado, ele mantém determinadas características; por outro, ele sempre está aberto a algumas mudanças, a fim de adaptar-se às especificidades reais da interação verbal.

Vemos, assim, que Bakhtin trouxe contribuições relevantes para os estudos de gênero, libertando-os de um engessamento puramente formal. Ele enxerga o gênero a partir do ambiente onde ele é gestado, a partir das interações humanas. Sendo assim, em Bakhtin, o gênero é flexível, concreto, móvel e vivo. Essa forma de ver os gêneros gerou grandes influências nos estudos da linguagem e contribuiu significativamente para a construção da concepção de gênero na Análise do Discurso.

Nos estudos ligados à Análise do Discurso, um dos grandes teóricos que tratará dos gêneros de forma explícita será Dominique Maingueneau. Para ele, frente à sua importância nos estudos discursivos, o tema não pode ser negligenciado pelos estudiosos do discurso.

Em geral, há um consenso entre analistas do discurso de que a noção de gênero ocupa papel central na disciplina da qual se ocupa. Refletir sobre lugares sociais sem levar em conta os textos-orais e escritos-que tais lugares tornam possíveis (redução social), ou refletir sobre os textos sem levar em conta os lugares sociais aos quais eles pertencem (redução



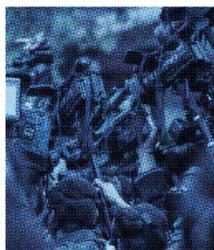
## s u m á r i o

linguística), poderia significar que o discurso não está sendo abordado a partir do ponto de vista da análise do discurso. (MAINGUENEAU, 2008, p. 151)

Além da importância da noção de gênero para a Análise do Discurso, a citação acima evidencia que, tal como em Bakhtin, para o analista francês haverá uma inter-relação entre os gêneros discursivos e os lugares sociais, ou seja, os gêneros serão provenientes desses lugares. Com esse posicionamento, Maingueneau corrobora com a crítica ao estudo do gênero a partir de técnicas meramente formais e isentas de uma relação com determinados contextos sócio-históricos e comunicativos.

Outra postura criticada por ele, concernente aos estudos formais do gênero, diz respeito a limitação de tal abordagem a apenas alguns tipos de textos, como os literários e os retóricos. Para ele (2013), todos os textos, tanto os mais formais, quanto os mais espontâneos, pertencem a uma determinada categoria discursiva, a um determinado gênero de discurso, sendo difícil categorizá-los, visto que diversos termos e critérios muito heterogêneos serão utilizados para isso. Além disso, alguns gêneros encontram-se imbricados uns nos outros, o que torna sua classificação ainda mais complexa, todavia, para ele, tais dificuldades não devem impedir o analista de definir determinados critérios, ao encarar o gênero a ser analisado.

Para Maingueneau, gênero e tipo de discurso não são sinônimos. Segundo ele (2013, p. 67), “os gêneros de discurso pertencem a diversos *tipos* de discurso associados a vastos setores de atividade social”. Enquanto que os tipos são mais estáveis e resistentes a mudanças sociais e históricas, os gêneros variam muito mais facilmente, a depender das condições sócio-históricas presentes. Assim, um tipo de discurso engloba diversos gêneros: por exemplo, no tipo de discurso religioso, teremos gêneros como o sermão, a missa, a meditação etc.; no tipo de discurso político, teremos gêneros como



## s u m á r i o

o comício, o debate político, o santinho etc. No caso do nosso *corpus* (matérias do jornal *A Tarde*), podemos afirmar que ele é do tipo de mídia impressa e do gênero matérias jornalísticas de capa.

É importante ressaltar que, em Maingueneau, o estudo dos gêneros e tipos de discurso estará intrinsecamente relacionado às cenas de enunciação. Assim, os tipos corresponderão às cenas englobantes, enquanto que os gêneros às cenas genéricas<sup>9</sup>.

Para Maingueneau (2013), os gêneros do discurso possuem pelo menos duas utilidades básicas fundamentais. A primeira é a economia cognitiva. Caso não houvesse os gêneros discursivos, o locutor e interlocutor necessitariam apreender milhares de formas enunciativas diferentes. A cada discurso, eles estariam diante de algo completamente novo, tendo a necessidade de concentrar-se profundamente a cada momento discursivo, a fim de expressar-se e compreender o seu interlocutor. Já com os gêneros, isso fica muito mais facilitado, visto que os interlocutores já possuem o conhecimento de um número suficientemente considerável de gêneros. Assim, ao iniciar um diálogo, o mesmo já está muito facilitado, pois o gênero escolhido é rapidamente identificado pelos interlocutores. Segundo Maingueneau (2013, p. 70):

Graças ao nosso conhecimento dos gêneros do discurso não precisamos prestar atenção constante a todos os detalhes de todos os enunciados que ocorrem à nossa volta. Em um instante somos capazes de identificar um dado enunciado como sendo um folheto publicitário ou como uma fatura e, então, podemos nos concentrar apenas em um número reduzido de elementos.

A segunda utilidade dos gêneros discursivos, descrita pelo referido autor, é a de assegurar a comunicação. O fato dos membros de uma dada comunidade possuírem o conhecimento de determinados

## s u m á r i o

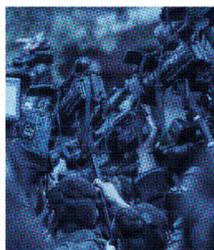
9 Por já termos tratado dessas cenas, de modo mais detalhado, em capítulo anterior, não nos demoraremos aqui nesse aspecto, daremos maior atenção à questão dos gêneros.

gêneros (competência genérica) possibilita uma comunicação mais clara e objetiva, evitando mal-entendidos entre os interlocutores, pois, inteirados do gênero a que se deve remeter ao interpretar determinado enunciado, a comunicação fica facilitada. Assim, o conhecimento das principais características de um determinado gênero discursivo compartilhada entre os interlocutores possibilita um entendimento mais eficiente entre eles, o que seria muito difícil sem tal conhecimento. Esse conhecimento torna possível, por exemplo, ao médico pedir à paciente que tire a roupa sem estar sendo inconveniente, pois essa tem o conhecimento genérico de que se trata de uma consulta médica e não um apelo sexual.

Semelhantemente a Bakhtin, que divide os gêneros em dois grandes grupos (primários e secundários), Maingueneau irá propor uma divisão deles em gêneros conversacionais e gêneros instituídos. Os gêneros conversacionais (aproximando-se dos gêneros primários de Bakhtin) são aqueles utilizados pelos falantes comuns de forma geral, são os gêneros “da conversação ‘ordinária’, que não estão fortemente relacionados a lugares e papéis institucionais ou a rotinas estabilizadas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 153). Correspondem a esses gêneros as conversas informais, as piadas, as estórias etc. Temos aqui gêneros mais flexíveis, tendo sua estrutura mudada constantemente, a depender da interação dos interlocutores.

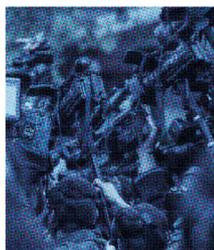
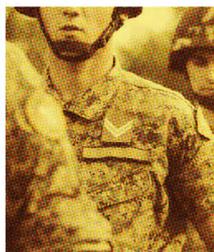
Já no caso dos gêneros instituídos (aproximando-se dos gêneros secundários de Bakhtin), temos aqueles que possuem restrições predominantemente verticais, visto estarem ligados a lugares institucionais. Aqui os participantes da interação “se inserem em um formato pré-estabelecido e os papéis que desempenham permanecem normalmente os mesmos durante o ato de comunicação” (MAINGUENEAU, 2013, p. 116). Para o analista francês (2013), são eles os que melhor corresponderiam à noção de gênero de discurso como dispositivo de comunicação verbal sócio historicamente definidos.

## s u m á r i o



Eles não se limitam à escrita, podendo ser tanto orais quanto escritos. Frente à diversidade desses gêneros, Maingueneau os classifica em diferentes modos, sendo:

- Modo (1) – São os gêneros instituídos mais formais e com menor (ou nenhuma) possibilidade de variação ou mudança, são rígidos, sendo a inflexibilidade sua principal característica, pois é justamente esse caráter o que torna esse gênero eficiente. Segundo Maingueneau (2008, p.155), nele “seus falantes obedecem a fórmulas e esquemas rigorosamente pré-estabelecidos.” Temos, como exemplo desse tipo, fichas administrativas, atos jurídicos, catálogo telefônico e ordens militares.
- Modo (2) - São os gêneros instituídos que possuem certa rotina formal, mas nem sempre utilizam fórmulas feitas; sendo assim, podemos considerá-los semi-flexíveis. Nesse caso, há regras estabelecidas que o locutor deve seguir, porém o teor do conteúdo poderá variar, ou seja, obedecendo a determinadas regras, o locutor produzirá enunciados singulares. Como exemplo, temos as notícias dos telejornalismos. Há determinadas regras de como elas devem ser passadas para os interlocutores, como o caráter “objetivo”, a “veracidade” etc. Porém, por outro lado, elas não poderão ser meramente repetidas nem descritas de maneira mecânica.
- Modo (3) - São os gêneros instituídos que são completamente livres, permitindo ao locutor produzir cenografias completamente originais, ou seja, essa cena não dará preferência a nenhuma cenografia determinada, seu locutor irá criá-la a depender dos seus objetivos enunciativos. É exemplo desse modo as diversas propagandas publicitárias, que permitem uma gama de cenografias muito variadas. Assim, em uma propaganda de xampu não terá como saber previamente qual cenografia o

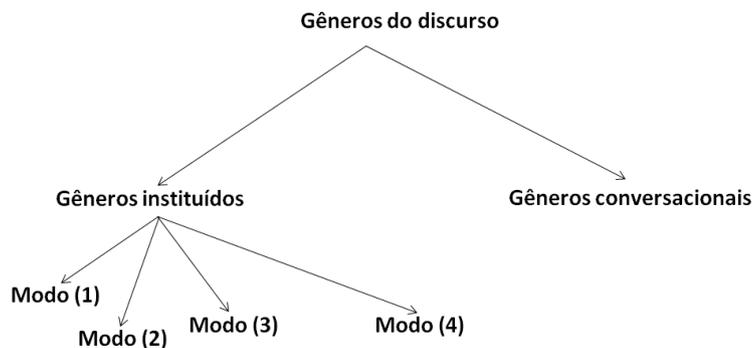


s u m á r i o

locutor fará emergir. Ele poderá utilizar uma cenografia científica, de utilidade, economia etc.

- Modo (4) – São gêneros não-saturados, aqueles que seu locutor busca caracterizar o seu próprio discurso. Para Maingueneau (2008, p. 156), “Eles não possuem um formato pré-estabelecido, mas zonas genéricas subdeterminadas nas quais uma única pessoa, um autor com uma experiência individual autocategoriza sua própria produção verbal”. Temos como exemplo um texto político escrito por um deputado que o intitula de “reflexão”. Nele não poderemos substituir esse nome dado pelo autor, visto que a titulação contribuirá para a produção do efeito de sentido do enunciado. Para Maingueneau, essa é a noção de gênero mais problemática que existe frente a sua complexidade.

Esquema 6 - Classificação dos gêneros segundo Maingueneau.



Fonte: Maingueneau (2013, p. 118).

Segundo a classificação dos gêneros em Maingueneau (2013), as matérias jornalísticas de capa se enquadram no gênero instituído modo 2, uma vez que possui uma certa rotina formal, alguns padrões e parâmetros que devem ser observados para caracterizar o gênero, elementos que não podem ser alterados; mas, ao mesmo tempo,

s u m á r i o

possui certa flexibilidade. As notícias não devem ser dadas de forma mecânica e fria; o enunciador, utilizando-se de certa liberdade, deve torná-la o mais clara, útil e interessante possível, a fim de cativar a atenção do seu público leitor. Essa flexibilidade contribuirá também para a construção da cenografia e do *ethos*. Esse jogo de sedução que o discurso jornalístico precisa ter para atrair o interesse do público não seria possível se esse gênero fosse completamente formal e impedisse algumas variações necessárias, como é o caso dos gêneros modo 1.

Além dessa importante contribuição, é relevante notar também a importância atribuída por Maingueneau ao suporte material de manifestação e ao meio de difusão do gênero discursivo. Ele falará em *mídiu*m (tradução para o português) para referir-se às mediações pelas quais uma ideia se materializa. Para ele, o *mídiu*m não constituirá um elemento com pouca significação do gênero; ao contrário, será elemento de fundamental importância, podendo modificar significativamente o gênero discursivo, dando-lhe um novo caráter.

Hoje estamos cada vez mais conscientes de que o *mídiu*m não é simplesmente um “meio” de transmissão do discurso, mas que ele impõe coerções sobre seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O *mídiu*m não é um simples “meio”, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante no *mídiu*m modifica o *conjunto de um gênero de discurso*. (MAINGUENEAU, 2013, p. 80-81)

Assim, o modo de transporte de um enunciado será constituinte daquele gênero, visto que contribui significativamente para a sua transformação e constituição, ou seja, não poderemos negligenciar o meio a partir do qual um determinado gênero está se materializando, pois, esse meio constitui o próprio gênero.

Em nosso trabalho, observar o *mídiu*m será importante, pois ele contribuirá para moldar o gênero discursivo. Apesar de a TV ter chegado ao Brasil em 1950, no ano de 1964, quando do Golpe

## s u m á r i o

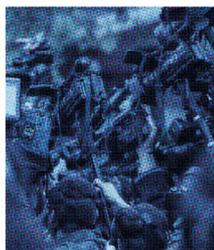


Militar, o jornal impresso ainda era um dos principais veículos de comunicação em massa. Possuía alta credibilidade frente ao público, que o buscava a fim de “saber” os principais “fatos” da sociedade. Por ser veiculado por esse *mídiu*m e não outro, o discurso do jornal impresso carregava o mesmo grau de veracidade e importância que esse veículo possuía, ou seja, o meio pelo qual o discurso será transportado e recepcionado contribuirá para a constituição do próprio discurso, atribuindo-lhe o seu mesmo grau de importância. Como o jornal, no período pesquisado, gozava de amplo prestígio, o discurso veiculado por ele já possuirá certo status positivo, certo caráter de verdade, neutralidade e objetividade. Assim, o fato de uma informação ter sido transmitida através desse veículo provocará mudanças no efeito de sentido. Caso os mesmos enunciados que foram divulgados no jornal impresso, fossem divulgados em um manual de comédia, sem dúvidas haveria uma grande mudança no efeito de sentido. Por isso, torna-se fundamental compreender algumas características peculiares aos gêneros jornalísticos bem como entender a importância desse *mídiu*m nas CP analisadas.

Vejamos mais detalhadamente as características dos gêneros jornalísticos.

### 3.1 GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Antigamente, ao se ler um jornal, buscava-se, quase sempre, obter importantes informações para a comunidade, uma vez que a imprensa geralmente funcionava a cargo do poder público, servindo apenas para apresentar notícias oficiais. Entretanto, atualmente, busca-se muito mais em um jornal do que simplesmente a obtenção de meras informações. As mudanças socioculturais levaram os jornais a adequarem-se a diversos interesses, o que favoreceu o



s u m á r i o

surgimento de variados gêneros jornalísticos. Hoje, pode-se ler um jornal por entretenimento; por questão de utilidade pessoal, ou mesmo para conhecer melhor determinados temas (uma vez que muitos especialistas colaboram com as matérias). Vemos, assim, que os gêneros jornalísticos se desenvolveram muito, abarcando várias e diferentes situações.

Frente a essa diversidade de possibilidades do jornal, os gêneros funcionarão como facilitadores da compreensão do leitor, uma vez que possibilitarão que ele tenha pistas prévias de como deverá interpretar determinado enunciado, ou seja, o conhecimento dos gêneros jornalísticos contribuirá para que os leitores atribuam rapidamente um sentido àquele enunciado.

Da mesma forma que os demais gêneros textuais, os gêneros jornalísticos também não podem ser estudados independentemente do seu contexto sócio-histórico-ideológico, uma vez que eles não serão estáticos e não aparecerão alheios a um determinado contexto. Sendo assim, não poderemos falar de gêneros jornalísticos iguais para todas as culturas ou épocas. Cada gênero aparecerá a partir das necessidades dos diversos grupos socioculturais. Pelo seu caráter mutável, estando em constante transformação e adaptação, vemos que os gêneros jornalísticos devem ser estudados como um fenômeno sócio-histórico, evitando-se classificações engessadas e universais.

Outra importante observação a ser feita a respeito dos gêneros jornalísticos é que sua distinção é feita com fins didáticos, levando-se em conta apenas suas principais características. Assim, não poderemos falar de um gênero completamente “puro”, pois o que haverá, na verdade, será apenas uma predominância genérica, ou seja, não podemos falar de um gênero completamente (100%) informativo, pois tal informação também poderá ser utilitária, ou mesmo servir para entreter o público leitor, ainda que ela não tenha sido criada com essa finalidade. Há ainda a possibilidade de um



## s u m á r i o

mesmo enunciado, em um contexto sócio-histórico diferente, ser tomado como um gênero diferente.

Por tudo isso, os principais teóricos do jornalismo brasileiro afirmam encontrar grande dificuldade ao tentar classificar os gêneros jornalísticos. Para José Marques de Melo (1998):

Classificar gêneros jornalísticos é o maior desafio do jornalismo, como campo do conhecimento, é, sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico e o alcance da autonomia jornalística que passa inevitavelmente pela sistematização dos processos sociais inerentes à captação, registro e difusão da informação da atualidade, ou seja, do seu discurso manifesto. Dos escritos, sons e imagens que representam e reproduzem a atualidade, tornando-se indiretamente perceptível.

Todavia, apesar das dificuldades, ele tentou descrever os principais gêneros do jornalismo brasileiro. Sua descrição é proveniente de pesquisas realizadas por vários estudiosos que se dedicaram ao tema. Assim, seu trabalho sobre o assunto constitui-se num dos mais importantes do Brasil.

Contudo, é importante ressaltar que ele não é o único autor a classificar os gêneros do jornalismo brasileiro. Há diversas classificações com posições muito variadas em alguns pontos e discordâncias acirradas em outros. Escolhemos suas classificações, pois nos parecem ser as mais aceitas entre os profissionais de jornalismo no país. Além disso, frisamos que sua divisão desses gêneros ocorre de forma didática, visto que, na realidade, eles sempre estarão interligados uns aos outros. O que se tem são predominâncias de um pelo outro no mesmo texto. Observamos ainda que as abordagens de Melo não se encontram no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso (apesar de assemelhar-se em alguns aspectos), por isso, a partir das suas classificações, necessitaremos fazer pontuações necessárias a fim de aproximá-las a tal perspectiva. Todavia, é importante observar



## s u m á r i o

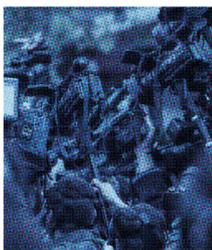
que suas classificações não são engessadas a uma formalidade técnica, visto que ele também leva em conta fatores extralinguístico como o contexto sócio-histórico e cultural.

Segundo Melo (1998), não podemos falar em gêneros jornalísticos em termos universais, uma vez que muitas variáveis irão influenciar a produção e a modificação de um determinado gênero em detrimento de outro. Assim, tanto a localização geográfica, o período histórico e o contexto sociocultural serão fatores relevantes na configuração dos gêneros. Por isso, sua classificação limitar-se-á ao nosso país em nosso contexto atual, ou seja, ele irá apresentar os principais gêneros jornalísticos do Brasil em períodos recentes. Desse modo, os principais gêneros jornalísticos destacados por ele são: a) Gênero informativo; b) Gênero opinativo; c) Gênero interpretativo; d) Gênero diversional; e) Gênero utilitário. Vejamos cada um deles separadamente.

Os gêneros informativos, segundo Melo (1998), são a base do jornalismo, são os mais fundamentais. Na verdade, compõem o jornalismo desde sua fundação, tendo sido o primeiro gênero a surgir na imprensa mundial (por volta do século XVII). Esse gênero caracteriza-se pela apresentação de “fatos” e suas causas, limitando-se a uma simples exposição. É aqui que se busca (tenta ou finge tentar) um jornalismo “objetivo”. Apresenta-se o “fato” como ele se deu, sem a exposição de comentários pessoais do autor. Sendo assim, cabe a esse gênero a função exclusiva de informar. Teoricamente esse gênero seria neutro, imparcial e objetivo. Temos como exemplo desse gênero a nota, a notícia, a reportagem, a entrevista etc.

Frente às abordagens da Análise do Discurso, essa classificação apresenta alguns problemas, pois, para ela, não poderemos falar em um enunciado completamente imparcial ou neutro, uma vez que, ao enunciar, o indivíduo se posicionará como sujeito, assumindo, assim, certa ideologia em detrimento de outra, o que tornará seu dizer verdadeiro apenas a partir de determinada formação discursiva.

## s u m á r i o



Nesse caso, não poderemos falar em neutralidade, muito menos em imparcialidade. Esse fato é reconhecido pelo próprio jornalismo, o que pode ser visto no *Manual de Redação da Folha de São Paulo* (2008, p. 46) que, tratando sobre a objetividade, afirma: “Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto ou ao editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.”

Sendo assim, ao invés de afirmar categoricamente que o gênero informativo seja, de fato, isento, podemos classificá-lo como um gênero onde o sujeito discursivo enuncia acreditando (por conta dos efeitos dos esquecimentos nº 1 e nº 2) estar produzindo um discurso neutro e objetivo.

Já o gênero opinativo, ainda na perspectiva de Melo (1998), seria o segundo mais predominante na esfera jornalística. Nele o jornalista não se limita ao mero “fato”, ao invés disso, conscientemente apresenta algumas observações subjetivas. Tais observações vêm, geralmente, a partir de sua própria opinião ou da de um determinado especialista. Sendo assim, contrariamente ao gênero informativo, esse é assumidamente subjetivo, ou seja, o enunciador claramente expõe seus juízos de valor. Como exemplo desse gênero temos: o editorial, o comentário, o artigo, a crônica etc.

O terceiro gênero apresentado por Melo (1998) é o gênero interpretativo. Segundo ele, esse gênero teria surgido durante a Segunda Guerra Mundial, a fim de suprir a necessidade dos norte-americanos que precisavam de informações de natureza geopolítica sobre o conflito. Nesse gênero, determina-se o sentido de um fato a partir de uma rede de forças que atuam nele, sem atribuir (explicitamente) valor a esse fato, como ocorre no gênero opinativo. Esse gênero difere-se da opinião, pois será embasado por uma complementação dos fatos, por meio de dados históricos.



s u m á r i o

O quarto gênero jornalístico apresentado por Melo (1998) é o gênero diversional. Como o próprio nome já indica, esse gênero é aquele que objetiva o divertimento. Ele encontra-se no jornal não para apresentar uma notícia, nem para discutir explicitamente uma importante questão, mas, sim, para entreter o público leitor. Para Melo (1998, p.14), nesse gênero temos a “informação que diverte”. Ele tem a função de ocupar os momentos ociosos das pessoas, oferecendo informações que busquem divertir. Podemos ter como exemplos desse gênero as palavras cruzadas, as tirinhas, os contos etc.

Resta-nos ainda o quinto (e último) gênero jornalístico destacado por Melo, trata-se do gênero utilitário ou prestador de serviço. Evidentemente, de certa forma, todos os gêneros jornalísticos possuem uma determinada utilidade e presta serviços ao seu leitor, porém, esse gênero se destaca por servir de auxílio às atividades cotidianas, trazendo informações importantes para o dia-dia. Desse modo, ele possui uma função orientadora para o seu público. Como exemplo desse gênero, temos aquelas informações que servem para advertir o leitor a respeito das mudanças de horário nas linhas de ônibus e metrô, resultados de concursos e vestibulares, venda de objetos, anúncios de empregos etc.

Após essa apresentação, é importante ressaltar que Melo apresenta sua classificação de maneira muito geral e flexível, tendo consciência de que não pode haver regras universais estáticas para tais classificações. Assim, seu trabalho não visa prescrever uma norma deste ou daquele gênero, mas apenas descrevê-lo a partir de uma determinada época e um determinado contexto.

Tomando como referência a classificação apresentada por Melo, podemos afirmar que o nosso *corpus*, matérias jornalísticas de capa, se enquadram no gênero informativo. Assim, em todas as matérias analisadas haverá uma pretensão do sujeito de apresentar um dizer objetivo e imparcial.

## s u m á r i o



A análise do *ethos* e da cenografia realizada em textos desse gênero é muito interessante, pois eles não aparecem de forma explícita, como num texto publicitário, por exemplo. Por ser um gênero tido como objetivo e imparcial, a identificação de um *ethos* e uma cenografia são dificultados, uma vez que, esse tenta se impor como o gênero da “verdade”, “dos fatos”<sup>10</sup>. Todavia, a partir da ótica da Análise do Discurso e com base nos pressupostos teóricos de Maingueneau de *ethos* e cenografia, podemos perceber que esses elementos também podem ser percebidos no gênero informativo. Na verdade, o seu pressuposto de imparcialidade e objetividade contribuirá para a criação do corpo de um fiador que gozará de uma boa imagem, visto que ele será interpretado como propagador da “verdade”.

Assim, nesse gênero, irá imperar uma cenografia e um *ethos* da “realidade”, onde posições subjetivas serão rejeitadas em detrimento de uma objetividade factual. Dessa forma, teremos um discurso que, contrariamente, fortalece aquilo que nega, pois, ao mesmo tempo em que ele nega um corpo subjetivo, uma voz outra sustentando a narrativa, fortalece-a, dando a essa voz um corpo de um ser verdadeiro, objetivo e digno de confiança. Essa contradição irá confirmar a assertiva de Maingueneau quando diz “todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma ‘vocalidade’ que pode se manifestar numa multiplicidade de ‘tons’” (MAINGUENEAU, 2011, p 17-18). Exatamente assim, ocorre com o gênero jornalístico informativo, ao mesmo tempo em que nega uma vocalidade subjetiva, fortalece-a criando o tom favorável à credibilidade do seu discurso.

Vemos, então, que o próprio gênero informativo já legará ao fiador um *ethos* pré-discursivo positivo, gerando também uma cenografia conveniente, o que contribuirá para a formação de um *ethos* efetivo favorável.

## s u m á r i o

10 Apesar desse fato, na verdade, essa característica do discurso jornalístico contribuirá para a formação do seu próprio *ethos*.

# 4

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A DITADURA E A IMPRENSA



## 4.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NA DITADURA MILITAR<sup>11</sup>

Apesar de sempre aparecem grupos defendendo o retorno de uma ditadura no país, de modo geral, ao falarmos em Ditadura Militar<sup>12</sup> nos dias de hoje, a partir de uma FD democrática, ainda remontamos a uma memória discursiva negativa, pois a relacionamos a uma série de coisas desagradáveis, bem como a dizeres que fazem desse período um dos mais amargos da história do país. Relacionamos esse momento histórico à falta de democracia, a perseguições políticas, a proibições arbitrárias, vigilância, censura, repressão, torturas, atos institucionais e até homicídios cruéis. Essa é a memória que a maioria (pois a construção dessa memória dependerá da FI e FD a que pertencer o sujeito) ainda hoje possui da Ditadura Militar, contudo, nem sempre foi assim, a Ditadura nem sempre esteve relacionada a sentidos negativos, mesmo sob um ponto de vista capitalista e democrático.

Em uma dada FD, a memória da Ditadura como algo ruim não foi formada de um dia para o outro e muito menos surgiu de forma natural; pelo contrário, ela foi construída paulatinamente, na medida em que “enunciados” sobre o período eram proferidos, interpretações feitas e sentidos atribuídos. Assim, a visão negativa que muitos possuem atualmente da Ditadura Militar brasileira é proveniente de certa construção ideológica, que prioriza posições e valores diferentes aos daquele período. Isso comprova a assertiva de Pêcheux (1997) quando afirma que a linguagem não é transparente e que os sentidos derivam da inscrição da língua na história.

<sup>12</sup> Temos ciência de que o golpe não foi aplicado apenas por militares, mas que entidades civis também tiveram importante participação, por isso a maioria dos historiadores preferem falar em golpe civil-militar. Porém, utilizaremos aqui o termo “golpe militar” para nos referirmos ao golpe de Estado dado no Brasil em 1964, que depôs o presidente João Goulart e impôs no país uma ditadura dirigida por presidentes militares.

Isso pode ser visto ao se notar que muitos que hoje criticam a Ditadura Militar a apoiaram quando de sua implantação, defendendo que ela seria a melhor opção para o crescimento e o desenvolvimento do país naquele momento. Assim, o sentido que muitos atribuíam à Ditadura Militar em tempos atrás é muito diferente do que a maior parte atribui a ela hoje.

A Ditadura Militar foi implantada em meio a um complexo período histórico, quando as divergências sócio-políticas e ideológicas serviram de estopim para o golpe<sup>13</sup>. A fim de possuir uma visão mais ampla das condições de produção vigentes naquele período, vejamos alguns pontos que, segundo historiadores, como Boris Fausto (2014), Gene Sharp (2010) e Maria Paula (2013), contribuíram para o evento.

Porém, antes de tudo, é preciso lembrar que nenhum grande acontecimento histórico ocorre de forma isolada, alheia a um contexto mais amplo. Sendo assim, devemos compreender que o golpe de 1964, no Brasil, não ocorreu de maneira isolada, alheio a outros acontecimentos mundiais, mas ancorado em um ambiente sócio histórico abrangente, o qual influenciou a maneira como os sentidos eram atribuídos a ele (o golpe) aqui no Brasil. Assim, para que tenhamos uma visão mais clara dos processos de atribuição de sentidos do período, precisamos observar não apenas as condições de produção no seu sentido estrito, o aqui e agora da enunciação, mas também em seu sentido lato, ou seja, todo “o contexto sócio-histórico, ideológico mais amplo” (ORLANDI, 2010, p. 15).

Entre as CP no seu sentido lato (amplo) podemos destacar a importância da Guerra Fria, que foi um período (1945 a 1989) de embates indiretos entre os Estados Unidos (EUA) e a antiga União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS). Durante o conflito, duas

13 A depender da FD e ideológica do sujeito, falar-se-á em golpe, revolução ou contragolpe militar. Aqueles que são contrários à ditadura falam em golpe; aqueles que lhe são favoráveis preferem utilizar os termos revolução ou contragolpe civil-militar.

## s u m á r i o

posições ideológicas distintas destacavam-se no cenário mundial. De um lado, tínhamos a ideologia capitalista, defendida principalmente pelos EUA, que afirmavam ser favoráveis aos direitos individuais e à propriedade privada; do outro, tínhamos os defensores da ideologia comunista, que prometiam uma intervenção estatal eficiente e uma distribuição de renda mais igualitária. Porém, tanto os EUA como a URSS não pretendiam limitar essas ideologias apenas aos seus países, o que havia, na verdade, era uma intenção de cada um deles propagar a ideologia que defendia para a maior parte do mundo. Sendo assim, no âmbito mundial, houve, nesse período, um acirrado embate militar, político e ideológico, visando difundir essas ideias.

Assim, tanto os EUA quanto a URSS investiram muito na tentativa de conquistar ideologicamente os diversos países do mundo. O Brasil não ficou alheio a essas influências: enquanto uma parcela dos políticos do país (principalmente a elite) aderiu à influência norte americana, outra parcela (menor e menos afortunada) aceitava as influências comunistas. Vale ressaltar que, como a parcela mais favorecida da sociedade apoiava a ideologia capitalista (amplamente difundido pelos EUA na América do Sul, por temer o avanço comunista), essa FI foi mais difundida, sendo cada vez mais aceita aqui no Brasil; por isso, muitos enunciados produzidos no período, principalmente os de mídia, rechaçavam o comunismo, apresentando-o como algo ruim, inimigo da democracia e da família. Devido a isso, partidos comunistas foram fechados e muitos dos seus seguidores sofreram severas punições, chegando, inclusive, a ser torturados e mortos.

Desse modo, vemos que, quando da implantação do Regime Militar no Brasil, tanto o cenário político nacional quanto o internacional, sofriam fortes influências de duas formações ideológicas diametralmente



## s u m á r i o

opostas.<sup>14</sup> E foram as divergências entre essas duas posições (dentre outras) que contribuíram significativamente para ampliar o clima de divergências sócio-políticas e ideológicas em nosso país, culminando com a implantação da Ditadura Militar.

Segundo a historiadora Maria Paula Araújo (2013), “Os anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964 foram anos de grande efervescência política e cultural”. Apesar de o Congresso Nacional estar composto por diversos partidos políticos que representavam os interesses de vários setores da população, todos eles, de certa forma, posicionavam-se favorável à direita, que apoiava o capitalismo e defendia uma política conservadora; ou à esquerda, que se identificava com o comunismo e defendia reformas mais radicais.

Complicando ainda mais essa divergência, no dia 31 de janeiro de 1961, subiram, democraticamente, ao poder presidencialista brasileiro, dois políticos que também estavam divididos quanto ao posicionamento ideológico. Enquanto que o presidente Jânio Quadros privilegiava os interesses capitalistas, seu vice, João Goulart, apoiava uma política mais de esquerda, defendendo reformas sociais importantes.

Quando assumiu a presidência, Jânio Quadros deveria manter-se no poder até o ano de 1965, porém, afirmando ter sido enfraquecido por “forças terríveis” (QUADROS, 1961), deixou o governo no dia 25 de agosto de 1961. Sendo assim, seu vice, João Goulart, deveria assumir o poder, tornando-se presidente do Brasil. Porém, aproveitando que ele estava em missão diplomática na China, seus opositores tentaram lhe dar um golpe, impedindo, assim, que ele assumisse o poder. Contudo, após uma série de embates políticos e ideológicos, a oposição não teve

14 Já é sabido que as Fls e as FDs não são homogêneas, mas heterogêneas por excelência, sendo assim, teremos pontos em acordo e mesmo contraditórios entre as duas posições ideológicas aqui apresentadas, mas por questão didática, destacamos aqui seus pontos de desacordo, visto terem sido eles os que mais contribuíram para a ampliação dos conflitos no período da implantação da Ditadura Militar.

## s u m á r i o



forças para impedir sua posse, mas conseguiu mudar o regime político para o parlamentarista, onde João Goulart assumiria a presidência, mas teria os seus poderes políticos reduzidos.

Goulart, como representante do legado de Getúlio Vargas, presidente populista que ampliou os direitos sociais, desde o início do seu governo, assumiu uma posição ideológica notadamente de esquerda, prometendo uma série de reformas políticas e sociais, como vemos abaixo numa de suas declarações:

Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil. (MARCELINO, 2010, p. 89)<sup>15</sup>

As declarações e posturas do então presidente não agradavam àqueles que assumiam uma ideologia de direita e temiam a perda de bens com a implantação de um regime semelhante ao que ocorria na URSS e que já havia chegado ao continente americano, sobretudo na ilha de Cuba. Sendo assim, conforme Araújo (2013), os integrantes da direita começaram a propagar que as reformas propostas por Goulart objetivavam tornar o país comunista. Desse modo, houve grande conflito no Congresso Nacional referente às reformas, enquanto os integrantes da esquerda cobravam a realização imediata delas, os da direita se recusavam a aprová-las.

A situação foi se tornando cada vez mais conflituosa. Sendo assim, temendo a execução de reformas que prejudicasse a elite do

## s u m á r i o

15 Trecho extraído da declaração de presidente João Goulart, feito no comício da Central do Brasil no dia 13 de maio de 1964.

país; com o apoio de organizações civis, como a igreja, entidades femininas e empresariais, no dia 31 de março de 1964, os militares reagiram, tirando o presidente João Goulart do poder e implantando no país uma Ditadura, tendo, posteriormente, nomeado o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como seu primeiro presidente<sup>16</sup>.

No Estado da Bahia, as condições sócio-políticas e ideológicas antes do golpe também não diferiam muito das que ocorriam no restante do país. Havia uma clara divisão entre aqueles que se identificavam com uma FI de esquerda, que defendiam o presidente e suas “reformas de base” e aqueles que, identificados com uma FI de direita, opunham-se ferrenhamente ao comunismo, afirmando defender a democracia e resguardar os valores religiosos e da família.

Segundo Tannous, (2011), essa divergência se manifestou de forma mais acentuada pouco antes do golpe militar, a partir das eleições de 1962, quando disputavam o cargo ao governo baiano Antônio Lomanto Júnior e Waldir Pires. Enquanto este apresentava uma posição mais inovadora, defendendo explicitamente as reformas de João Goulart e tendo o apoio das classes mais populares do Estado; aquele, apesar de manter relação amistosa com o então presidente, defendia uma política mais conservadora e tinha o apoio das elites, que se opunham explicitamente aos ideais comunistas.

A Assembleia Legislativa e os setores sociais também se encontravam divididos, destacando-se entre eles a oposição ideológica entre a direita (mais próxima à ideologia capitalista) e a esquerda (mais próxima à ideologia comunista). Assim, coligações se formavam levantando suas bandeiras, contra ou a favor do conflito político-ideológico que se dava no cenário nacional e repercutia no Estado da Bahia. Sindicatos, instituições religiosas e organizações sociais

## s u m á r i o

<sup>16</sup> Castelo Branco foi o primeiro presidente efetivamente do Regime Militar, uma vez que Ranieri Mazzilli assumiu o cargo do dia 02 até o dia 15 de abril.

organizavam palestras, encontros, passeatas etc., com a finalidade de defender suas posições.

No entanto, com a vitória de Lomanto Júnior, em 1962, houve uma tentativa de conciliação ideológica, pois, ao mesmo tempo em que ele se posicionava aliado ao presidente, defendia reformas menos radicais, que não viessem a prejudicar economicamente as elites baianas. Até esse momento, essas duas posições ideológicas contraditórias ainda coexistiam livremente, ou seja, todos ainda estavam democraticamente livres para se posicionarem a favor ou contra cada uma delas. Não havia uma posição “legal” que impedisse ou interditasse qualquer dizer.

Logo após o Golpe Militar de 1964, em todo o país, inclusive no Estado da Bahia, houve um enfraquecimento das posições de esquerda, prevalecendo as de direita, uma vez que a ideologia comunista (apresentada como estando diretamente relacionada à esquerda) passou a ser considerada uma posição inaceitável, sendo colocada como uma perspectiva contrária aos princípios religiosos (que chegava a questionar a Bíblia e a existência do próprio Deus) e aos valores sociais (como os da família, democracia etc.). A tentativa de reprimir o discurso da esquerda não se limitou ao embate ideológico. Na verdade, os indivíduos que proferiam dizeres diferentes do oficial eram perseguidos, presos, perdiam cargos públicos e chegavam a ser torturados e mortos. Da mesma forma, organizações que assumiam uma ideologia de esquerda eram fechadas e muitas vezes tinham seus bens confiscados pelo Estado.

Desse modo, o golpe de 1964 mudou significativamente as condições de produção do discurso, visto que o Estado passou a interditar alguns dizeres, por considerá-los errados, ofensivos e mesmo perigosos para o país, a igreja, a família etc. Por outro lado, havia a “verdade” oficial, aquela que garantia paz à nação, a valorização dos bons costumes e a evolução do país.

## s u m á r i o



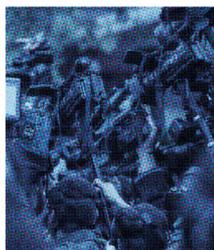
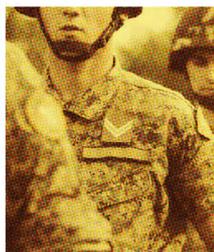
Temos, assim, um importante acontecimento histórico que possibilitará um acontecimento discursivo. Esse conceito é apresentado por Pêcheux em seu livro *Discurso: estrutura ou acontecimento*, onde ele analisa a possibilidade de, em um dado momento histórico, alguns dizeres sofrerem sérias rupturas, ganhando sentidos diferentes, ainda que numa mesma FD. Para Indursky (2003, p. 107-108):

[...] um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido outro. Dito de outra forma: um acontecimento discursivo rompe com a ordem do repetível, instaurando um novo sentido, mas não consegue produzir o “esquecimento” do sentido outro, que o precede.

Quando ocorre uma ruptura com a repetibilidade, uma nova ordem de repetibilidade se instaura, a qual é responsável pela reorganização da memória, pela organização de uma nova estrutura vertical, a qual necessariamente mantém relações com a estrutura precedente, com a qual rompeu.

Apesar de o sentido precedente não poder ser completamente esquecido, percebemos que, a partir da implantação do Regime Militar, muitos enunciados passam a assumir um sentido completamente diferente dentro daquela FD. Por exemplo, temos os enunciados “capitalista” e “comunista” que, antes da implantação do Regime, apesar de já haver certo favorecimento ao capitalismo em detrimento do comunismo, eram geralmente interpretados como posições políticas legítimas. Contudo, com o início da Ditadura Militar, “comunista” passa a ser (no saber da FD de direita capitalista) uma posição ilegítima, contrária aos interesses nacionais, chegando a ser vista como diabólica. Por outro lado, ser capitalista é estar do lado da nação, da igreja, da família e dos bons costumes. Não há dúvidas de que a Ditadura Militar instaurou um acontecimento discursivo, ressignificando muitos dizeres.

## s u m á r i o



Como se notou, nesse ambiente teremos a hegemonia de uma FD capitalista sobre uma FD comunista. Por conta disso, grande parte das publicações no estado convergia para exaltar o Novo Regime e criticar o governo de Goulart e os comunistas. Enquanto o novo governo era elogiado e descrito como sendo sinônimo de progresso, o comunismo era apresentado como sendo algo perigoso para o país, um inimigo que deveria ser combatido, perseguido e banido a todo custo. Afirmavam serem eles contrários à democracia, à igreja, à família e aos bons costumes. Isso produzia uma imagem bem negativa dos comunistas para a maior parte da população soteropolitana, aqueles que assumiam a mesma inscrição ideológico-discursiva do governo. Esse discurso gerava um efeito de sentido de valorização ao golpe militar, tornando-o algo necessário para garantir o desenvolvimento do país e a proteção dos valores sociais e religiosos.

Entender esse contexto histórico é fundamental, pois será justamente a partir dele (e não de outro) que o discurso que iremos analisar será produzido, será a partir dessas CP que poderemos avaliar como se deu a construção do processo de significação. Como defende Pêcheux (1997a), as palavras não possuem um sentido fixo, literal, mas são as condições nas quais elas são produzidas que lhes permitirão a atribuição de um determinado sentido. Assim, é apenas a partir do entendimento dessas condições que poderemos entender a constituição da cenografia e do *ethos* discursivo e, dessa maneira, perceber qual imagem o jornal *A Tarde*, ao produzir determinado discurso, apresentava de si mesmo ao seu público leitor.

É evidente que, apesar de as CP, nesse caso, serem desfavoráveis à produção de discursos contrários à ideologia hegemônica, os dizeres de oposição ao Regime não foram completamente silenciados, havendo sempre enunciados de crítica e protesto. Além disso, o próprio discurso dos militares apresentava suas contradições, produzindo, assim, muitas

## s u m á r i o



vezes, efeitos de sentidos contrários ao pretendido, o que confirma que todo discurso, em essência, é heterogêneo e contraditório.

## 4.2 O JORNAL COMO MATERIALIDADE DISCURSIVA: BREVE HISTÓRICO DA IMPRENSA NO BRASIL

Atualmente, a maior parte das empresas jornalísticas de nosso país afirma atuar de maneira imparcial, apresentando ao seu público leitor apenas os “fatos”, agindo sempre de forma neutra e objetiva. Porém, na prática, percebemos que o jornalismo (como todas as mídias) também é tendencioso e parcial. Para Rebelo:

O jornalista não é aquele sujeito exterior e distante, armado de uma independência, de uma neutralidade sem falha. Entre ele e o objeto da sua intervenção não há verdadeiro distanciamento. Nem espacial, nem temporal, nem cultural, nem sociológico. Até porque, como salienta Paul Ricoeur ‘narrar é já refletir sobre os acontecimentos narrados. O jornalista transporta, em si, a Lebenswelt (mundo vivido ou vivência do mundo), conceito que Habermas retirou da fenomenologia de Husserl, para designar aquele nível profundo de um grupo, de uma coletividade, onde se enraízam linguagens, normas e comportamentos comuns. Inscreve-se, pela sua própria práxis, na realidade que descreve e estabelece, com o jornal para qual escreve, uma relação mimética que o conduz a reproduzir o léxico e os valores desse mesmo jornal. Atua, assim, duplamente, como protagonista de um discurso dialógico e como parte de um coletivo profissional com regras e projetos próprios. (REBELO, 2000, p. 17-8)

Por isso mesmo, não podemos pensar uma história da imprensa separada e independente da história da sociedade. Para Nelson Werneck Sodré, que por anos se dedicou ao estudo da história da imprensa no Brasil, “[...] a história da imprensa é a própria história da



s u m á r i o

sociedade capitalista” (SODRÉ, 2007, p. 1). De maneira semelhante, se expressam as historiadoras Ana Luiza e Tânia Regina (2013, p. 1): “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel”. Desse modo, as matérias da imprensa não deverão ser analisadas de forma alheia às suas condições de produção, uma vez que sempre estarão sendo diretamente influenciadas por ela. Além disso, o *ethos* que será atribuído ao fiador jornalístico dependerá dessas mesmas condições, da FI e da FD a que se identificarem os seus coenunciadores, uma vez que, será a partir desses elementos que retomarão determinadas memórias discursivas.

Por essa razão, percebemos que não apenas o contexto imediato à enunciação contribuirá para o processo de atribuição de sentido. Como afirma Orlandi (2012, p. 32), “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua”. Assim, entender a história da imprensa é fundamental, uma vez que a imagem que o coenunciador tiver dela contribuirá para o processo de significação do seu discurso. Caso a imprensa jornalística seja considerada um mecanismo manipulador a serviço do Estado ou das elites, seu dizer não será levado a sério e sempre será visto com desconfiança; do contrário, se ela gozar de respeito e credibilidade, esse mesmo dizer será interpretado como verdade objetiva e o coenunciador se colocará à disposição para recebê-lo integralmente, sem questionar ou desconfiar, atribuindo-lhe um estatuto de fato inquestionável.

Veremos um breve histórico da imprensa brasileira nos períodos que precederam a Ditadura Militar, sendo eles: o colonial, o Império e o início da República. Daremos ênfase ao aparelho jornalístico, visto ser o nosso *corpus* constituído por matérias de jornal. Para possibilitar uma melhor compreensão, frente à necessidade deste trabalho, deixaremos para uma discussão à parte elementos da história da imprensa na Ditadura Militar.

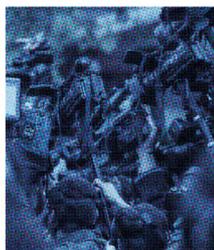
## s u m á r i o



Segundo Sodré (2007), a imprensa chegou tardiamente ao Brasil, uma vez que, durante o período colonial, ela era proibida nestas terras. A coroa portuguesa não permitia qualquer tipo de atividade de imprensa na colônia. Sobre isso, ele (2007, p. 9) afirma: “De sorte que o livro, e a técnica de fazê-lo, assumiram ali, pouco depois do início da existência histórica brasileira, o aspecto herético que atraía maldição e condenações”. Por isso mesmo, o Brasil foi um dos últimos países do continente a desfrutar da presença da imprensa, pois nas demais colônias europeias não havia proibição a respeito.

Porém as proibições não impediam que materiais impressos chegassem à colônia através de contrabandos, sobretudo após 1805, quando os portos brasileiros foram abertos para as nações aliadas a Portugal. Foi justamente dessa maneira que, em junho de 1808, o primeiro jornal brasileiro começou a circular nessas terras; tratava-se do “Correio Braziliense”, impresso que tinha como responsável Hipólito José da Costa, que o confeccionava em Londres e o enviava para o Brasil. Esse jornal não gozava de prestígio perante a coroa portuguesa, pois servia justamente como um veículo para tecer críticas à administração do governo e à família real. Sua circulação era oficialmente proibida, tendo sido muitas vezes apreendido por representantes da coroa. Mesmo não sendo publicado no Brasil, ele é considerado o primeiro jornal legitimamente brasileiro, visto que tratava de assuntos que diziam respeito à colônia portuguesa.

Contudo, segundo Sodré (2007), com a vinda da família real para o Brasil, no dia 31 de maio do mesmo ano, após autorização da coroa, tivemos aqui a implantação oficial da imprensa, seguida pela publicação (em setembro) do primeiro jornal impresso no Brasil, o *Gazeta do Rio de Janeiro*. Bem diferente do Correio Braziliense, que questionava a corte, esse jornal estava completamente à disposição dos interesses do governo, era a imprensa oficial da colônia e difundia



## s u m á r i o

os valores e interesses da família real, não havendo espaço para crítica de qualquer natureza.

Com o passar do tempo, grupos ligados a movimentos favoráveis à independência do Brasil começaram a defender a liberdade de imprensa no país, o que se deu legalmente com a publicação de uma lei portuguesa em 1821. Porém, apesar de afirmar a “liberdade”, a mesma lei restringia assuntos que não poderiam ser publicados nos impressos, o que gerava uma censura velada. Segundo Sodré (2007, p. 41): “Continuavam proibidos os escritos contra a religião, a moral, os bons costumes, a Constituição, a pessoa do rei, a tranquilidade pública – contra qualquer coisa, contra tudo, em suma”.

Percebemos, assim, que, desde os primórdios da história do país (e da imprensa), já havia uma tentativa de cerceamento de alguns dizeres, tidos como perigosos; e o privilégio de outros, apresentados como verdadeiros. Além disso, vemos também que a imprensa no Brasil já nasceu parcial, uma vez que seus administradores sempre favoreceram a propagação de artigos que estivessem em consonância com suas formações ideológicas.

A imprensa, aos poucos, se expandia pelo país, tendo dado a sua contribuição para o processo de independência do Brasil. A constituição brasileira de 25 de março de 1824 incluiu em seu texto artigos em defesa da liberdade individual e de imprensa, conforme vemos:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contanto que haja de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a lei determinar. (BRASIL, 1824, Art.179, nº 4)

Porém, nos primeiros anos pós-independência, sobretudo no governo de D. Pedro I, publicações contrárias aos interesses do governo eram fortemente reprimidas. Apesar disso, aos poucos, a



s u m á r i o

imprensa foi conquistando maior liberdade, tendo o seu auge durante o governo de D. Pedro II, que proibiu qualquer tipo de perseguição a ela. Foi um dos momentos da história do país em que a imprensa mais gozou de liberdade, contudo ainda eram precárias as suas condições de subsistência, havendo dificuldades tanto para a produção quanto para a divulgação dos impressos.

Todavia, segundo Kátia de Carvalho (1996), nesse período a imprensa conseguiu se desenvolver nessas terras.

Até o final do século XIX, a imprensa periódica se desenvolveu lentamente, e a venda avulsa dos jornais deixou de ser realizada nas oficinas. Os jornais, mesmo servindo aos adversários, irmanavam-se na difusão da ideologia voltada para o progresso. Surgiram as empresas jornalísticas, substituindo, nos maiores centros urbanos, o jornalismo artesanal. Os jornais essencialmente opinativos propunham novos modelos editoriais cuja ênfase era para o artigo de fundo, o editorial, enquanto os diários apregoavam uma suposta neutralidade e compromisso com a verdade. O aspecto documental foi priorizado, e passaram a ser utilizadas a ilustração e a fotografia. (CARVALHO, 1996, p. 4)

Para ela, tanto a liberdade de imprensa quanto seu crescimento tecnológico e de público possibilitaram o surgimento de um jornalismo mais independente, que passava a ditar a nova forma de vida da população, contrariando, inclusive, princípios da igreja e do Estado, contribuindo, assim, para uma mudança da consciência social. “Por intermédio das publicações periódicas, os intelectuais puderam exercer suas funções como formadores de opinião” (CARVALHO, 1996, p. 4). Esses jornais contribuíram significativamente para a implantação da República no país, apesar de, é claro, haver outros que defendiam a permanência da monarquia.

Para Sodré (2007), o advento da República não trouxe mudanças significativas nem para o país nem para a imprensa.

## s u m á r i o



Ela continuou gozando de certa liberdade, já havendo, no início do período, jornais que defendiam a permanência do Marechal Deodoro no governo; outros que pediam sua renúncia, a fim de que seu vice, Floriano Peixoto, assumisse o poder; e ainda outros, que suplicavam o fim da República e o retorno da monarquia. A Constituição brasileira, publicada em 1891, em seu artigo 75, parágrafo 12, confirmava a livre expressão de pensamento.

Porém, tanto Sodré (2007) quanto Carvalho (1996) chamam a atenção ao fato de que a imprensa, ao poucos, foi se institucionalizando, passando de publicações precárias para empresas jornalísticas. Dessa forma, ela se tornou cada vez mais complexa e, por sua vez, mais dependente de recursos, o que a levou, muitas vezes, a vender-se às elites, a fim de se manter. Sendo assim, para Carvalho (1996, p.5), “na virada do século, a imprensa passou a ser vista como instrumento de poder e a informação vista como mercadoria vendável”. Sodré (2007, p. 355) afirma que: “Na maioria dos casos, trata-se de empresas mal estruturadas, que se esgotam depressa, que consomem rapidamente o capital, mas sempre empresas e não empreendimentos individuais”.

Para eles, nesse período, como a imprensa necessitava financeiramente do governo, ela acabou se vendendo a fim de sobreviver. Sendo assim, através da distribuição de recursos generosos, o governo conseguiu comprar boa parte da imprensa brasileira. Para Sodré (2007, p. 277), “Essa compra da opinião da imprensa pelo governo torna-se rotina”. Essa dependência do capital público (incluindo o estrangeiro, sobretudo dos EUA) persistiu durante os anos de governo de Getúlio Vargas, governante que sabia muito bem utilizar a imprensa a seu favor. Com a explosão dos conflitos mundiais, como a Revolução Russa e as Guerras Mundiais, para Carvalho (1996, p. 6), “A imprensa, em expansão, tornou-se mediadora entre o público leitor e a sociedade política”.

## s u m á r i o



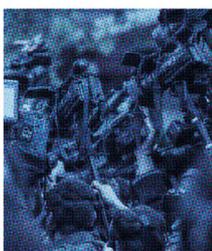
A imprensa brasileira voltou a sofrer forte censura na Era Vargas; nesse período, vários jornais foram fechados, representantes do governo fiscalizavam as matérias que seriam publicadas e muitos jornalistas sofriam punições. Na ditadura varguista, foram criados órgãos governamentais específicos (como o DEI – Departamento Estadual de Imprensa) para impor a censura. “Os jornais passaram, assim, por gosto ou contragosto a servir à ditadura” (SODRÉ, 2007, p. 382). Muitos, porém, tentavam resistir, denunciando os excessos do governo, bem como suas incoerências.

Vemos aí que, a depender das condições sócio históricas, a imprensa jornalística assumirá posicionamentos distintos, enunciando de modo diverso sobre determinado tema. Isso, levando em conta a FD assumida pelos seus coenunciadores, provocará mudanças significativas na sua imagem.

Dessa forma, compreender a história da imprensa jornalística é importante para que possamos perceber que a imagem que o coenunciador lhe irá atribuir não dependerá apenas da situação em seu sentido estrito, o aqui e agora da enunciação, mas dependerá também da situação em seu sentido lato, de todos os outros dizeres que, em sua constituição histórica, já foram enunciados sobre ela e que ficaram inscritos na memória discursiva.

Esse entendimento nos permitirá perceber qual *ethos* discursivo o jornal transmitia ao seu público, uma vez que essa imagem sempre será dependente das suas CP; como afirma Maingueneau (2011, p. 17), a partir de “uma situação de comunicação específica, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica”. Para ele (2011), a identificação desse *ethos* por parte do coenunciador não ocorrerá em desarmonia com as condições interdiscursivas, mas será identificada a partir dos estereótipos, a partir do conjunto difuso das representações sociais avaliadas positiva ou negativamente.

## s u m á r i o

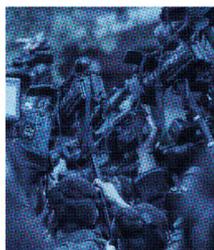


### 4.3 A IMPRENSA E A INSTAURAÇÃO DA DITADURA MILITAR

Muito já se falou sobre a forte censura sofrida pela imprensa na Ditadura Militar, de como sua liberdade foi cerceada pelo governo, chegando mesmo a criar órgãos que a fiscalizassem, impedindo a publicação de tudo aquilo que estivesse em desacordo com a ideologia do Regime. Falou-se ainda das estratégias utilizadas pela imprensa com a finalidade de burlar a censura e convocar os leitores a reagirem diante da imposição dos militares. Porém, ao analisarmos matérias jornalísticas publicadas nos períodos próximos à instauração do Regime Militar (tanto antes quanto depois do golpe), percebemos que muitas empresas jornalísticas, que posteriormente se opuseram à Ditadura (principalmente após o AI-5), não só apoiaram o golpe, como também contribuíram para a derrubada do governo de João Goulart em 1964. Esse fato é confirmado na revista *Caros amigos* ao afirmar: “Destacados jornalistas deram apoio à intervenção militar” (CAROS AMIGOS, 2007, p. 91).

Como todo sujeito só pode enunciar a partir de determinadas condições sócio-históricas e ideológicas, os dizeres jornalísticos, no período que precedeu a implantação da Ditadura Militar, revelam CP complexas, heterogêneas e conflitantes entre si, refletindo um momento conturbado na história do país.

No momento, havia no cenário internacional duas posições ideológicas que se opunham nitidamente, a capitalista e a comunista, que, tendo como seus principais defensores, respectivamente, os EUA e a URSS, tentavam difundir-las para outros países do mundo. O Brasil não ficou fora desse embate ideológico, havendo aqui, tanto no campo político quanto social, defensores ferrenhos dos dois posicionamentos citados. Para Araújo (2013), nas eleições de 1960, vencida por Jânio



s u m á r i o

Quadros (tendo como seu vice João Goulart), já havia no país uma relação conflitante entre os dois posicionamentos.

Para Abreu (2006), apesar de continuar dependente do capital estatal, nesse período a imprensa brasileira vivia um momento de importantes modificações, uma vez que, por se aproximar da imprensa norte americana, estava assumindo uma nova postura, posicionando-se de maneira mais técnica, afirmando adotar como princípios norteadores a objetividade e a imparcialidade.

A influência dos Estados Unidos estimulou o surgimento de uma nova forma de fazer jornalismo. A mídia norte-americana adotou no início do século XX as ideias de objetividade, imparcialidade e neutralidade. Influenciados pelas práticas norte-americanas, a imprensa brasileira tenta incorporar em seus diários os mecanismos que estabelecem a objetividade. (TANNOUS, 2011, p. 29)

Apesar de a imprensa assumir a neutralidade como uma de suas principais características, o que se percebe é que, como todo sujeito, ao enunciar, o sujeito do discurso jornalístico também só o faz a partir de uma determinada tomada de posição ideológica. Desse modo, a imprensa sempre será parcial, favorecendo apenas alguns interesses em detrimento de outros. Contudo, o discurso de imparcialidade jornalística tornou o jornal um mecanismo poderoso para difundir ideologias hegemônicas, uma vez que seu público (inscrito na mesma FD) passou a lhe atribuir uma imagem positiva, de um veículo de “informação” digno de ser levado a sério, que todo leitor podia confiar sem reservas, pois ela estaria livre de tendências e parcialidades; ali seriam apresentados apenas “os fatos”, “a verdade como ela é”.

Com a tomada do discurso da objetividade, o jornal se afirmou como fala autorizada, proclamando-se como uma fonte segura, garantida, não havendo a necessidade de buscar outras fontes de notícia. A imprensa torna-se um espaço de confiança para o leitor. (TANNOUS, 2011, p. 30)

s u m á r i o



Para Alzira de Abreu (2006), apesar de assumir o discurso da objetividade e neutralidade, os principais jornais da época mudavam de postura a depender da situação política. Ela evidencia esse fato ao mostrar os diferentes discursos apresentados pela imprensa em relação à figura do presidente João Goulart. Ela evidencia essa flexibilidade da imprensa jornalística, mostrando que, logo após a renúncia de Jânio Quadros, os principais jornais da época apoiaram sua assunção ao cargo. Após o plebiscito, que requer o fim do parlamentarismo, apoia o retorno do presidencialismo. Com o aumento da oposição ao presidente, defende o seu *impeachment*; tendo, finalmente, sido favorável ao golpe militar de 1964. Abreu (2006, p. 108) afirma que “Ao se analisar o comportamento da imprensa nesse período, observa-se que ela atravessou, num curto espaço de tempo, várias fases [...]”.

Para Abreu (2006), a imprensa não apenas apoiou o golpe militar de 1964, na verdade, ela contribuiu para a instauração do Regime. Após Jango conquistar o apoio das massas e caminhar na direção de pôr em prática suas reformas de base, vários setores da direita, incluindo a maioria dos grandes jornais do período (dentre eles Correio da Manhã, Jornal do Brasil, O Globo etc.), fortaleceram suas críticas ao seu governo, afirmando que o presidente possuía pretensões em implantar o comunismo no Brasil, o que provocaria a decadência econômica e moral do país.

[...] a imprensa foi um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo, e que esse fantasma foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo. Ao mesmo tempo, a imprensa exacerbou a divulgação de notícias sobre a existência de um caos administrativo e participou, em seguida, da divulgação da idéia de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem mediante uma “intervenção militar”. (ABREU, 2006, p. 108)

## s u m á r i o



Essa postura da imprensa pode ser vista em muitos trabalhos acadêmicos<sup>17</sup> que analisam os artigos jornalísticos que eram publicados pouco antes do golpe militar. Percebe-se que os jornais publicavam matérias questionando a administração de Jango, defendendo mudanças políticas e fazendo críticas ao comunismo; ao tempo em que publicavam outras que faziam apologia à democracia, ao direito de propriedade, à valorização da família, à comunhão com a igreja etc.

Com fama de comunista e a oposição de boa parte da elite político-ideológica do país, no dia 1º de abril de 1964, João Goulart foi afastado do governo e instaurou-se a Ditadura Militar no Brasil. Além de ter contribuído para a implantação do Novo Regime, a imprensa também colaborou para legitimá-lo. Quando da implantação, a Ditadura Militar não só foi bem recebida pelos principais jornais do país, em muitos casos ela foi louvada. Muitos textos eram produzidos dando ênfase à gratidão que setores da população davam aos militares por terem salvado a nação do “perigo comunista”. São exemplos disso as matérias publicadas pelo jornal *A Tarde* intituladas: “Glorioso 1º de abril”<sup>18</sup>; “Brasil poderá resolver problemas rapidamente”<sup>19</sup>; “Os aplausos da Bahia às Forças Armadas”<sup>20</sup>, dentre outras.

Grande parte da imprensa nacional (as que se identificava com uma FD capitalista) assumiu essa posição ideológica, até começar a ser perseguida e a sofrer sanções do próprio Regime, enfrentando a censura e tendo seus profissionais perseguidos. Foi nesse momento que o jornalismo começou a mudar, assumindo uma postura de oposição ao “novo” governo.



## s u m á r i o

18 Publicada no dia 04 de abril de 1964, pag. 1.

19 Ibidem.

20 Publicada no dia 08 de abril de 1964, pag. 3.

### 4.3.1 O jornal *A Tarde* e a Ditadura Militar

Segundo Tannous (2011), o jornal baiano *A Tarde* foi fundado no dia 15 de outubro de 1912 pelo jornalista e bacharel em direito Ernesto Simões Filho, que foi também um importante político no cenário estadual e nacional. Desde suas primeiras edições, já se percebia que o periódico era inovador, uma vez que possuía elementos que o distinguiu dos outros jornais da época, tais como: subtítulos explicativos, letreiros destacados para informações mais importantes, separação clara entre anúncios e notícias, dentre outros. Além disso, ele possuía entre seus colaboradores importantes políticos e intelectuais da época.

Para Tannous (2011, p. 34), “A fundação do jornal *A Tarde* acompanhou as mudanças ocorridas na imprensa brasileira, passando de uma fase artesanal para um caráter empresarial”. Percebemos, assim, que *A Tarde* é um jornal que não surgiu de maneira amadora, mas de forma profissional, tendo sido seu lançamento previamente planejado e organizado. É um periódico que veio com força, visando conquistar seu espaço na sociedade baiana. Por essas e outras razões, *A Tarde* se consagrou, por muitas décadas, o jornal mais lido da Bahia e do Nordeste, tendo tido, assim, grande influência sobre as questões mais relevantes da Bahia, o que é confirmado por Moreira (2010, p. 17) ao afirmar que o jornal “torna-se o veículo de maior poder de interferência política do Estado”.

Para Moreira (2010), com o surgimento dos conflitos internacionais, tais como a Primeira e Segunda Guerra e a Revolução Russa, o jornal passou por importantes transformações, reestruturando-se, a fim de estar em condições de cobrir esses eventos de maneira eficiente. Por essa razão, nesse período, o periódico se aproximou das agências internacionais de notícias, sobretudo das norte-americanas,



s u m á r i o

que acabaram exercendo importantes influências sobre o jornal. Tais influências puderam ser percebidas pelo menos em dois aspectos.

Primeiro, no aspecto técnico, ou seja, na forma de se fazer jornalismo. Assim como a maior parte dos jornais brasileiros, *A Tarde* também assumiu o discurso da imparcialidade, de um jornalismo neutro e objetivo, interessado apenas em apresentar os “fatos”, a “verdade”. Isso pode ser visto através de uma breve apresentação do próprio jornal sobre si mesmo. Tal apresentação encontra-se no canto superior esquerdo da matéria de capa de todas as edições jornalísticas do período, onde é enunciado o seguinte: “Jornal independente, político e noticioso, fundado em 15 de outubro de 1912”. Ao afirmar ser um jornal independente, *A Tarde* produz um efeito de sentido (no coenunciador pertencente a uma FD favorável ao jornal) que possibilita a construção de uma imagem positiva, de um jornal neutro, uma vez que não está atrelado a nenhum tipo de partido político, ou instituição ideológica. Para Tannous (2011), essa imagem de objetividade será incoerente, não condizente com a postura do jornal. Segundo Moreira (2010), esse discurso da imparcialidade fortalecerá a boa imagem do jornal (diante do público de FD capitalista), o que permitirá o aumento da credibilidade do periódico, gerando um crescimento no número de seus assinantes.

Tal prática será importante para o crescimento do público leitor e, conseqüentemente, do número de anunciantes, e também irá valorizar a produção de consensos, uma vez que, abrigado por uma pretensa isenção na fala, as narrativas jornalísticas tendem a tornar-se credibilizadas. Ou seja, o discurso jornalístico, travestido de isenção, também se fantasiava de verdade incontestes. (MOREIRA, 2010, p.18)

Esse discurso de neutralidade possibilitará ao jornal criar uma imagem de si que funcionará como seu *ethos* pré-discursivo, uma vez que seus enunciados posteriores passarão a ser interpretados sempre levando em conta essa imagem prévia, que já estará vinculada ao

s u m á r i o



fiador discursivo. No caso de *A Tarde*, essa imagem prévia será positiva (tomando-se como referência a maioria dos seus coenunciadores, que pertencerão a FD capitalista), de uma entidade digna de confiança, que pode ser levada a sério pelos seus leitores. Tal imagem do jornal será fundamental para a atribuição do sentido que o coenunciador dará ao seu discurso, bem como para a constituição do seu *ethos* efetivo.

Desse modo, a construção de um *ethos* pré-discursivo de *A Tarde* (uma imagem prévia que dá significação aos discursos posteriores) será fundamental para que seus coenunciadores identificados com uma FD de direita interpretem seus dizeres de maneira favorável e atribua ao jornal uma imagem positiva.

A segunda influência sofrida por *A Tarde* a partir de seu contato com a imprensa norte-americana está ligada à sua postura ideológica. Como no pós-guerra os Estados Unidos assumiram a ideologia capitalista, em detrimento da comunista, o jornal baiano terá uma forte tendência em defender os princípios do capitalismo e se opor ferrenhamente aos ideais comunistas.

Segundo Tannous (2011), quando a divergência ideológica entre o capitalismo e o comunismo chegou ao Brasil, como a maioria dos grandes jornais do período, o jornal *A Tarde* se posicionou favorável ao capitalismo, defendendo os interesses das elites conservadoras do estado. Ele ainda afirma que, apesar de haver apoiado o final do parlamentarismo, em 1962, e o retorno ao presidencialismo, onde João Goulart fortaleceria seu poder, o periódico sempre observou suas reformas com desconfiança e criticou tanto a administração quanto sua postura “comunista”.

Existia uma desconfiança frente ao governo Goulart, um medo diante do chamado “perigo comunista”, e do impacto das reformas propostas na sociedade. O jornal deixava evidente a desconfiança do presidente Goulart e sua oposição às idéias comunistas ao longo de seus noticiários. Contudo,

## s u m á r i o



com o aumento do número de greves no país, o diálogo do presidente com figuras consideradas partidárias do comunismo, a não conclusão de algumas reformas avaliadas como importantes, levariam ao aumento de críticas sobre a administração, o que seria intensificado com a revolta dos sargentos. (TANNOUS, 2011, p. 36)

Vemos, assim, que, pouco antes do estabelecimento da Ditadura Militar, o jornal já assumia uma postura anticomunista. No dia 16 de março de 1963 foi publicada no periódico uma pesquisa de IBOPE, onde a população brasileira respondia perguntas referentes à aproximação entre o Brasil e Cuba (esta já havia abraçado o comunismo). Os dados apresentados indicavam que mais de 70% da população brasileira se opunha a Fidel Castro e ao regime cubano, e que 49% da população considerava tal regime perigoso para as instituições democráticas. Para Araújo (2008), apesar de o resultado da pesquisa poder ser questionado, sua publicação representou uma forte campanha anticomunista promovida pela imprensa baiana na época.

Essa postura de *A Tarde* continuou às vésperas da derrubada de João Goulart. Em fevereiro, ele continuava publicando severas críticas ao governo de Jango, afirmando que ele “[...] fracassou após tantas promessas. O Sr. João Goulart tem falado muito, mas realizado relativamente pouco”<sup>21</sup>. O editorial do dia 19 de março de 1964, intitulado “por que os sinos dobram”, também trazia severas críticas ao governo. Com essa postura, semelhante a muitos jornais da época, o vespertino acabou não apenas apoiando a implantação do Regime Militar, mas contribuindo para que o mesmo fosse instaurado.

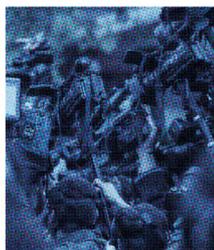
Assim, podemos afirmar que, quando foi implantada a Ditadura Militar no Brasil (em 31 de março de 1964), *A Tarde* apoiava o Regime. E, com uma imagem de imparcialidade, defesa do bem e da verdade

## s u m á r i o

21 Publicado no dia 21 de fevereiro de 1964, p.5.

(diante de seus coenunciadores identificados com uma FD de direita capitalista), tinha influência sobre parcela significativa da população baiana. Assumindo um discurso de neutralidade, o vespertino construiu um *ethos* pré-discursivo positivo, de uma entidade moralmente inquestionável, que podia ser levada a sério pelos seus leitores.

Entender as CP do texto jornalístico de *A Tarde*, bem como a imagem que o jornal já possuía diante de seu coenunciador antes mesmo de enunciar (seu *ethos* pré-discursivo) é elemento fundamental para se entender como esse discurso (a depender da FD em jogo) será interpretado e como será formado o *ethos* efetivo do jornal.



## s u m á r i o

# 5

## ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DO *CORPUS*



## 5.1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O discurso jornalístico atribui a si mesmo a característica de ser objetivo, neutro e imparcial, porém, quando o colocamos sob o crivo de uma análise discursiva criteriosa, perceberemos que ele também se encontra inscrito em uma determinada FD e ideológica, ou seja, nenhum discurso jornalístico (nem qualquer outro) será verdadeiramente objetivo, neutro ou imparcial.

Além disso, constatamos ainda que seu dizer contribui para a formação de sua imagem (o *ethos* discursivo jornalístico) diante do seu coenunciador. O que definirá se esse *ethos* será positivo ou negativo serão os estereótipos existentes em uma determinada condição de produção, bem como a FD a que se identifica seu coenunciador, posto que um mesmo discurso, analisado a partir de diferentes CP e/ou formações discursivas, possibilitará diferentes interpretações, o que permitirá a criação de distintas imagens do fiador discursivo.

Por isso mesmo, os dizeres jornalísticos possibilitam a construção de diferentes *ethé*, sendo uma mesma matéria capaz de gerar fiadores com imagens completamente opostas, quando encarados a partir de diferentes CP e/ou formações discursivas. Esse fato, em nosso trabalho, pôde ser percebido de maneira mais objetiva através da aplicação dos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, com a ADM, e das observações de Dominique Maingueneau, quanto à cenografia e ao *ethos* discursivo. Com base em suas propostas, pudemos analisar os discursos jornalísticos percebendo suas tendências ideológicas, bem como a construção do seu *ethos* efetivo.

Levando em conta esses princípios, desenvolvemos nossa pesquisa, tendo como objetivo geral verificar qual cenografia e *ethos* o jornal *A Tarde* construiu por meio do seu discurso no primeiro mês da Ditadura Militar. Como sabemos que o efeito de sentido dependerá



s u m á r i o

das CP e das FDs em jogo, definiremos a partir de quais variáveis analisamos o nosso *corpus*.

Quanto às CP, levamos em conta os sujeitos e todo o contexto sócio-histórico e ideológico da enunciação; avaliamos também as principais FDs existentes no momento da enunciação jornalística, todavia demos maior atenção à capitalista (direita), visto ser ela a que predominava no período, tanto entre os leitores de *A Tarde* quanto entre a população em geral, além de ser a assumida pelo próprio jornal. Assim, como sabemos que a formação da cenografia e do *ethos* discursivo dependerá, em grande parte, da FD a que se filia o coenunciador, deixamos claro que será a partir da FD de direita capitalista que avaliaremos a formação do *ethos* de *A Tarde*, dentro daquelas CP. É importante destacar essa questão, pois, temos ciência de que, caso seja assumida como parâmetro de análise saberes advindos da FD oposta (esquerda comunista), os mesmos dizeres farão emergir uma imagem completamente diferente (negativa) do fiador jornalístico.

### 5.1.1 O *corpus* da pesquisa – coleta e delimitação

O *corpus* de nossa pesquisa foi constituído a partir das matérias jornalísticas de capa do jornal *A Tarde* do mês de abril de 1964.

Tivemos algumas dificuldades na coleta do *corpus*, uma vez que, diferentemente de outros jornais do país, tais como *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, dentre outros, o jornal *A Tarde* não possui<sup>22</sup> um banco de dados *online* contendo todas as suas publicações.

Entretanto, fui informado de que, no Arquivo Público de Salvador, havia computadores específicos, onde as edições de *A*

## s u m á r i o

22 Pelo menos até a data de realização da pesquisa.

*Tarde*, de 1912 até 1999, estariam disponíveis (*in loco*). Contudo, indo até o local, descobri que os tais computadores não se encontravam mais lá, pois haviam sido transferidos para a Biblioteca Central de Salvador, onde estariam acessíveis ao público. Sendo assim, fui até a referida biblioteca. Porém, chegando ao local, não pude ter acesso ao material, uma vez que, apesar de os computadores realmente estarem lá, os mesmos não estavam acessíveis, por conta de não haver internet no momento.

Como notei que, por esse caminho, ficaria inviável realizar a coleta, decidi buscar contato com o material físico. Descobri que na própria Biblioteca Central (em outro setor) poderia encontrá-los. Desse modo, dirigi-me à seção de “consulta a jornais e revistas raras” (especializado em jornais e revistas antigas) e solicitei as publicações de *A Tarde* do mês de abril de 1964. Em contato com o material impresso, vi que muitos jornais não estavam em bom estado de conservação, havendo algumas edições rasgadas, sujas e esfareladas. Notei ainda que muitas edições simplesmente não existiam, ou seja, jornais inteiros, de um período histórico marcante para o país e para o estado, não constavam nos arquivos da biblioteca.

Porém coletei o material disponível da melhor maneira possível. Inicialmente busquei em todos os jornais (pelo menos 25 edições) matérias que tratassem especificamente do assunto da implantação e desenvolvimento do Regime Militar no país. Após identificá-los, fotografei-os utilizando uma câmera digital Samsung com 12 megapixels e um celular Nokia Lumia 630 com câmera de 5 megapixels. A utilização das duas câmeras ocorreu a fim de garantir um bom registro do material; assim, posteriormente, pude selecionar as melhores imagens.

A partir daí, continuei na busca das outras edições que não havia encontrado. Finalmente consegui (em outro dia), na própria Biblioteca Central, ter acesso aos computadores que disponibilizavam o acervo



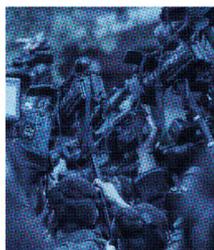
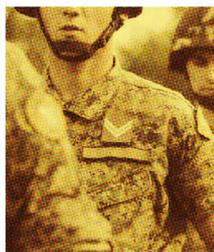
## s u m á r i o

histórico de *A Tarde*. No entanto, as imagens do acervo estavam desbotadas, muito inferiores às fotos que eu mesmo havia tirado. Como não podia imprimir nem salvar as imagens, decidi registrá-las a partir de fotos da tela do computador. Sendo assim, posteriormente, selecionei as melhores imagens, com a finalidade de realizar as análises.

Posteriormente, com todo acervo em mãos, organizei todas as fotos em pastas do Windows, colocando-as separadamente, de acordo com cada dia do mês, ou seja, todas as matérias fotografadas de uma mesma publicação foram alocadas juntas numa determinada pasta.

Após a coleta de todo material, notei que tinha em mãos um acervo contendo pelo menos 200 matérias jornalísticas que cumpriam os requisitos da delimitação inicial: matérias jornalísticas (do jornal *A Tarde* do mês de abril de 1964) que tratavam sobre o Regime Militar. Percebi, então, que, mesmo havendo matérias muito relevantes para análise, necessitaria fazer ainda mais recortes, uma vez que não teria condições de analisar todas as matérias na minha pesquisa, por conta da grande quantidade.

Por conta disso, precisei fazer outras delimitações no *corpus*. A princípio, decidi trabalhar apenas com as matérias de capa, o que minimizou o problema, mas não o resolveu completamente, pois restaram ainda aproximadamente 60 matérias. Sendo assim, decidi trabalhar apenas com as matérias que mais se destacassem na capa, aquelas da chamada principal, mas ainda teria aproximadamente 25 matérias, quantidade ainda grande diante da proposta do trabalho. Como não poderia trabalhar com um acervo tão grande, e já havia proposto analisar a cenografia e o *ethos* do jornal ao longo de todo mês de abril de 1964, decidi escolher uma matéria de cada semana daquele mês, ou seja, precisaria escolher 5 matérias das 25 disponíveis. Assim, nesse caso, necessitaria criar critérios para fazer as escolhas, uma vez que não poderia direcionar as análises, selecionando as matérias ao meu bel prazer. Sendo assim, decidi estabelecer critérios os mais



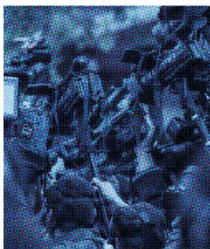
## s u m á r i o

objetivos possíveis<sup>23</sup>, a fim de poder efetuar, da melhor maneira, a delimitação do *corpus*. Todavia, entendemos, como afirma Orlandi (2012, p. 63), que:

[...] a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas [...] a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão.

Desse modo, a seleção do *corpus* é fator relevante no processo de análise. Por isso, nosso *corpus* foi constituído visando (também) mostrar, a partir das abordagens já apresentadas, como o discurso funciona produzindo sentidos. Tomando esses princípios como parâmetros, os critérios de seleção das matérias a serem analisadas foram os seguintes:

1. Pertencer ao jornal *A Tarde* (jornal de maior circulação em Salvador no período da Ditadura Militar);
2. Pertencer às edições de abril de 1964 (primeiro mês após a implantação do Regime Militar no país);
3. Tratar, direta ou indiretamente, sobre o golpe ou Regime Militar;
4. Estar localizada na capa do jornal;
5. Ser a matéria de capa mais destacada, a da chamada principal do dia;
6. Ser uma matéria de cada semana do mês de abril de 1964;
7. Quando possível, apresentar cenografias diferentes (o que nos ajudaria a perceber como o *ethos* é construído a partir de diferentes cenografias).



## s u m á r i o

<sup>23</sup> Falamos assim porque acreditamos que é impossível uma objetividade completa em qualquer tipo de estudo ou pesquisa.

8. Possuir uma maior possibilidade de demonstrar o funcionamento discursivo.

Após definir os critérios de delimitação, pudemos realizar a seleção do *corpus*, resultando nas seguintes matérias a serem analisadas:

SEMANAS	DIAS	MATÉRIAS SELECIONADAS
Primeira semana	1-4	Sexta-feira, 03 de abril – “Consolidado o novo governo.”
Segunda semana	5-11	Quarta-feira, 08 de abril- “Eleição do presidente após o expurgo dos comunistas.”
Terceira semana	12-18	Quinta-feira - 16 de abril – “Marcha foi apoteose da vitória.”
Quarta semana	19-26	Quarta-feira - 22 de abril – “Revolução não manterá privilégios.”
Quinta semana	26-30	Quinta-feira - 30 de abril – “Entregará governo com finanças em ordem e progresso retomado.”

Quadro 2 - Seleção do *corpus* de análise.

Já tendo delimitado nosso *corpus*, partimos para as análises.

### 5.1.2 Procedimentos e técnicas de análise

A fim de oferecer uma visão mais ampla do material a ser analisado, inicialmente disponibilizo a foto de toda a capa do jornal, com destaque para a matéria a ser analisada. Posteriormente, apresento, de forma destacada, apenas a foto da matéria jornalística de capa que será objeto de análise. Em seguida, exponho um gráfico contendo todo o seu conteúdo verbal. Esse procedimento nos permite ter uma percepção mais clara tanto do jornal, como um todo, quanto da matéria em análise, de forma específica.

Com a finalidade de facilitar a análise, enumeramos todo o texto, podendo, assim, dar uma referência exata do local de onde



s u m á r i o

extraímos os fragmentos. Contudo, observamos que a enumeração se inicia a partir do título de cada matéria e continua sequencialmente ao longo do texto. Outro recurso utilizado com a finalidade de facilitar o desenvolvimento do trabalho foi o destaque (com aspas e traçado simples) que colocamos nos fragmento de texto extraído do nosso *corpus*. Isso foi feito a fim deixar claro ao leitor de nosso trabalho quais são os fragmentos do *corpus* e quais são os nossos comentários.

Ao proceder efetivamente à análise discursiva, levamos em conta os pressupostos teóricos da ADM. Por essa razão, já havíamos apresentado as CP, bem como as principais FIs que se confrontavam no período. Isso foi necessário a fim de podermos ter uma percepção segura da constituição da cenografia e do *ethos* de *A Tarde* no período analisado, pois, como já foi explicitado, a depender desses elementos, teremos efeitos de sentido muito diferentes, o que, por sua vez, possibilitará a construção de diferentes cenografias e *ethé*.

Tendo entendido tudo isso, pudemos iniciar a análise das cenas de enunciação. Percebemos que o jornal é fiel às cenas englobante e genéricas, não as desviando de suas funções clássicas no jornalismo. A partir daí, analisamos como se constituem suas cenografias. A base para essas análises foi proveniente das abordagens de Dominique Maingueneau quanto ao assunto; por isso, as cenografias foram verificadas a partir da própria enunciação e não a partir de outros elementos.

Tomando como referência as construções cenográficas, partimos para a constituição do *ethos*. Para isso, também tomamos como base teórica as abordagens de Maingueneau, agora sobre o *ethos* discursivo. As análises foram realizadas a partir de seu esquema proposto sobre a constituição do *ethos*<sup>24</sup>.

## s u m á r i o

24 O esquema citado já foi apresentado em nosso trabalho, e pode ser consultado na página 84.

A partir do esquema, entendemos que o *ethos* efetivo só se constitui levando-se em conta outros *ethé*. Inicialmente precisa ser observado o *ethos* pré-discursivo, ou seja, a imagem que o coenunciador tem do enunciador antes mesmo que ele “tome a palavra”. No caso de *A Tarde*, percebemos que esse *ethos* se manteve inalterado em todas as análises.

Já na análise do *ethos* discursivo, avaliamos o *ethos* dito e o *ethos* mostrado. Observamos que, nesse ponto, não fizemos uma distinção criteriosa, posto que o próprio Maingueneau (2011) afirma ser impossível estabelecer uma fronteira nítida entre eles. Porém, tudo isso foi analisado a partir dos estereótipos existentes naquela FI e discursiva, ou seja, para se chegar ao *ethos* efetivo foi necessário analisar os dizeres jornalísticos, levando em conta fatores intra e interdiscursivos, uma vez que eles contribuem significativamente para a constituição de um *ethos* positivo ou negativo.

É importante, ainda, ressaltar que, como preferimos analisar primeiro a cenografia e só depois o *ethos*, em alguns momentos apresentamos uma mesma citação duas vezes, na primeira avaliamos a construção da cenografia e na segunda a do *ethos*.

Ao final de cada análise, fizemos um quadro contendo um resumo da cenografia e dos *ethé* emergidas a partir daquela matéria. Esse quadro visa explicitar, de forma mais didática, a construção da imagem do jornal a partir daquela matéria específica.



## s u m á r i o

## 5.2 ANÁLISE DO CORPUS

### 5.2.1 Pontos em comum

Antes de iniciarmos a análise individual de cada matéria jornalística, devemos notar que todas elas possuem algumas características em comum. Além de compartilharem as mesmas CP, podemos verificar pontos de encontro tanto em relação às cenas enunciativas quanto em relação aos *ethé* discursivos.

No que diz respeito às cenas, teremos em todos os casos um quadro cênico comum, ou seja, não haverá uma variação significativa da cena englobante nem da cena genérica<sup>25</sup>. Por se tratar de um discurso jornalístico clássico, essas cenas dificilmente serão modificadas. Desse modo, podemos afirmar que todos os textos analisados (segundo a classificação das cenas de enunciação defendida por Dominique Maingueneau, 2013) pertencerão ao tipo de mídia impressa e ao gênero matéria jornalística de capa.

Será devido a esse fato que perceberemos que, embora o sujeito enuncie a partir de uma determinada tomada de posição ideológica e discursiva, ele sempre atribui ao seu dizer um caráter neutro e objetivo, respeitando o que se esperaria de um discurso jornalístico naquele contexto, não dando, assim, claras evidências de ser um veículo (como todos os outros) parcial. Isso mostra que, independente da cenografia utilizada, o jornal não perderá de vista o papel social que ocupa na sociedade como uma instituição séria de notícias. Dito de

<sup>25</sup> Haverá apenas uma pequena distinção na matéria do dia 16 de abril, onde o fiador se apresentada de forma menos formal e objetiva, contudo, isso não irá gerar grande diferença no ethos pré-discursivo do jornal, que continuará gozando de credibilidade diante daqueles que se identificam com uma FD de direita capitalista.

outro modo, apesar de apresentar cenografias diferentes em suas matérias, o jornal *A Tarde* fará isso de maneira a não colocar em questionamento diante de seu coenunciador o papel que representa na sociedade e a credibilidade do seu discurso; pelo contrário, ele deverá ser recepcionado como “verdadeiro”, “objetivo” e “neutro”. Por isso, em todas as matérias analisadas, percebemos um respeito às cenas englobantes e genéricas.

Outro ponto em comum, que perpassará todos os textos analisados, é o *ethos* pré-discursivo do jornal, fundamental para a construção do seu *ethos* efetivo. O *ethos* pré-discursivo, como já vimos, é a imagem que o coenunciador possui do enunciatador antes mesmo que ele inicie a sua enunciação. As cenas englobante e genérica contribuirão significativamente para sua formação. A partir de estereótipos sociais, o enunciatador será avaliado pelo seu coenunciador que, previamente, atribuir-lhe-á uma imagem positiva ou negativa. No caso do jornal *A Tarde*, percebemos que seu *ethos* pré-discursivo era positivo, diante do coenunciador que se identificava com uma FD de direita capitalista.

Essa imagem prévia foi criada a partir de vários fatores, dentre eles o fato de o jornal estar vinculado a uma instituição jornalística respeitável e profissional; o fato de seu discurso provir de um grupo intelectual e socialmente mais valorizado; o fato de *A Tarde* ser considerado uma empresa que produzia matérias jornalísticas para um público mais capacitado; a própria estrutura do jornal, com uma formatação bem elaborada, um papel de melhor qualidade, uma diagramação estruturada, imagens bem impressas e distribuídas etc. Tudo isso (dentre outras coisas) contribuiu para a formação desse *ethos* pré-discursivo, ou seja, tornou *A Tarde* digno de confiabilidade e prestígio, fazendo dele o jornal mais lido no Nordeste no período.

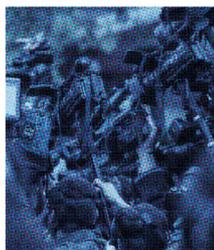
Assim, antes mesmo de enunciar (seja lá qual for o enunciado), o jornal já possui uma imagem favorável diante de seus interlocutores

## s u m á r i o



(aqueles que se identificavam com a mesma FD que ele), ou seja, o discurso jornalístico, antes mesmo de ser avaliado, já goza de aceitabilidade por parte do coenunciador, que já se encontra disposto a aderir a ele. Contudo, esse ethos prévio apenas contribuirá para a formação do *ethos* efetivo, ou seja, sempre haverá a possibilidade de que a imagem inicial seja diferente da imagem final que o interlocutor possui do enunciador. Assim, caberá a este, a partir do seu discurso, gerenciar essa imagem prévia, modificando-a ou confirmando-a.

É ainda importante frisar que, mesmo sendo discursos que apresentam certo status de objetividade, eles também revelam a presença de um fiador discursivo, com um determinado corpo e caráter, pois mesmo “[...] quando se trabalha sobre textos desse tipo, o apagamento do enunciador não impede de caracterizar a fonte enunciativa em termos de ‘ethos’ de um fiador” (MAINGUENEAU, 2011, p. 27). Assim, foi perfeitamente possível perceber e analisar a cenografia e o *ethos* efetivo do jornal *A Tarde*.



## s u m á r i o

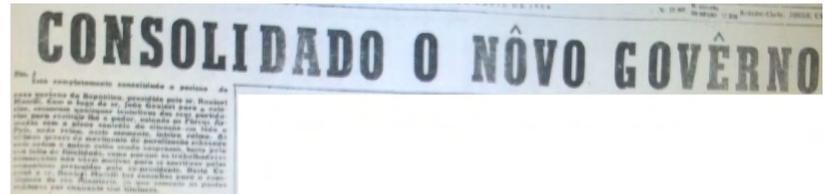
## 5.2.2 Análise da matéria de capa do jornal *A Tarde* – Dia 03 de abril 1964 – Um governo estável e seguro

Figura 1 - Capa do jornal *A Tarde*, do dia 03 de abril de 1964. Com destaque para a matéria analisada.



s u m á r i o

Figura 2 - Destaque da matéria de capa do jornal  
*A Tarde*, do dia 03 de abril de 1964.



Quadro 3 - Digitação da matéria de capa do jornal  
*A Tarde*, do dia 03 de abril de 1964.

TÍTULO	1	CONSOLIDADO O NÔVO GOVÊRNO
Local e data	2	Rio, 3
Corpo do texto	3	Está completamente consolidada a posição do novo govêrno da
	4	República, presidido pelo sr. Ranieri Mazzili. Com a fuga do sr.
	5	João Goulart para o interior, cessaram quaisquer tentativas dos seus
	6	partidários para reconstituir-lhe o poder, estando as Fôrças
	7	Armadas com o pleno contrôle da situação em tôdo País, onde
	8	reina, neste momento inteira calma. As últimas greves do
	9	movimento de paralisação esboçado ante-ontem e ontem estão
	10	sendo suspensas, tanto pela sua falta de finalidade, como porque os
	11	trabalhadores democratas não vêem motivos para se sacrificar pelos
	12	comunistas protegidos pelo ex-presidente. Nesta capital, o sr.
	13	Ranieri Mazzili faz consultas para a constituição do seu Ministério,
	14	já que somente as pastas militares por enquanto tem titulares.

Nossa primeira análise será realizada a partir da matéria de capa de *A Tarde* do dia 03 de abril de 1964. Nela encontramos estampada a manchete concernente à consolidação do novo governo, pós ditadura. É interessante notar que, geralmente, após uma mudança brusca na estrutura política, como ocorreu na época, segue-se um período de instabilidade, imperando diversos conflitos, dúvidas e incertezas por parte da população. Logo, a cena validada que se esperaria do jornal seria a cena do conflito e da crise. Contudo, esse quadro cênico não é evocado na matéria de *A Tarde* que, ao invés disso, cria uma cena de estabilidade e tranquilidade. Ou seja, o cenário apresentado pelo jornal, no dia 03 de abril de 1964, em sua matéria de capa, era oposto

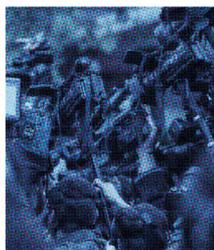
s u m á r i o

àquele esperado pelos seus interlocutores, servindo para dar-lhes segurança de que tudo estava bem.

A matéria jornalística de capa de *A Tarde*, publicada no dia 03, interpretada a partir de uma FD de direita capitalista, produz o efeito de sentido de que o país se encontra numa situação sócio-política completamente estável. Isso ocorre por conta da cenografia estabelecida pelo jornal. Assim, ele cria uma cena de enunciação que serve de base para validar o próprio discurso.

Essa cenografia da tranquilidade e estabilidade começa a ser formada já no próprio título da matéria “Consolidado o novo governo” (linha 1), onde, a partir de uma FD de direita capitalista, fica claro que já havia no Brasil uma situação política sólida e estabelecida. Na enunciação de *A Tarde*, notamos um dizer que corrobora com a construção da boa imagem do Novo Regime. Ao assumir uma FD favorável ao golpe militar, essa seria a única forma de o jornal enunciar. Desse modo, enunciados que produzissem efeitos de sentido de oposição ao novo governo deveriam ser evitados, silenciados. Essa cenografia do momento estável é confirmada através de outros enunciados, como: “Está completamente consolidada a posição do novo govêrno da República [...]” (linhas 3-4). Aqui a cenografia se estabelece de maneira ainda mais ampla, pois se afirma que a consolidação tinha sido completa, ou seja, não havia absolutamente nada que pudesse gerar algum tipo de perigo ou dúvida à nação.

Além da afirmação de consolidação governamental, o enunciado “[...] novo govêrno da República [...]” (linhas 3-4) reforça a cena da estabilidade nacional, uma vez que é produzido (naqueles que se identificam com uma FD de direita capitalista) um efeito de sentido de que o novo governo se estabeleceu de forma legítima. Desse modo, ele passa a ser visto não como um movimento golpista, usurpador, mas apenas como mais um governo republicano. Sendo assim, apaga-se



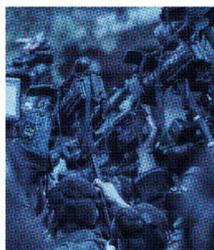
s u m á r i o

a cena da instabilidade governamental, a mudança ocorrida teria sido apenas uma simples troca nas lideranças do país.

Lembramos que naquela situação (da publicação da matéria aqui analisada) havia um conflito político-ideológico entre a posição capitalista (defendida pela maioria dos militares) e a comunista (defendida pela maioria da esquerda). Sendo assim, quando o presidente João Goulart foi deposto, naturalmente surgiu a expectativa de haver um contragolpe esquerdista, restituindo os poderes ao antigo governante. Porém, a fim de confirmar a estabilidade política, o jornal afirmou que “Com a fuga do Sr. João Goulart para o interior, cessaram quaisquer tentativas dos seus partidários para reconstituir-lhe o poder [...]” (linhas 4-6). Interessante notar aqui o termo “fuga” que, retomando a memória discursiva, remete a algo contrário ao que é correto, “se foge é porque tem culpa no cartório.” Assim, produz-se no coenunciador de *A Tarde* (aqueles que se identificavam com uma FD de direita capitalista) o efeito de sentido de que a possibilidade de haver mais conflitos estava descartada, pois os comunistas já haviam se rendido, desistindo, assim, de qualquer intenção em retomar o poder.

O ambiente de paz e sossego será reforçado por meio da demonstração de que os militares estavam no controle de toda a situação, o que demonstra um clima de segurança. Isso é visto a partir do enunciado: “[...] estando as Fôrças Armadas com o pleno contrôlo da situação em tôdo País [...]” (linhas 6-7). Sendo assim, produz-se no coenunciador o efeito de sentido de que ele poderia sentir-se seguro, certo de que, naquele momento, o país já vivia um período de tranquilidade. Por isso mesmo, será afirmado: “[...] onde reina, neste momento inteira calma” (linhas 7-8).

Além de a cenografia da estabilidade ser construída através das enunciações (diretas e indiretas), ela também emerge por meio da própria estrutura textual. A matéria é escrita de forma clara e objetiva, com parágrafos curtos, seguindo um ritmo textual estável, o que acaba



s u m á r i o

confirmando, na prática, a posição de *A Tarde*. Com essa maneira de enunciar, ele leva seu interlocutor a manter contato com uma cena que o permite ler a matéria de forma moderada, calma, desprezando os conflitos e divergências que ainda circundavam um país que havia sofrido uma mudança abrupta no governo há pouquíssimos dias. Como integrante dessa cenografia, surge a imagem de um fiador que possui características pertinentes àquela cena.

Porém, sobre a imagem do fiador jornalístico, é importante lembrar que o *ethos* efetivo será formado através da integração de diversos *ethé*, que se estabelecerão a depender da FD dos seus interlocutores, levando-se em conta os estereótipos validados. Como já afirmamos anteriormente, o *ethos* pré-discursivo de *A Tarde* era de um jornal sério, que, de forma “clara” e “imparcial”, pretendia “descrever” para a população soteropolitana os principais “fatos” da sociedade.

Nessa matéria, o *ethos* discursivo, subdividindo-se em *ethos* dito e *ethos* mostrado, confirma o *ethos* pré-discursivo, contribuindo para a formação da imagem de um fiador sério e imparcial. Vejamos, porém, alguns *ethé* que são criados do fiador a partir da matéria analisada.

O primeiro *ethos* que podemos destacar aqui do fiador de *A Tarde*, a partir do *corpus* analisado, é o *ethos* da credibilidade. Esse *ethos* será fruto da cenografia da tranquilidade e estabilidade, estando em total consonância com ela. A partir de tal cenografia, é produzida a imagem de um fiador que enuncia de maneira confiante e segura, demonstrando ter certeza de tudo o que enuncia. Ele faz afirmações que denotam convicção, como a de que a posição do novo governo estava “[...] completamente consolidada [...]” (linha 3); ou que as “[...] Fôrças armadas está com pleno controle [...]” (linhas 6-7); e ainda que, no momento, reinava no país “[...] inteira calma” (linha 8). Sem dúvidas, temos aqui um *ethos* positivo, uma vez que, naquele contexto, o mais esperado seria que imperassem a dúvida



## s u m á r i o

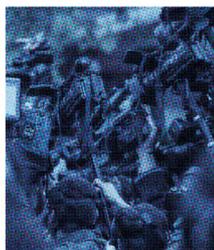
e a incerteza. Porém, ao demonstrar segurança nas informações que está transmitindo ao seu coenunciador, o fiador discursivo cria a imagem de um jornalismo convicto, que vai atrás da notícia, em busca dos “fatos”. Enquanto muitos estariam incertos em relação à situação, *A Tarde* teria a resposta “verídica”, podendo falar com segurança a partir das informações que possuía.

Essa maneira de enunciar demonstra ainda o *ethos* da segurança, pois só um fiador completamente seguro teria a coragem de fazer afirmações convictas em um momento tão crítico como aquele. Assim, *A Tarde* aumenta sua credibilidade diante do seu coenunciador.

Tal qual a cenografia construída nessa matéria, que leva o sujeito a integrar-se em um ambiente tranquilo, ao fiador também é atribuído um *ethos* de tranquilidade. Ele enuncia de maneira plácida, sincera e honesta. Ele produz a imagem de alguém que não está aflito com a situação sócio-política do país; pelo contrário, está calmo e confiante.

Outro *ethos* que podemos destacar de *A Tarde*, a partir do *corpus* analisado, é o *ethos* da objetividade, que confirma o *ethos* pré-discursivo. *A Tarde* apresenta seu dizer de maneira organizada, clara e precisa, gerando a imagem de um fiador objetivo. Ele não se prende a detalhes insignificantes, nem apresenta descrições longas; pelo contrário, é preciso nas palavras, expressando apenas o necessário para dar entendimento dos “fatos” ao seu coenunciador.

Destacamos ainda o *ethos* democrático. É importante perceber que, mesmo com a implantação de um regime ditatorial, os defensores do Novo Regime atribuíam a si mesmos um caráter democrático. Por conta disso, *A Tarde* afirma “[...] porque os trabalhadores democratas não vêem motivos para se sacrificar pelos comunistas protegidos pelo ex-presidente.” (linhas 10-12). Aqui, a partir de uma FD de direita capitalista, é produzido o efeito de sentido de que todos os que



## s u m á r i o

são favoráveis ao Regime Militar são trabalhadores e defensores da democracia; já os comunistas e seus simpatizantes, por outro lado, não seriam nem trabalhadores nem democráticos, ou seja, eles seriam adeptos de um estilo de vida contrário aos interesses da nação. Desse modo, eles são apresentados com uma imagem negativa. Porém, ao apresentar o que julga negativo no outro, *A Tarde* mostra (de forma indireta) o que seria valorizado como positivo, nesse caso a democracia e o trabalho. Sendo assim, o fiador jornalístico assume um *ethos* democrático e trabalhador.

A partir dos *ethé* aqui analisados (e tomando como referência as CP do discurso, bem como saberes provenientes de uma FD de direita capitalista), percebemos a formação de um *ethos* efetivo positivo para *A Tarde*, de um fiador (instância subjetiva do jornal investido de um caráter e uma corporalidade) equilibrado, verdadeiro, sincero, objetivo, que valorizava o trabalho e os princípios da democracia. Assim, o fiador de *A Tarde* seria semelhante à imagem que se tinha do cidadão modelo da época (dentro de uma FD de direita capitalista), principal interlocutor do jornal.

**Quadro 4 - Cenografia e *ethé* da matéria de capa do jornal *A Tarde*, do dia 03 de abril de 1964.**

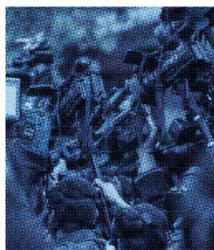
VISÃO GERAL DA ANÁLISE DA MATÉRIA	
Cenografia	Momento sócio-político de tranquilidade e estabilidade.
Ethos pré-discursivo	Seriedade, responsabilidade e profissionalidade;
Ethé dito e mostrado	Ethos da credibilidade;
	Ethos da segurança;
	Ethos de tranquilidade;
	Ethos da objetividade;
	Ethos democrático;
	Ethos trabalhador.
Ethos efetivo	Fiador equilibrado, verdadeiro, sincero, objetivo, que valorizava o trabalho e os princípios da democracia.

s u m á r i o



### 5.2.3 Análise da matéria de capa do jornal *A Tarde* - Dia 08 de abril de 1964 – Um governo legítimo e puro

Figura 3 - Capa do jornal *A Tarde*, do dia 08 de abril de 1964. Com destaque para a matéria analisada.



s u m á r i o

Figura 4 - Destaque da matéria de capa do jornal  
A Tarde, do dia 08 de abril de 1964.



Quadro 5 - Digitação da matéria de capa do jornal  
A Tarde, do dia 08 de abril de 1964.

TÍTULO	1	ELEIÇÃO DO PRESIDENTE APÓS EXPURGO DOS COMUNISTAS
Local e data	2	Rio, 8
Corpo do texto	3	O presidente Ranieri Mazzilli sancionou o projeto aprovado pelo
	4	Congresso que dá condições para eleger o novo chefe da Nação, até
	5	mesmo amanhã, quinta-feira, 48 horas após à sua sanção.
	6	Entretanto, até os primeiros minutos de hoje o atual presidente
	7	conferenciava secretamente, com políticos e chefes militares a fim
	8	de encontrar meios que permitam o atendimento à exigência das
	9	Forças Armadas, no sentido de que, antes da eleição do novo
	10	presidente, deve ser feito um expurgo completo de comunistas e
	11	esquerdistas simpatizantes do credo vermelho da administração
	12	pública, do judiciário, e até, das próprias fileiras militares. O
	13	Exército, a Marinha e a Aeronáutica exigem que antes da ascensão
	14	do General Castelo Branco, fique o terreno limpo de elementos
	15	comprometidos, e não querem os comunistas agindo, conspirando
	16	ou prejudicando de qualquer forma o trabalho da futura
	17	administração.

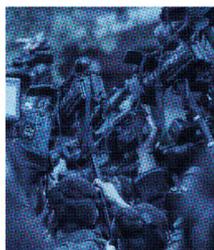
A principal matéria de capa do jornal *A Tarde* do dia 8 de abril de 1964, intitulada “Eleição do presidente após o expurgo dos comunistas” (linha 1), apresentava, naquelas CP, uma cenografia que remetia a duas cenas validadas (tomando como referência os saberes de uma FD de direita capitalista), uma jurídica e outra religiosa.

s u m á r i o

Segundo Maria José de Rezende (2013), autora do livro *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade*, mesmo com a derrubada do governo “democrático” de Goulart e a implantação de uma ditadura, o Novo Regime sempre procurou dar um caráter de legalidade às suas ações. Isso ocorreu, pois, na FD hegemônica naquele contexto, o discurso da legalidade jurídica era avaliado como positivo, era um estereótipo valorizado. Assim, no saber da FD de direita capitalista, um governo que desejasse obter o respeito da nação deveria estar submetido às leis do país. Desprezar a legislação vigente significava estar em oposição a valores primordiais da sociedade.

Por outro lado, a partir dessa mesma perspectiva, observar o sistema jurídico denotava responsabilidade e respeito à nação. Por isso mesmo, ainda segundo Rezende (2013), as posições da Ditadura Militar eram tomadas apoiando-se em uma aparência de legalidade, assim, mesmo quando tomavam atitudes extremas (a exemplo dos Atos Institucionais, sobretudo o AI-5), faziam-no apoiados em um discurso de legalidade.

Essa cenografia do juridicamente correto é valorizada por *A Tarde* na matéria aqui analisada. Já no título é evocada essa cena da legalidade. Ele enuncia “Eleição do presidente [...]” (linha 1). Em meio a uma ditadura, onde o presidente que havia sido democraticamente eleito tinha sido deposto e, à força, foi instaurado outro Regime, a utilização do enunciado “eleição” demonstra a posição ideológica do enunciador, que julga ser essa a única forma legítima de enunciar. Esse dizer de *A Tarde*, apesar de parecer absurdo (a partir de outras inscrições ideológicas e discursivas), era a forma correta de enunciar, levando-se em conta sua identificação com uma FD de direita capitalista. É produzido, assim, o efeito de sentido de que a vontade da maioria da população está sendo satisfeita, o que, de fato, não ocorria naquela conjuntura histórica, uma vez que a grande



## s u m á r i o

maioria da população não havia participado de forma direta da escolha do novo governante. Caso o jornal utilizasse palavras como: “indicação”, “imposição”, “estabelecimento”, ou mesmo adjetivasse o termo, como “Eleição indireta”, “Eleição antidemocrática”, “Eleição ditatorial” etc., ao invés de dizer apenas “eleição”, cenografias bem diferentes seriam instauradas.

Porém, desde o título da matéria, o sujeito jornalístico já demonstra se identificar com uma FD de direita capitalista e, falando desse lugar, constrói uma cenografia jurídica que valoriza a legalidade. Ao enunciar “Eleição do presidente [...]” (linha 1), dentro daquela FD, contribui para a produção do efeito de sentido do juridicamente correto, retomando a cena estereotipada do processo eleitoral, onde os eleitores, de forma legítima, escolhem seus candidatos de maneira organizada e democrática.

Essa cenografia vai sendo desenvolvida ao longo do texto. Afirma-se que o presidente interino Mazilli “[...] sancionou o projeto [...]” (linha 3), que já havia sido aprovado pelo congresso, autoridade legislativa do país. Destaca-se ainda que, apenas tomada essa postura legal, o novo presidente pôde ser eleito, ou seja, confirma que, mesmo que se dê de forma indireta, a eleição presidencial não feriu as normas do país, pelo contrário, cumpriu-as perfeitamente.

A cenografia da legalidade é reforçada quando o enunciador apresenta, por meio do seu dizer, instituições que (dentro da FD de direita capitalista) gozavam de uma imagem positiva, representando a lei e a ordem, tais como o Judiciário, o Congresso e as Forças Armadas.

Tal cenografia leva o coenunciador (identificado com a mesma FD do sujeito jornalista) a manter contato com a matéria de maneira objetiva. A cena da ordem jurídica, da legalidade é a que ele deve aderir ao manter contato com o enunciado.

## s u m á r i o

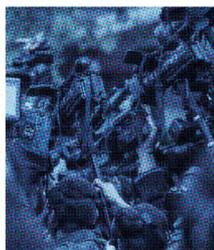


Contudo, apesar de majoritária, essa não é a única cenografia evocada a partir da matéria jornalística de *A Tarde*. Uma cenografia religiosa também é construída, desde o título da matéria. Ao enunciar “[...] após o expurgo dos comunistas” (linha 1), o sujeito jornalista remete a uma memória discursiva que leva seu coenunciador a interpretar que um tipo de limpeza deveria ser feita no sistema político brasileiro. Porém, essa limpeza seria de caráter sacro, ou seja, pretendia-se purificar o país de ideias ateístas e antirreligiosas.

Em um país que, historicamente, sofreu grandes influências da igreja Católica, que amplamente pregava o purgatório como o lugar onde deviam ir os pecadores, a fim de pagar pelos seus erros e serem deles purificados, o enunciado “expurgo dos comunistas” (linha 1) gera (em sujeitos identificados com aquela FD) um efeito de sentido ligado a essa cena. Esse discurso só é possível porque é sustentado por outros dizeres já constituídos, ditos e esquecidos sobre a igreja, o pecado e a purificação.

Desse modo, o efeito de sentido produzido é que os comunistas seriam os pecadores que deveriam ir para o purgatório, devendo ser limpos, purificados, e, por sua vez, excluídos da companhia daqueles que seriam “os homens bons e justos”, que não poderiam ser contaminados por eles. Produz-se aqui o efeito de sentido da separação entre o joio e o trigo; o justo e o pecador; o santo e o profano. Evidentemente, o sentido que se produz aí é de que os comunistas representam o mal e os militares (e aqueles que se posicionam favoráveis à sua causa), o bem.

No corpo do texto, essa cenografia é fortalecida a partir da afirmação de que “[...] deve ser feito um expurgo completo de comunistas [...]” (linha 10). Temos aí, remetendo-se ao imaginário religioso, a imagem de que o mal não pode coexistir com o bem, nem a santidade com o pecado. Assim, não é suficiente tirar um pouco do mal, ele deve ser aniquilado completamente. Posteriormente, o enunciador



## s u m á r i o

fala em “[...] credo vermelho [...]” (linha 11), o que corrobora com a cenografia religiosa, uma vez que desloca a imagem do comunismo de ideologia política e o caracteriza como posição religiosa, pois, na memória discursiva daqueles que se identificavam com uma FD de direita capitalista, o termo estaria ligado a esse sentido, pois, segundo tal perspectiva, credo não estaria relacionado à política e sim à religião.

Essa imagem ainda é fortalecida ao se afirmar que “[...] fique o terreno limpo de elementos comprometidos [...]” (linhas 14-15), onde é invocada a cena da limpeza, remetendo, assim, aos rituais católicos de purificação dos pecados; como, por exemplo, o batismo e/ou o lava pés, onde o pecador apresenta-se sujo (por conta de suas transgressões) e sai de lá completamente purificado. Nessa perspectiva, estar limpo é estar de forma digna e aceitável diante de Deus e dos homens. Dessa forma, a expulsão dos comunistas da administração pública brasileira seria algo essencial para que o país pudesse seguir seus novos rumos nos caminhos da verdade, da honra e da pureza.

Interessante notar que essas duas cenas (jurídica e religiosa) não são percebidas de forma dicotômica, mas de modo simultâneo, formando uma cenografia mais ampla e complexa. Sendo assim, têm-se imbricadas as cenografias da legalidade e da religiosidade. Naquela CP e inseridas numa FD de direita capitalista, juntas, elas remetem a uma cena estereotipada da religião que, baseando-se em princípios de justiça e legalidade, deveria promover a limpeza, a purificação. Desse modo, por conta da memória discursiva, que possibilita o retorno a já ditos sob a forma de pré-construídos, a cena validada que emergirá, será a da inquisição, onde a igreja “legitimamente” pune todo aquele que tenta desviar seus fiéis para caminhos tortuosos. Nesse caso, a punição não é interpretada de forma negativa, ao invés disso, é vista como necessária, uma vez que é um mecanismo utilizado a fim de evitar que toda a nação seja levada à corrupção. Temos, assim, a cena de um tribunal religioso



## s u m á r i o

que, de forma “legítima”, julga e penaliza os infiéis, com o propósito de resguardar a moral e os bons costumes da maioria.

Apesar de a matéria apresentar-se como neutra e objetiva, a cenografia dará suporte a um fiador que revelará um *ethos* correlato à cena de enunciação. Para a análise do *ethos*, o título também será fundamental, uma vez que ele contribuirá tanto para a construção da cenografia que será estabelecida quanto para a formação da imagem do fiador jornalístico. Assim, desde o título do texto analisado, já podemos perceber com que FD o fiador se identifica. Ao enunciar “Eleição do presidente após expurgo dos comunistas” (linha 1), *A Tarde* evidencia de que lado se encontra no conflito ideológico existente entre os defensores do capitalismo e os do comunismo.

Já no título da matéria analisada, o fiador demonstra (tanto a partir do *ethos* dito quanto do *ethos* mostrado) ser contrário aos ideais comunistas. Ao longo do texto, ele apresenta razões que justificariam sua postura, favorecendo a construção de um *ethos efetivo* positivo. Ele demonstra se opor aos comunistas não por uma mera diferença político-ideológica, mas porque o comunismo (no saber da FD de direita capitalista) representa o mal, ameaçando, assim, a inteireza do governo e comprometendo o bom andamento da administração do país. Por isso mesmo, sua vontade é que “[...] fique o terreno limpo de elementos comprometidos” (linhas 14-15).

Ao enunciar que: “[...] não querem os comunistas agindo, conspirando ou prejudicando [...]” (linhas 15-16), o enunciador utiliza os verbos “agir”, “conspirar” e “prejudicar”. Evidente que esse modo de dizer se constitui a partir de outros dizeres, sobre o que é ser comunista, sobre seus comportamentos e seus ideais. Tais verbos, dentro de uma FD de direita capitalista, atribuem aos comunistas características negativas, produzindo um efeito de sentido de que eles seriam nocivos à sociedade. Essa característica fica ainda mais agravada ao se colocarem os verbos no gerúndio, o que fortalece o



s u m á r i o

sentido de que essas características negativas não seriam apenas atitudes isoladas, mas faziam parte da natureza daquele grupo. Essa crítica feita pelo jornal demonstra um *ethos* ordeiro, de um fiador que zela pela estabilidade política e social do país. É importante observar que, pela inscrição ideológica assumida por *A Tarde*, essa seria a única forma legítima do jornal enunciar.

É relevante notar também que alguns trechos (como o citado abaixo) não se encontram no discurso direto<sup>26</sup>, mas no indireto, onde o enunciador se propõe a explicar, em suas próprias palavras, o enunciado de outrem.

O Exército, a Marinha e a Aeronáutica exigem que antes da ascensão do General Castelo Branco, fique o terreno limpo de elementos comprometidos, e não querem os comunistas agindo, conspirando ou prejudicando de qualquer forma o trabalho da futura administração. (linhas 12-17)

Para Maingueneau (2013), o discurso indireto esconde intenções, uma vez que não reproduz de maneira exata o enunciado inicial; pelo contrário, traz direcionamentos do próprio sujeito citante. Para ele, “Com o discurso indireto, o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento” (MAINGUENEAU, 2013, p. 191). Dessa maneira, *A Tarde* produz no seu interlocutor o efeito de sentido de que ele mesmo concorda com os dizeres do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, quando dizem que os comunistas não devem agir, conspirar e prejudicar. Essa postura colabora, dentro daquela FD, para a criação de uma imagem positiva, de um fiador que busca o bem-estar da sua nação, não aceitando correr o risco de vê-la ameaçada por rebeldes perigosos.

## s u m á r i o

26 Neste caso, discurso (ao usarmos discurso direto ou discurso indireto) não é utilizado na perspectiva da AD, mas na perspectiva da gramática normativa. Esse termo é retomado por Maingueneau em seu livro “Análise de textos de comunicação” 2011, e é utilizado aqui com o mesmo sentido.

Para os coenunciadores que se identificam com uma FD de direita capitalista, daí emergirá um *ethos* de um fiador que busca o melhor para o Brasil, protegendo-o do mal que o ameaça (o comunismo). Fortalecendo esse *ethos*, o enunciador utiliza o termo “Nação”, ao invés de “país”. O termo “Nação”, levando-se em conta a memória discursiva, ou seja, tudo aquilo que já foi dito e esquecido sobre ele, remeteria não apenas ao espaço administrativo do país, mas também a sua cultura ao seu povo, a sua história, dando, assim, um caráter mais pessoal ao enunciado, estabelecendo um vínculo mais relacional. Isso fortalece o *ethos* patriótico, de um fiador que tem prazer de pertencer ao grupo e resguardar os seus valores.

De acordo com sua inscrição discursiva, esse fiador se apresenta como não sendo favorável à confusão, à ilegalidade ou à balburdia; pelo contrário, ele defende a mudança e a “limpeza” dentro da lei. Por isso mesmo, utiliza muitos termos que fazem referência a um processo eletivo legal, o que evidencia um *ethos* da justiça e da moral.

Esse fiador ainda apresenta um caráter religioso, de alguém que valoriza os bons princípios da igreja, opondo-se ao “[...] credo vermelho [...]” (linha 11), algo que seria contrário ao credo validado naquela FD, o católico ou cristão. Enquanto aquele conduziria a nação para o ateísmo e a quebra dos valores morais; estes continuariam possibilitando que o país vivesse em plena harmonia, uma vez que estariam embasados nos escritos inspirados e nas intervenções da igreja. Temos aí um *ethos* religioso.

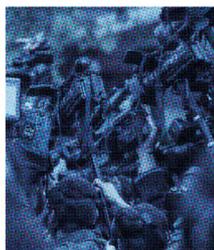
Vemos, assim, que, com base nos *ethé* ditos e mostrados, o fiador de *A Tarde* revela o *ethos* efetivo semelhante ao do cidadão modelo da FD de direita capitalista no período; um cidadão que zela pelos princípios da igreja, ama a sua nação e defende a justiça e a legalidade. Assim, baseado nos estereótipos validados naquela FD, *A Tarde* revela um *ethos* efetivo positivo, de acordo com as expectativas do seu público leitor.

## s u m á r i o



Quadro 6 - Cenografia e *ethé* da matéria de capa do jornal *A Tarde*, do dia 08 de abril de 1964.

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DA MATÉRIA	
Cenografia	Legalidade e religiosidade (remetendo ao tribunal da santa inquisição).
Ethos pré-discursivo	Seriedade, responsabilidade e profissionalidade;
Ethé dito e mostrado	Ethos ordeiro;
	Ethos patriótico;
	Ethos da justiça e da moral;
	Ethos religioso.
Ethos efetivo	Fiador - bom cidadão que zela pelos princípios da igreja, ama a sua nação e defende a justiça e a legalidade.



s u m á r i o

## 5.2.4 Análise da matéria de capa do jornal *A Tarde* - Dia 16 de abril de 1964 – Celebração ufanista

Figura 5 - Capa do jornal *A Tarde*, do dia 16 de abril de 1964. Com destaque para a matéria analisada.



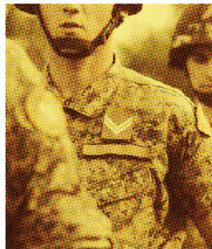
s u m á r i o

Figura 6 - Destaque da matéria de capa do jornal  
*A Tarde*, do dia 16 de abril de 1964.



Quadro 7 - Digitação da matéria de capa do jornal  
*A Tarde*, do dia 16 de abril de 1964.

TÍTULO I	1	MARCHA FOI APOTEOSE DA VITÓRIA
Corpo do texto I	2	A Bahia assistiu, ontem, o maior espetáculo cívico de sua história, quando
	3	uma incalculável multidão (estimada em 300 ou 400 mil pessoas) saiu às
	4	ruas para agradecer a Deus e as Forças Armadas por terem libertado o país do
	5	iminente perigo comunista. A "Marcha da Família com Deus pela
	6	Democracia" ultrapassou as previsões mais otimistas, não só em número
	7	de participantes e assistentes, como em vibração. Hinos patrióticos,
	8	exclamações de júbilo e aplausos delirantes misturavam-se no ambiente,
	9	enquanto das janelas e sacadas, enfeitadas com as cores nacionais, repletas
	10	de gente, uma chuva de papel picado caía sobre a passeata. Uma vereadora
	11	de São Paulo que tem acompanhado, em diversas cidades, manifestações
	12	semelhantes, disse, em entusiasmado discurso, que jamais vira coisa igual.
	13	E, realmente, foi como se todas as casas de Salvador se tivessem esvaziado
	14	e a população, em péso, houvesse ido associar-se à festa patriótica. Com
	15	sua presença maciça, o povo como quis significar a sua lealdade aos ideais
16	democráticos, e ao mesmo tempo, mostrar como era insignificante o	
17	grupelho dos que forcejavam para comuzinar esta nação cristã e liberal.	

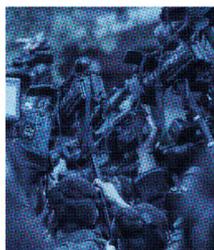


s u m á r i o

TÍTULO II	19	UM MAR DE POVO AO LONGO DA AVENIDA
Corpo do texto II	20	Mais de 100 entidades, conduzindo centenas de faixas tomaram parte no
	21	desfile, além de caravanas vindas do interior, particularmente do
	22	Recôncavo. A massa humana que se formou em toda a extensão do
	23	percurso chegou a dificultar o desfile, tendo, ao atingir o campo grande,
	24	havido a necessidade de intervenção da polícia militar para guiar o povo,
	25	por que a grande praça não comportava a todos. Uma hora depois de
	26	chegarem ao monumento do 2 de Julho os primeiros contingentes, ainda ao
	27	local chegava o povo.
	28	Desde 12 horas começou a concentração, na Praça da Sé, enquanto
	29	assistentes ocupavam todas as janelas, passeios, marquises e pontos de
	30	onde pudessem observar a saída da passeata. Repicavam o sino de todas as
	31	igrejas da cidade, conclamando o povo para a marcha de agradecimento e
	32	ao som dos bronzes se uniam sirenes e apitos de navios e trens.
	33	Por singular coincidência, o tempo, cujas condições vinham sendo más,
	34	modificou-se repentinamente. Houve sol durante todo o dia de ontem.
	35	Às 13 horas começou o "Te Deum Laudamus", celebrado por Sua
36	Eminência o Cardeal da Silva, tendo proferido o sermão o padre Gaspar	
37	Sadock.	
38	O afamado pregador produziu notável oração, em que exaltou a luta das	
39	Forças Armadas dos líderes civis da imprensa e das forças democráticas,	
40	para confurar a ameaça comunista, dizendo ser agora o momento de provar	
41	ao povo que sob a égide da liberdade poderão ser-lhe pronunciadas	
42	melhores condições de vida.	
43	Foi mestre de cerimônia do importante e solene ato religioso o vigário do	
44	Rio Vermelho, padre Antônio Vieira servindo de diácono o cônego	
45	Fernando Cordeiro. O Te Deum foi cantado pelo coro dos frades	
46	franciscanos, terminando pela bênção.	
TÍTULO III	48	INÍCIO DO DESFILE
Corpo do texto III	49	Só às 14 horas o desfile começou a se movimentar, abrindo caminho a
	50	imponente banda marcial dos Fuzileiros Navais. Em seguida vinham os
	51	alunos do Colégio Militar e oficiais das Forças Armadas. Logo após as
	52	diversas delegações, a começar pela das senhoras de São Paulo. A sra.
	53	Hildete de Brito, esposa do governador, participava da passeata, entre
	54	senhoras da sociedade.
	55	A manta humana compacta que se comprimia nas ruas, praticamente não
	56	permitiu que houvessem divisão entre as delegações e dentro em pouco era
	57	só um imenso mar que se estendia por toda a avenida.

A matéria de capa do jornal *A Tarde* datada do dia 16 de abril de 1964, tendo como título geral "Marcha foi apoteose da vitória", é atípica no discurso jornalístico, visto que o fiador discursivo se distancia dos padrões de um jornalismo imparcial e objetivo. Assim, tanto a construção da cenografia quanto do *ethos* revelarão um enunciador que possui um caráter mais parcial, algo incomum na maioria das matérias jornalísticas analisadas.

s u m á r i o



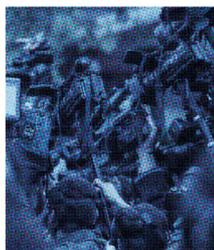
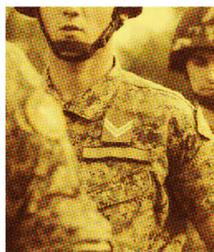
Apesar de a matéria estar dividida em diferentes seções “Marcha foi apoteose da vitória” (linhas 1-17); “Um mar de povo ao longo da avenida” (linhas 19-46) e “Início do desfile” (linhas 48-57), optamos por fazer as análises em conjunto, tomando-as como uma unidade verbal, uma vez que todas as três seções possuem as mesmas características; seus enunciados são ancorados numa mesma FD (direita capitalista) e também apresentam a mesma cenografia e os mesmos *ethé*.

É também importante observar que, na matéria original, havia ainda um quarto subtítulo que, por conta de não se encontrar completo na matéria de capa, foi descartado em nossa análise, uma vez que o *corpus* de nossa pesquisa foi extraído unicamente das matérias de capa do jornal *A Tarde*. Além disso, sua exclusão não resultou em prejuízos para o trabalho, visto que ele também apresentava as mesmas características das seções já citadas.

Nessa matéria jornalística, percebemos a construção de uma cenografia mais apelativa. Isso ocorre por conta da utilização, por parte do enunciador, de muitos adjetivos, advérbios e de descrições detalhadas do evento. Na matéria em análise, temos o estabelecimento da cenografia da festa, da celebração, onde o religioso e o patriótico se complementam, como se houvesse uma ligação intrínseca entre Igreja e Estado.

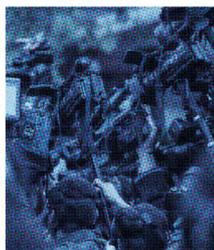
A reportagem de *A Tarde* aqui analisada se propõe a descrever o evento cívico/religioso que havia ocorrido no dia anterior (15 de abril de 1964), a “Marcha da família com Deus pela democracia”. Manifestações semelhantes já haviam ocorrido em muitos outros estados do Brasil, organizadas pela igreja católica e por membros das elites liberais do país. O encontro tinha como objetivo celebrar a tomada do poder e fazer oposição ao comunismo e ao governo do presidente João Goulart. Diferente da maior parte dos demais estados do país, que realizaram o evento antes do golpe militar, na Bahia, ele ocorreu depois, como uma atitude em apoio ao Novo Regime.

## s u m á r i o



Sendo assim, no dia 16 de abril, *A Tarde* descreveu à sociedade baiana como havia sido o encontro. Porém, sua descrição da marcha ocorreu de forma nitidamente imparcial, transmitindo ao seu coenunciador uma imagem alegre e festiva do evento. Essa imagem já é sugerida desde o título geral da matéria: “Marcha foi apoteose da vitória” (linha 1), onde o enunciador indica um quadro de muitas pessoas eufóricas celebrando a vitória com entusiasmo e alegria. Essa cena da celebração eufórica é fortalecida ao longo do texto, como podemos ver em: “A Bahia assistiu, ontem, o maior espetáculo cívico de sua história [...]” (linha 2). Aqui o enunciador fortalece a cena da euforia. Sua descrição da marcha permite ao coenunciador (que se identifique com a mesma FD do jornal) reviver na sua memória um cenário extraordinário. A magnitude do evento é ainda ampliada quando se afirma que: “Uma vereadora de São Paulo que já havia participado de diversos eventos do tipo ficara impressionada com o ocorrido em Salvador, afirmando que nunca vira coisa igual.” (linhas 10-12). Tal dizer, levando-se em conta a FD e as CP, gera um efeito de sentido de que a marcha na Bahia havia sido mais impressionante do que todas as outras que, até então, haviam ocorrido no país.

Indicando que toda a população da cidade apoiava a marcha, *A Tarde* revela ter participado do encontro uma “[...] incalculável multidão (estimada entre 300 e 400 mil pessoas) [...]” (linha 3). Numa época em que a população da cidade estava próxima de 650 mil, o número estimado de participantes citado gera um efeito de sentido de que mais da metade da população da cidade havia comparecido ao evento. A cena validada da celebração é constantemente retomada ao longo da matéria, como em: “Um mar de povo ao longo da avenida” (linha 19). Tal cena é reforçada ao serem apresentados os grupos que participaram do evento. É dito que “Mais de 100 entidades, conduzindo centenas de faixas tomaram parte no desfile [...]” (linhas 20-21), sugerindo que a marcha não havia sido realizada por um determinado segmento da população, mas que tinha o apreço de muitos grupos sociais da



s u m á r i o

cidade. Além disso, não só a capital teria se feito presente, pois lá também estavam “[...] caravanas vindas do interior [...]” (linha 21), ou seja, a festa não teve fronteiras, todos participaram, civis e militares, ricos e pobres, citadinos e interioranos.

Apesar da multidão de participantes, não houve espaço para confusão ou discórdias, todos estavam unidos. Isso é percebido no trecho: “[...] não permitiu que houvessem divisão entre as delegações e dentro em pouco era só um imenso mar que se estendia por toda a avenida” (linhas 55-57). Ou seja, não teve espaço para dissensões no evento, as pessoas e instituições envolvidas celebraram unidos. Estabelece-se, assim, a cena da celebração democrática.

Além disso, os participantes são descritos como estando felizes, o que os levou a expressarem suas emoções através de “Hinos patrióticos, exclamações de júbilo e aplausos delirantes [...]” (linhas 7-8). A descrição da “Marcha” apresentada por *A Tarde* produz no interlocutor o efeito de sentido de que todos os participantes do evento estavam exultantes, não conseguindo conter a grande alegria que sentiam. Essa cena é fortalecida por meio da introdução de muitas expressões de sentimento dos participantes. Eles são descritos como estando “vibrando” (linha 7), “exclamando” (linha 8), “delirando” (linha 8) e outras expressões que denotam um momento de euforia exacerbada.

Essa matéria jornalística não se limita a uma mera descrição objetiva do evento, ao invés disso, mediante a construção cenográfica da celebração, ela trabalha com as cenas validadas do interlocutor. Tais cenas estão relacionadas a momentos festivos de gozo e alegria; por isso mesmo, o enunciatador descreve detalhadamente expressões vívidas, tanto no aspecto visual quanto no aspecto sonoro. Por conta disso, encontramos na matéria enunciações como: “[...] das janelas e sacadas, enfeitadas com as cores nacionais, repletas de gente, uma chuva de papel picado caía sobre a passeata” (linhas 9-10); “[...]



## s u m á r i o

assistentes ocupavam tôdas as janelas, passeios, marquises e pontos de onde pudessem observar a saída da passeata.” (linhas 29-30); “[...] era só um imenso mar que se estendia por tôda a avenida.” (linhas 56-57). O efeito de sentido produzido é de que toda a cidade estava satisfeita com a derrubada do governo de Goulart, como se todos os simpatizantes do comunismo e do antigo governo tivessem sido expulsos do país.

As descrições sonoras também foram amplamente exploradas por *A Tarde* na construção cenográfica. É revelado que “Hinos patrióticos, exclamações de júbilo e aplausos delirantes misturavam-se no ambiente [...]” (linhas 7-8); “Repicavam os sinos de tôdas as igrejas da cidade [...]” (linhas 30-31); “[...] ao som dos bronzes se uniam sirenes e apitos de navios e trens.” (linha 32); “[...] abrindo caminho a imponente banda marcial dos Fuzileiros Navais [...]” (linhas 49-50). Esses recursos geram uma cenografia ainda mais viva, uma vez que torna o coenunciador quase capaz de não apenas enxergar o movimento da imagem, como também ouvir as expressões de alegria do momento.

Esses elementos, trazidos para a construção da cenografia (e talvez também pudéssemos falar em uma “sonografia<sup>27</sup>”), corroboram com a cena da festa, da celebração. Porém, é importante observar que o sujeito discursivo, a partir do seu dizer, produz um efeito de sentido de que o evento, o qual estava sendo descrito, não era mundano, mas religioso e familiar. Isso é trazido à cena através de enunciações que valorizam o caráter sacro do encontro. O que se nota a partir dos seguintes enunciados: “[...] agradecer a Deus [...]” (linha 4); “[...] esta nação cristã [...]” (linha 17) ; “[...] tôdas as igrejas da cidade [...]” (linhas 30-31); “O afamado pregador produziu notável oração [...]” (linha 38); “Foi mestre de cerimônia do importante e solene ato

27 Conceito criado pelo autor para designar a descrição de sons dentro de um quadro cenográfico. Assim, da mesma forma que o enunciador cria uma cena de enunciação a partir do seu discurso, ele também pode criar, por meio do discurso, um ambiente sonoro.

## s u m á r i o

religioso [...]” (linha 43). Tais dizeres, retomando estereótipos validados na memória discursiva, possibilitam que seja recuperada a imagem do sacro, do sagrado, atribuindo-lhe um determinado valor positivo (dentro de uma FD cristã/católica); retomando, assim, outros dizeres, já ditos e esquecidos, sobre a importância da religião na sociedade; a importância da igreja para a nação; a valorização da religiosidade etc. Desse modo, a partir de seu dizer, o enunciador infere que o evento a que está se referindo não foi um evento qualquer, mas um que tinha a bênção de Deus e de seus representantes terrestres, os clérigos.

Além disso, seu dizer também revela um caráter familiar e respeitoso do evento. Isso é percebido quando *A Tarde* destaca a participação ativa de pessoas de suas respectivas residências. Com isso, é produzindo o efeito de sentido de que as famílias apoiavam o encontro. Eis algumas referências: “[...] das janelas e sacadas, enfeitadas com as cores nacionais, repletas de gente [...]” (linhas 9-10); “[...] foi como se tôdas as casas de Salvador se tivessem esvaziado [...]” (linha 13); “[...] assistentes ocupavam tôdas as janelas [...]” (linha 29).

O sujeito discursivo confirma a respeitabilidade da manifestação, ao destacar que ali estavam presentes pessoas honrosas, como: “Uma vereadora de São Paulo [...]” (linhas 10-11); “[...] o Cardeal da Silva [...]” (linha 36); “[...] o padre Gaspar Sadock” (linhas 36-37); “[...] o vigário do Rio Vermelho [...]” (linhas 43-44); “[...] o cônego Fernando Cordeiro” (linhas 44-45); “[...] senhoras de São Paulo” (linha 52); “A sra. Hildete de Brito, esposa do governador [...]” (linhas 52-53). Todas essas referências (dentro de uma dada FD) contribuem para a construção da cenografia da celebração sacra e respeitosa.

Desse modo, a cenografia gerada por meio do discurso jornalístico recria o momento do evento, permitindo ao coenunciador reviver a empolgação e agitação do encontro. Essa cena, ancorada pela memória discursiva, permite que ele obtenha não apenas



## s u m á r i o

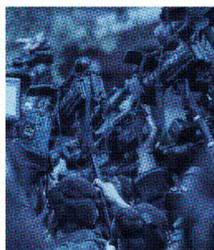
uma descrição racional da marcha, mas também perceber a gama emocional que contagiava o momento.

Quanto à apresentação de sua própria imagem, percebemos que, nessa matéria, o *ethos discursivo* irá diferir um pouco do *ethos* pré-discursivo jornalístico, que, genericamente, possui uma imagem de neutralidade e objetividade. Enquanto, na maioria das matérias de *A Tarde*, percebemos um fiador com características sóbrias, quase que completamente sem emoção, que busca apenas apresentar “os fatos” de maneira “objetiva”; esse texto produz a imagem de um fiador parcial. O *ethos* produzido é de um fiador que não descreve o evento de maneira objetiva, mas como se, no momento do relato, estivesse em estado de êxtase, impressionado com o que havia visto e vivido na “Marcha”.

Sendo assim, há um aparente conflito entre o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo, visto que, enquanto aquele evoca a imagem de um fiador neutro, que deve relatar o evento de maneira imparcial e racional, este parece estar descrevendo a marcha a partir de um ponto de vista mais emotivo, gerando a imagem de um fiador mais pessoal, de alguém que tivesse participado efetivamente daquela celebração. Porém, isso produz um *ethos* positivo, uma vez que revela um fiador que enuncia aquilo que ele mesmo presenciou; assim, não há dúvidas sobre a veracidade de suas declarações. A aparente divergência entre os *ethé* pré-discursivo e discursivo gera a imagem de um fiador que, apesar de fazer afirmações com base em sua própria observação, é responsável o suficiente para não permitir que sua subjetividade interfira de maneira gritante em sua descrição, ou seja, tem-se um *ethos* da sinceridade e responsabilidade. Essa imagem é realçada pelo fiador por meio da apresentação de alguns detalhes objetivos do evento, como nome de pessoas, lugares, números, e descrições detalhadas.

O *ethos* do religioso também pode ser percebido a partir da matéria analisada. Através dos *ethé* dito e mostrado, o fiador evidencia

## s u m á r i o



apreciar os princípios e ritos da igreja. Encontramos, no texto, diversos dizeres que valorizam o aspecto religioso, tais como: a importância da gratidão a Deus “[...] agradecer a Deus [...]” (linha 4); da participação das igrejas: “Repicavam o sino de tôdas as igrejas da cidade [...]” (linhas 30-31); as atividades religiosas: “[...] começou o ‘Te Deum Laudamus [...]” (linha 35); “[...] notável oração [...]” (linha 38); “[...] importante e solene ato religioso [...]” (linha 43); “[...] terminando pela bênção” (linha 46) e os representantes da igreja: “[...] Sua Eminência o Cardeal [...]” (linhas 35-36); “O afamado pregador [...]” (linha 39). A partir de sua enunciação, o fiador constrói o *ethos* do homem religioso. Notamos, na matéria analisada, uma valorização dos bons princípios da igreja e de sua relevância na sociedade.

Contudo, o sujeito jornalístico não se limita a defender os valores religiosos; além disso, ele também se opõe à ideologia comunista, vista como secular e anti-cristã /católica. Por isso, o fiador revela um *ethos* anticomunista. O comunismo é apresentado por ele como o mal, o inimigo que deve ser combatido. Já no título da matéria (Marcha foi apoteose da vitória) é revelada a oposição ao posicionamento esquerdista, onde a “vitória” que se comemora é justamente contra o comunismo, que, segundo *A Tarde*, conduziria o país ao fracasso moral e econômico. Esse *ethos* anticomunista é evidenciado por meio de enunciações que perpassam todo o *corpus* analisado. Sendo assim, aquela posição política sempre é apresentada como representando algo nocivo à sociedade brasileira, tais como “[...] iminente perigo comunista” (linha 5); “[...] a ameaça comunista [...]” (linha 40). O fiador discursivo chega mesmo a demonstrar atitude de desprezo para com aquele grupo “[...] mostrar como era insignificante o grupelho dos que forcejavam para comunizar esta nação cristã e liberal [...]” (linhas 16-18).

A partir dos saberes de uma FD de direita capitalista, seus dizeres, de oposição ao comunismo, não produzirão um *ethos* de

## s u m á r i o

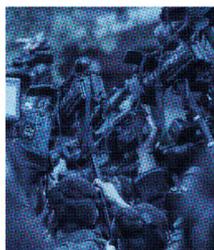


intolerância ou preconceito, pelo contrário, fortalecerá um *ethos* de zelo. Sua posição é completamente aceitável, uma vez que se objetiva resguardar a moral e os bons costumes da nação, algo que estaria sendo ameaçado pelos esquerdistas. Os dizeres de *A Tarde* geram um efeito de sentido (dentro da FD citada) de que comunicar o país significaria derrubar os valores religiosos e familiares vigentes.

Por fim, outro *ethos* também pode ser notado no *corpus* analisado: o *ethos* patriótico. O sujeito discursivo demonstra estar ancorado numa FD de direita capitalista, favorável ao novo governo. Por isso mesmo, evidencia estar preocupado com o bom desenvolvimento da nação, demonstrando alegria pelo fato de os militares haverem “[...] libertado o país [...]” (linhas 4-5); além disso, destaca o patriotismo do evento, através de enunciações como: “[...] Hinos patrióticos [...]” (linha 7); “[...] cores nacionais [...]” (linha 9); “[...] feira patriótica” (linha 14); “[...] esta nação cristã e liberal” (linha 17).

O sujeito discursivo demonstra ainda se orgulhar pelo fato de sua nação apresentar características louváveis, como a de ser democrática. É completamente silenciado o fato de que, após o golpe (ou revolução) de 1964, o país passou a viver numa ditadura. Importante notar que, ao assumir uma posição ideológica, o sujeito se constitui a partir de tal posição, materializando determinados dizeres em detrimento de outros. Por isso, o sujeito discursivo do texto analisado enfatiza apenas as virtudes dos militares. Seus dizeres, de cunho patriótico, produzirão um *ethos* positivo, de um fiador que se relaciona com essa característica, ou seja, se ele valorizava a pátria, é porque é patriota. Assim, o *ethos* patriótico também participa na formação do *ethos* efetivo.

A partir da análise da matéria, tomando como parâmetro os saberes advindos de uma FD de direita capitalista e com base nos *ethé* pré-discursivo e discursivo, notamos que o *ethos* efetivo do fiador de *A Tarde* é positivo, de alguém de bem, que zela pelos princípios



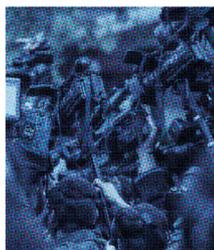
## s u m á r i o

religiosos e da família e ama a sua nação. Notamos também que aqui o fiador se encontra exultante, satisfeito com a derrubada de um governo que, certamente, levaria o seu país para à decadência política, religiosa e moral.

Sem dúvidas, tanto a cenografia quanto o *ethos* efetivo de *A Tarde*, do dia 16 de abril de 1964, corroboram com um posicionamento de direita capitalista, que defende o capitalismo liberalista e se opõe, claramente, ao comunismo.

**Quadro 8 - Cenografia e *ethé* da matéria de capa do jornal *A Tarde*, do dia 16 de abril de 1964**

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DA MATÉRIA	
Cenografia	Celebração com caráter religioso e familiar.
Ethos pré-discursivo	Seriedade, responsabilidade e profissionalidade.
Ethé dito e mostrado	Ethos religioso;
	Ethos anticomunista;
	Ethos de zeloso;
	Ethos patriótico;
Ethos efetivo	Indivíduo responsável, defensor dos princípios religiosos e da família, que ama a nação e busca o seu progresso.



s u m á r i o

## 5.2.5 Análise da matéria de capa do jornal *A Tarde* – Dia 22 de abril de 1964 – Pronunciamento presidencial

Figura 7 - Capa do jornal *A Tarde*, do dia 22 de abril de 1964. Com destaque para a matéria analisada.



s u m á r i o

Figura 8 - Destaque da matéria de capa do jornal  
A Tarde, do dia 22 de abril de 1964.



Quadro 9 - Digitação da matéria de capa do jornal  
A Tarde, do dia 22 de abril de 1964.

TÍTULO	1	REVOLUÇÃO NÃO MANTERÁ PRIVILÉGIOS
Local e data	2	Rio, 22
Corpo do texto	3	O presidente Humberto Castelo Branco, discursando em Ouro Preto, disse que "a Revolução não foi feita para manter privilégios, mas para, em nome do povo e a seu favor, democratizar os benefícios do desenvolvimento e da civilização". Acrescentou que, para efetivar a Revolução, convocará todos os brasileiros, sem distinção, a fim de constituir uma sociedade em que ninguém seja preterido e à qual todos se sintam orgulhosos de pertencer.
	4	
	5	
	6	
	7	
	8	
	9	

Notamos que as cenas englobante e genérica exercem um importante papel na construção da significação no *corpus* analisado, produzindo um efeito de sentido de objetividade e imparcialidade. Todavia a construção cenográfica nos permite perceber a parcialidade do discurso, uma vez que indica um dizer que está ancorado numa determinada FD, em detrimento de outra. Nessa matéria, o fiador jornalístico expõe fragmentos de um pronunciamento proferido pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco em Ouro Preto (MG). Porém, ele não se limita a transmitir os dizeres do chefe do executivo de maneira formal; ao invés disso, cria a cenografia do próprio momento enunciativo, como se o presidente estivesse, naquele instante, fazendo o pronunciamento.

s u m á r i o



Tal cena pode ser notada desde o título da matéria: “Revolução não manterá privilégios” (linha 1), que já seria uma afirmação direta do próprio presidente. A cenografia utilizada gera a impressão de que o coenunciador estaria no instante original da enunciação, ouvindo as declarações presidenciais; ela reconstrói o momento enunciativo. Como vemos, desde o título da matéria a cenografia começa a ser construída. Posteriormente, *A Tarde* fortalece essa cena inserindo a imagem do presidente: “O presidente Humberto Castelo Branco, discursando [...]” (linha 3). Notemos aqui que, ao ser incluído na cena, o presidente é descrito como estando “discursando”. A utilização do verbo no gerúndio (ao invés do pretérito perfeito) contribui para a geração do efeito de sentido de que naquele momento o presidente ainda estaria proferindo suas palavras, o que impõe a cena da transmissão jornalística “ao vivo”.

Outro recurso que fortaleceu a cenografia do discurso político oficial ao vivo (cena validada) foi a apresentação, pelo menos no início, da enunciação presidencial a partir do discurso direto<sup>28</sup>. Assim, o coenunciador é levado a interpretar o enunciado como se estivesse mantendo contato direto com os dizeres do presidente. Mesmo quando o discurso passa a ser apresentado de forma indireta, ele corrobora para a manutenção da cena da exposição direta entre o presidente e seu coenunciador. Percebemos, assim, que a matéria de *A Tarde* aqui analisada, apesar de curta, cria a cenografia do pronunciamento presidencial ao vivo, onde o público é levado a manter contato, de forma direta, com o governante; como se o jornal não servisse de intermédio entre o chefe de estado e a população.

No *corpus* aqui analisado, além de identificarmos uma cenografia, podemos também perceber a imagem do fiador

28 Também aqui, discurso (ao usarmos discurso direto ou discurso indireto) não é utilizado na perspectiva da AD, mas na perspectiva da gramática normativa. Esse termo é retomado por Maingueneau em seu livro “Análise de textos de comunicação” 2011, e é utilizado aqui com o mesmo sentido.

## s u m á r i o



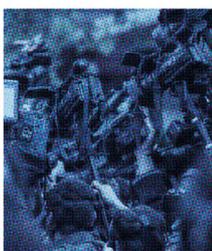
jornalístico. Logo de início, notamos que *A Tarde* demonstra um *ethos* de objetividade. O emprego de uma linguagem clara e técnica contribui para a produção dessa imagem. Além disso, a utilização do discurso direto também a favorece. Tal utilização auxilia na construção de um *ethos* de objetividade, uma vez que proporciona a geração de um efeito de sentido de fidelidade enunciativa, como se o enunciador citante reproduzisse de forma idêntica os dizeres do enunciador citado. É sabido que no discurso indireto “o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento” (MAINGUENEAU, 2013, p. 191).

Porém, apesar de gozar de um status de neutralidade, para Maingueneau (2013), o discurso direto também é parcial e subjetivo, uma vez que o sujeito citante está livre para selecionar fragmentos do discurso original. Desse modo, para ele, seria falsa a impressão de objetividade do discurso direto.

Em geral, a imprensa contemporânea privilegia sistematicamente o discurso direto em relação ao discurso indireto. Isso pode se explicar ao mesmo tempo pela preocupação de aproximar-se ao máximo do vivenciado pelos atores da cena midiática e pela preocupação de parecer o mais objetivo possível. O discurso direto permite, de fato, satisfazer as duas maiores preocupações das mídias: emocionar e informar. Mas isto é apenas um artifício: o discurso direto não é mais “objetivo” que o discurso indireto. (MAINGUENEAU, 2013, p.192)

Apesar de o discurso direto realmente não ser objetivo, quando utilizado, produz um *ethos* de objetividade. E isso ocorre no *corpus* aqui analisado. Ao iniciar a matéria afirmando “O presidente Humberto Castelo Branco, discursando em Ouro Preto, disse que [...]” (linhas 3-4), é produzido um efeito de sentido de que tudo o que será dito a seguir é completamente verdadeiro e, sendo assim, é atribuído ao fiador a característica de ser imparcial.

## s u m á r i o



A partir da análise da matéria, notamos ainda que o fiador apresenta um *ethos* revolucionário. Esse *ethos* também será positivo, pois revolução aqui (dentro dessa FD) significa luta pelo progresso do país. No saber da FD de direita capitalista, tal revolução foi necessária, uma vez que impediu que a nação enfrentasse um “retrocesso”, com uma possível implantação do Regime Comunista. Na matéria, o termo “Revolução” aparece tanto no título: “Revolução não manterá privilégios” (linha 1), quanto no corpo do texto “A Revolução não [...]” (linha 4); “[...] para efetivar a Revolução [...]” (linha 7). Sua utilização aqui está vinculada a mudanças positivas realizadas no país. O grande modelo de revolução retomado aqui é a “Revolução Francesa”, onde os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade foram defendidos com vibração.

Assim, remete-se aqui a uma memória discursiva, dizeres que foram proferidos acerca daquela revolução, por exemplo, de como ela foi positiva para resguardar os princípios democráticos, como ajudou a promover a igualdade entre os cidadãos, libertou os oprimidos e conduziu o povo a uma vida mais justa etc. Esse saber discursivo, os já ditos sobre a “Revolução Francesa”, também constituem o sentido do termo “revolução”, utilizado na matéria analisada. Isso fica claro ao se notar, no *corpus* em análise, uma defesa dos mesmos princípios daquele movimento, como os de democracia, igualdade e justiça social. Sendo assim, esse *ethos* revolucionário está ligado à imagem de um fiador corajoso, coerente e otimista quanto ao futuro da nação.

É importante ainda observar que a utilização do termo “Revolução” indica que o sujeito discursivo enuncia a partir de uma FD de direita capitalista, que valoriza e apoia o golpe (ou revolução)<sup>29</sup> de 1964, pois os sujeitos identificados com a FD de esquerda comunista, ao se referirem ao mesmo evento, utilizavam termos como: “Golpe

## s u m á r i o

29 A depender da posição discursiva.

Militar”, “Ditadura Militar” etc. e outros que atribuem um caráter antidemocrático e negativo ao movimento.

É também visível o *ethos* de honestidade e justiça, pois a “revolução” citada ocorreria ligada a tais princípios. Assim, o que se propõe com a revolução é a promoção dos direitos iguais. Por isso, é afirmado que “[...] não manterá privilégios [...]” (linha 1). Ao assumir sua posição discursiva, o sujeito formula o seu dizer a partir de outros já ditos e constituídos, ou seja, é levado a enunciar de uma determinada maneira ao invés de outra. A partir da enunciação aqui destacada, o sujeito tece críticas aos privilégios que existiriam no antigo governo, indicando que caberia a “revolução” e aos revolucionários acabar com eles: “[...] a Revolução não foi feita para manter privilégios [...]” (linhas 4-5). No lugar desse sistema corrupto, que privilegiava poucos, seria implantado outro, a fim de que “[...] ninguém seja preterido [...]” (linha 9). A partir desse discurso, tanto o *ethos* dito quanto o mostrado dão indícios de um fiador dotado de senso de honestidade e equidade, que pretende firmar uma sociedade mais justa e igualitária. Esse *ethos* será positivo, servindo para fortalecer a imagem do enunciador, que será visto como possuindo um bom caráter.

Observamos que esse *ethos* era muito pertinente dentro de uma FD favorável à implantação da Ditadura Militar, visto que um dos dizeres que possibilitavam a construção de uma imagem favorável ao comunismo era o de que eles implantariam um sistema de governo mais justo, onde todos teriam os mesmos direitos e privilégios, uma sociedade sem desigualdades. Porém, assumindo um dizer semelhante, o fiador jornalístico também adota o discurso da igualdade, fazendo emergir, assim, um *ethos* da honestidade e da justiça.

A esse *ethos* da honestidade e justiça, estabelecido a partir da memória da Revolução Francesa, estaria vinculado outro, o *ethos* do defensor popular. A matéria de *A Tarde* revela um fiador que está interessado no bem estar social, o que fica claro em enunciações do

## s u m á r i o



tipo “[...] em nome do povo e a seu favor [...]” (linha 5); “[...] constituir uma sociedade em que ninguém seja preterido [...]” (linhas 8-9); A partir dessas enunciações, surge o *ethos* de um fiador que não só conheceria teoricamente a precária realidade do povo, mas, além disso, a compreenderia de forma prática, lutando para transformá-la, assumindo uma atitude de superação e mudança.

Percebemos que o sujeito discursivo da matéria aqui analisada enuncia a partir de uma FD de direita capitalista, o que possibilita que seu discurso construa a imagem de um fiador equilibrado, que, ao mesmo tempo em que defende as ideologias capitalistas, posiciona-se favorável à justiça e igualdade social.

Por fim, o *ethos* da democracia também é gestado da matéria analisada. A partir dos *ethé* dito e mostrado, o fiador discursivo se apresenta como possuindo características amplamente democráticas. Contradizendo o que ocorria no país, a implantação de uma ditadura, regime reconhecidamente antidemocrático, o discurso de *A Tarde* produz a imagem de um fiador que (assim como o presidente) é defensor dos princípios da democracia. Na matéria, essa imagem é construída por meio de enunciados como esses: “[...] em nome do povo e a seu favor, democratizar os benefícios do desenvolvimento e da civilização [...]” (linhas 5-6); “[...] convocará todos os brasileiros, sem distinção, a fim de constituir uma sociedade em que ninguém seja preterido e à qual todos se sintam orgulhosos de pertencer [...]” (linhas 7-9).

Torna-se importante perceber que, ao *A Tarde* apresentar sua matéria utilizando-se inicialmente do discurso direto, todos os *ethé* por ele apresentados serão a priori atribuídos ao sujeito citado (presidente), porém as mesmas características serão atribuídas ao sujeito citante (fiador jornalístico), uma vez que o fiador demonstrará concordar e valorizar os dizeres do então presidente Castelo Branco. Sendo assim, o coenunciador atribuirá ao próprio fiador jornalístico as qualidades que esse demonstra apreciar no discurso proferido pelo presidente.

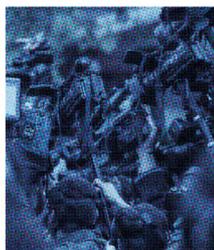
## s u m á r i o



Desse modo, a partir dos diversos *ethé* analisados na matéria (levando-se em conta uma FD de direita capitalista) temos a construção de um *ethos* efetivo positivo, de um fiador democrático, honesto e progressista.

**Quadro 10 - cenografia e *ethé* da matéria de capa do jornal *A Tarde*, do dia 22 de abril de 1964.**

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DA MATÉRIA	
Cenografia	Discurso presidencial oficial.
Ethos pré-discursivo	Seriedade, responsabilidade e profissionalidade.
<i>Ethé</i> dito e mostrado	<i>Ethos</i> da objetividade;
	<i>Ethos</i> do revolucionário;
	<i>Ethos</i> da honestidade e justiça;
	<i>Ethos</i> do defensor popular;
	<i>Ethos</i> da democracia.
Ethos efetivo	<i>Ethos</i> democrático, honesto e progressista.



s u m á r i o

## 5.2.6 Análise da matéria de capa do jornal *A Tarde* – Dia 30 de abril de 1964 – Entrevista com o presidente

Figura 9 - Capa do jornal *A Tarde*, do dia 30 de abril de 1964. Com destaque para a matéria analisada.



s u m á r i o

Figura 10 - Destaque da matéria de capa do jornal  
*A Tarde*, do dia 30 de abril de 1964.



Quadro 11 - Digitação da matéria de capa do jornal  
*A Tarde*, do dia 30 de abril de 1964.

TÍTULO	1	ENTREGARÁ GOVERNO COM FINANÇAS EM ORDEM E
	2	O PROGRESSO RETOMADO
Local e data	3	Rio, 30
Corpo do texto	4	Em entrevista à imprensa, o presidente Castelo Branco afirmou que entregará a administração do País a 31 de janeiro de 1966, com as
	5	finanças ordenadas e o desenvolvimento econômico retomado. Disse,
	6	a certa altura, que "a ação do meu govêrno mostrará a falta de razão
	7	da campanha no exterior, embora em pequena escala, visando a
	8	desprestigiar os objetivos da Revolução". Falando a respeito das
	9	medidas que vem adotando, afirmou que a primeira delas, já em
	10	andamento é o provimento dos principais cargos da administração e
	11	a formulação de um plano de govêrno, simples e objetivo, de unidade
	12	e ação em tôda a sua plenitude. Acrescentou que resistirá a tôdas as
	13	pressões, visando a conservá-lo na presidência da República,
	14	afirmando que os seus pronunciamentos não deixam dúvidas quanto
	15	àquela decisão e a garantia de que isto deve imprimir ao processo
16	eleitoral, que resultará na eleição do presidente, a ser empossado em	
17	18	1966.

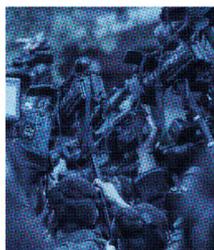
s u m á r i o

As cenas englobante e genérica também assumirão um importante papel nessa matéria jornalística, uma vez que possibilitarão o cumprimento das principais características do gênero jornalístico informativo, transmitindo uma imagem prévia de neutralidade e imparcialidade. Contudo, como já vimos anteriormente, esse caráter imparcial será apenas um efeito de sentido, uma interpretação, realizada a partir de uma inscrição discursiva, pois não podemos, de fato, falar em um discurso neutro, inclusive o jornalístico. Apesar disso, nessa matéria, o quadro cênico cumpre a sua função, passando uma forte imagem de objetividade para aqueles que estão inscritos numa FD de direita capitalista.

Todavia, nesse *corpus* também podemos perceber a construção de uma cenografia, que emerge da própria enunciação do fiador jornalístico.

Na matéria em análise, vemos explicitamente que *A Tarde* apresenta os resultados de uma entrevista feita com o então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco: “Em entrevista à imprensa, o presidente Castelo Branco afirmou que [...]” (linha 4). Porém não nos é revelado onde, nem como aconteceu a entrevista. Se ela ocorreu em uma rádio; se no escritório do jornal; se por telefone etc. Contudo, apesar de não ser informado o local, nem a forma como ela se deu, a partir do contato com a matéria, interpreta-se que ela teria ocorrido no palácio presidencial, em um local reservado para atividades desse tipo.

O primeiro fator contributivo para essa interpretação é a invocação de uma cena validada. A enunciação de *A Tarde* leva o seu coenunciador a retomar em sua memória as imagens das cenas



## s u m á r i o

de entrevistas presidenciais no regime capitalista<sup>30</sup> já vistas por ele, onde em local bem apropriado, tanto o entrevistador (repórter) quanto o entrevistado (governante) se comportam de maneira respeitável e formal, com perguntas e respostas diretas e objetivas. Todavia, essa cena poderia ser rejeitada se o próprio discurso sugerisse outra distinta, o que não acontece aqui, ao invés disso, ele contribui para confirmar a cena validada.

Tal cena é corroborada pela própria construção discursiva da matéria, que se utiliza de uma linguagem altamente formal e objetiva, como se ela representasse o próprio momento da entrevista. Sendo assim, o coenunciador é levado a manter contato com o discurso a partir da construção de uma cena de seriedade e formalidade. Caso o enunciado fosse apresentado de maneira mais leve, utilizando-se de uma linguagem mais coloquial, certamente o quadro cenográfico seria outro, possivelmente remeter-se-ia a uma cena de entrevista descontraída e informal, como num “talk show”.

Em segundo lugar, essa cenografia é confirmada por meio do próprio teor da entrevista, que expõe diversos enunciados que remetem a atenção dada, pelo entrevistado (presidente), às estruturas administrativas do governo, o que contribui (dentro daquela FD) com a cenografia da entrevista séria e objetiva. Eis alguns exemplos: “[...] a administração do País [...]” (linha 5); “[...] finanças ordenadas [...]” (linha 6); “[...] desenvolvimento econômico [...]” (linha 6); “[...] governo [...]” (linha 7); “[...] cargos da administração [...]” (linha 11); “[...] plano de govêrno [...]” (linha 12); etc.

30 Nas entrevistas dos governantes dos regimes declaradamente ditatoriais (como o comunista) geralmente a postura do entrevistado e do entrevistador são bem distintas daquelas ocorridas num regime declaradamente “democrático”. Enquanto que nesses há um interesse do governante em demonstrar um respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos democráticos, naquele o governante geralmente evidencia muito mais seu poderio político, militar e a necessidade de se fazer reformas a qualquer custo. Também a liberdade e a postura do entrevistador serão diferentes nos dois casos. Vemos, assim, que, a memória discursiva que se possui de uma entrevista de um político dito democrático é diferente da de um ditador despota.

## s u m á r i o



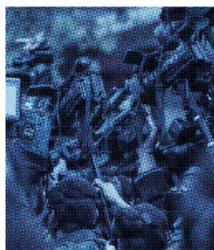
É relevante ainda notar que aqui o fiador jornalístico intermedia entre os dizeres do presidente Castelo Branco e seu próprio coenunciador. Isso fica claro ao serem utilizadas diversas expressões que designam a terceira pessoa gramatical, referindo-se ao então presidente, tais como: “[...] afirmou que entregará [...]” (linhas 4-5); “[...] Disse, a certa altura [...]” (linhas 6-7); “[...] afirmou que [...]” (linha 10); “[...] afirmando que os seus pronunciamentos [...]” (linha 15).

Sendo assim, concluímos que a construção cenográfica conduz o coenunciador (levando-se em conta sua FD) a interpretar os dizeres do enunciador jornalístico a partir da cena da entrevista presidencial formal, onde *A Tarde* teria o papel de ser o intermediário entre o entrevistado e seu público.

Antes de adentrarmos especificamente na análise do *ethos*, precisamos ressaltar que, nessa matéria, as qualidades destacadas no sujeito citado (presidente), também serão atribuídas ao sujeito citante (fiador de *A Tarde*), uma vez que este atribuirá juízo de valor às qualidades daquele. Desse modo, a imagem do enunciador (fiador de *A Tarde*) também será formada a partir da maneira como ele comenta as características de seu entrevistado, pois o que ele elogia no outro será visto como uma característica positiva dele mesmo; e o que ele critica no outro será visto como algo por ele repudiado. Por exemplo, se *A Tarde* (direta ou indiretamente) valoriza as características do presidente por esse ser organizado, sério ou honesto, essas qualidades serão vistas pelo coenunciador (pertencente a uma dada FD) no próprio fiador jornalístico, pois ao valorizar essas características ele estará dando evidências de que elas convergiriam com a sua própria forma de ser e pensar.

Como teremos aqui o discurso do presidente Castelo Branco sendo apresentado por *A Tarde*, como já afirmamos anteriormente,

## s u m á r i o



haverá a predominância do discurso indireto<sup>31</sup>. Segundo Maingueneau (2013), o discurso indireto não pode ser visto como um simples desdobramento do discurso direto, uma vez que “o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas [...]” (MAINGUENEAU, 2013, p. 191). Assim, percebemos que o discurso indireto revelará tanto a imagem do fiador citado, como a do fiador citante. A partir da explanação da entrevista realizada, com base no discurso apresentado, o coenunciador criará não apenas a imagem do presidente Castelo Branco, mas também, a imagem do próprio fiador jornalístico. Uma vez que ele dará indícios de valorização daquele discurso, seu *ethos* também será criado a partir dele, não do discurso do presidente, mas da enunciação feita por *A Tarde* sobre o discurso do presidente. Isso ocorre principalmente por conta dos *ethé* dito e mostrado. Ao valorizar determinado discurso, o citante, indiretamente, revela possuir as mesmas qualidades demonstradas pelo sujeito citado.

O primeiro *ethos* que se destaca a partir da matéria jornalística de *A Tarde* é o *ethos* da competência. Em toda a matéria, percebe-se a criação da imagem de um fiador discursivo competente, preocupado com a boa organização e gestão. Já em seu título é dito que se pretende colocar as “[...] finanças em ordem [...]” (linha 1); o que é reforçado com a seguinte enunciação: “[...] o presidente Castelo Branco afirmou que entregará a administração do País a 31 de janeiro de 1966, com as finanças ordenadas [...]” (linhas 4-6); o que ainda é mostrado a partir da afirmação de que se pretende “[...] a formulação de um plano de governo, simples e objetivo [...]” (linha 12).

Esse discurso gera no coenunciador (que se identifica com uma FD de direita capitalista) a imagem de um presidente administrativamente organizado e competente. Porém, como esse discurso é intermediado

31 Aqui também discurso (quando usamos discurso direto ou discurso indireto) não é utilizado na perspectiva pecheutiana, mas na perspectiva da gramática normativa. Esse termo é retomado por Maingueneau em seu livro “Análise de textos de comunicação” 2011, e é utilizado aqui com o mesmo sentido.

## sumário



por *A Tarde*, que destaca essa característica presidencial, dando sinais de valorização dessa qualidade, ela também passa a ser vista como uma virtude do próprio fiador jornalístico.

Esse *ethos* está vinculado ao *ethos* do progresso, pois, em uma FD de direita capitalista, se espera que todo administrador competente leve a instituição por ele administrada a progredir. Sendo assim, o fiador discursivo valoriza uma gestão que produza melhorias, crescimento. Desde o título da matéria, já percebemos esse fato. Fala-se em “[...] ordem e progresso retomado [...]” (linha 1). Essa imagem ainda é percebida a partir de outras enunciações como: “[...] o desenvolvimento econômico retomado” (linha 6), onde o fiador mantém a imagem do progresso como uma característica pessoal.

Outro *ethos* verificado, a partir do discurso analisado, é o *ethos* do prático. Percebe-se que o fiador discursivo não pretende ficar apenas no campo teórico; ao contrário, ele parte para a ação concreta, revelando possuir um traço de caráter positivo, ser de ação e não apenas de palavras. Naquele período, já havia uma memória negativa dos políticos do país; já ditos que os criticavam por “falarem e não cumprirem”, porém aqui encontramos uma oposição a isso: o presidente é identificado muito mais com o fazer do que com o falar. Ele é descrito como já estando executando ações que promovam a organização e o progresso da nação. Isso é verificado a partir de enunciações do tipo: “[...] a ação do meu governo mostrará [...]” (linha 7); e ainda demonstra que já está trabalhando para o crescimento do país. Vemos isso em enunciados como: “[...] das medidas que vem adotando [...]” (linhas 9-10); “[...] a primeira delas, já em andamento [...]” (linhas 10-11). Essas atitudes não seriam isoladas, uma vez que ele pretende efetivar “[...] ação em tôda a sua plenitude” (linha 13). Assim, a partir da valorização dessas características como homem de ação, *A Tarde* produz um *ethos* equivalente de que o jornal, além de ser um instrumento de “informação”, defende o progresso do país com



## s u m á r i o

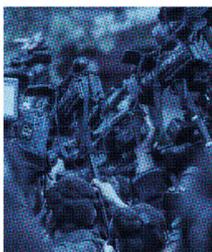
atitudes práticas, ou seja, apoia a implementação de ações que visam trazer melhorias para a nação.

Podemos perceber, ainda, o *ethos* da firmeza. Essa característica é atribuída a Castelo Branco a partir da afirmação de que ele “[...] resistirá à tódas às pressões [...]” (linhas 13-14). Desse modo, é construída a imagem de que ele seria um governante íntegro e corajoso, frente a sua disposição em enfrentar as possíveis dificuldades do seu governo. Por valorizar tal postura, o fiador jornalístico também seria visto como possuidor dessa qualidade. Assim, ele não seria um jornal que cederia às pressões externas; pelo contrário, defenderia a “verdade”, mesmo que, para isso, precisasse enfrentar perseguições e dificuldades, ou seja, era um veículo que valorizava a firmeza em seu fazer jornalístico.

Por fim, o fiador discursivo também apresenta um *ethos* democrático, muito valorizado no saber da FD de direita capitalista. Aqui ele aparece de forma um pouco diferente, a partir das afirmações do presidente de que não teria a pretensão de se manter no poder; muito pelo contrário, lutaria para que a democracia se estabelecesse, defendendo a posse do seu sucessor, que deveria assumir após o processo de eleição (ainda que indireta). Essa imagem já é mostrada desde o título da matéria, quando se afirma que “Entregará governo [...]” (linha 1). O que fica mais explícito com a afirmação de que ele “[...] entregará a administração do País a 31 de janeiro de 1966 [...]” (linha 5). O presidente é tão fiel aos princípios democráticos a ponto de afirmar que “[...] resistirá a tódas as pressões, visando a conservá-lo na presidência da República [...]” (linhas 13-14). Ainda é dito “[...] que resultará na eleição do presidente, a ser empossado em 1966” (linhas 17-18). É evidente, como temos visto, que esse *ethos* também será atribuído pelo coenunciador ao fiador de *A Tarde*, que passa a ser visto como defensor dos direitos democráticos.

A partir desses *ethé* dito e mostrado, e com base no *ethos* prévio e nos estereótipos validados, temos a construção de um *ethos* efetivo

## s u m á r i o



positivo, de um fiador que se mostra sério, organizado, competente, que atua de forma prática visando o bem-estar social do país.

**Quadro 12 - Cenografia e *ethé* da matéria de capa do jornal A Tarde, do dia 30 de abril de 1964.**

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DA MATÉRIA	
Cenografia	Entrevista presidencial formal.
Ethos pré-discursivo	Seriedade, responsabilidade e profissionalidade.
Ethé dito e mostrado	Ethos da competência;
	Ethos do progresso;
	Ethos do prático;
	Ethos da firmeza;
Ethos efetivo	Ethos da democracia.
	Ethos sério, organizado, competente, que atua de forma prática visando o bem-estar social do país.



s u m á r i o

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

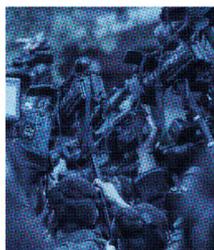
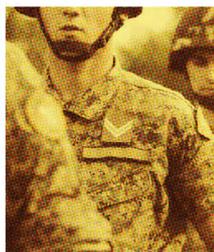
Nesta obra analisamos o nosso *corpus* (matérias do jornal *A Tarde* do mês de abril de 1964) não enquanto objeto linguístico formal, mas enquanto materialidade discursiva, percebendo nele os processos de constituição de sentido. As análises nos permitiram confirmar que, por mais que o discurso jornalístico atribua a si a característica de se manter imparcial diante dos embates ideológicos, de fato, ele nunca será neutro, uma vez que, o sujeito do discurso jornalístico só poderá enunciar a partir de uma determinada tomada de posição ideológica e discursiva.

Além disso, muitos dizeres do jornal (como dizeres sobre ele) permitirão a construção de uma imagem positiva do fiador jornalístico, que, muitas vezes, será visto como um enunciador imparcial, porta-voz da “verdade” e dos “fatos”. Nesse processo de interlocução (do jornal com seu coenunciador) tanto a cenografia quanto o *ethos* contribuirão significativamente para promover a construção de uma imagem positiva do fiador discursivo, levando o coenunciador a aderir ao seu discurso.

Por meio de sua enunciação, o jornal criou uma cenografia convergente com os estereótipos e valores prestigiados numa FD de direita capitalista. Apoiado nessa mesma cenografia, surge o fiador discursivo jornalístico, um ente imaginário, dotado de um corpo e de um caráter, que encarna a imagem que o coenunciador atribui ao jornal. Esse fiador possui um *ethos* efetivo, que será composto pelos diversos *ethé* que o constituirão.

Após a análise do nosso *corpus*, pudemos chegar a algumas considerações a respeito do discurso e da imagem do jornal *A Tarde*, dentro das condições aqui apresentadas. São elas:

s u m á r i o



O jornal atende às exigências técnicas das cenas englobante e genérica atribuídas ao gênero jornalístico informativo, sempre cumprindo aquilo que se espera de um jornalismo “sério”. Assim, *A Tarde* apresenta as matérias com certo grau de formalidade e “objetividade”, evitando linguagem popular e descontraída. Porém, no que tange à cenografia, percebemos que o jornal a utiliza constantemente em suas matérias, levando seu coenunciador a manter contato com seu discurso através de cenas validadas, como a da festa sacra, a da entrevista presidencial ou a da autoridade eclesiástica. Essas cenas possibilitam uma melhor adesão do leitor, que passa a atribuir uma maior credibilidade ao discurso do jornal;

O fiador discursivo do jornal possui um *ethos* efetivo muito positivo ao coenunciador de *A Tarde* (aqueles que se identificam com uma FD de direita capitalista). Seu fiador encarna a imagem de um indivíduo possuidor de características valorizadas pelos sujeitos identificados com a FD de direita capitalista da época. Ele seria: democrático, honesto, religioso, trabalhador, valorizador dos princípios sociais e da família etc. Esse *ethos* efetivo contribui para o processo de incorporação. Assim, o coenunciador se identifica com o fiador discursivo e adere ao seu discurso, sentindo-se como parte do grupo daqueles que também se posicionam como ele, participa do processo de incorporação.

O jornal *A Tarde* enunciava a partir de uma FD de direita capitalista, assumindo um discurso de defesa da propriedade privada, dos interesses da igreja e da democracia. Essa posição discursiva era a mesma das elites socioeconômicas do país no período. Desse modo, o jornal não apenas apoiou o golpe militar, no período analisado (abril de 1964), como também o validou, justificando suas ações e tecendo críticas severas ao antigo governo de João Goulart, ao mesmo tempo em que apresentou uma imagem negativa dos comunistas, taxando-os de antidemocráticos, ateus, imorais, anticonstitucionais, perigosos etc.

## s u m á r i o



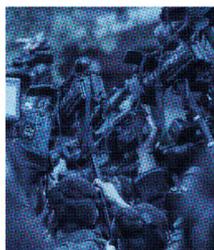
Isso foi feito através da exaltação dos valores da direita e ridicularização dos valores de esquerda. Assim, seus leitores pertencentes à mesma FD tinham certeza de que os valores contrários ao Regime eram negativos, devendo ser rejeitados.

Sendo assim, fica confirmada nossa hipótese de trabalho, de que o *ethos discursivo* e a *cenografia* do jornal *A Tarde*, do mês de abril de 1964, na cidade de Salvador, foi construído a partir de uma FD favorável ao Regime. Confirmamos também que o jornal construiu uma imagem positiva de si mesmo (diante daqueles que se identificavam com uma FD de direita capitalista) por meio de sua enunciação, além de contribuir para a legitimação de discursos hegemônicos, favorecendo e difundindo as posições ideológicas/discursivas do Regime Militar.

A partir disso, percebe-se o poder de influência da imprensa como meio de propagação ideológica. No entanto, é relevante ainda frisar a importância da cenografia e do *ethos* discursivo nesse processo. Para conquistar a adesão do seu interlocutor, o enunciador precisa possuir credibilidade diante dele, e, tanto a cenografia quanto o *ethos* podem contribuir de forma significativa para isso. Desse modo, diante do que vimos, constatamos que eles foram elementos essenciais para o fortalecimento de um discurso favorável ao Regime.

É relevante também notar que a imagem que o coenunciador terá do fiador dependerá de sua identificação ideológica e discursiva. Essa observação é importante, visto que o enunciador nunca terá controle total sobre o efeito de sentido que irá produzir em seu coenunciador, não tendo, assim, também o controle da imagem que produzirá de si mesmo, a partir de sua enunciação.

Isso pode ser verificado através da realização de uma análise do mesmo *corpora* aqui utilizado, a partir de uma diferente FD. As mesmas matérias de *A Tarde*, quando analisadas partindo de uma perspectiva contrária aos ideais e valores da Ditadura, produzirão um



## s u m á r i o

fiador jornalístico (de *A Tarde*) muito diferente daquele que verificamos neste trabalho. Ao olhar para o *corpus* a partir de saberes advindos de uma FD de esquerda comunista, por exemplo, onde a Ditadura Militar era vista de forma negativa, teremos, certamente, a formação de *ethé* negativos do jornal. Certamente o fiador jornalístico que emergirá aí, será de alguém que traiu a nação e foi conivente com os “erros e malefícios do Regime”. Desse modo, seria criado um *ethos* efetivo desfavorável à *A Tarde*.

Não poderíamos terminar nosso trabalho sem antes fazermos uma reflexão sobre o papel da mídia nos dias atuais, pois, o que percebemos no período da Ditadura, a partir dos *corpora* aqui analisados, permite-nos pensar sobre os dias de hoje. Sendo assim, podemos concluir que, da mesma forma que as matérias jornalísticas do passado utilizavam a cenografia e o *ethos* com a finalidade de propagar “verdades” que fortaleciam as ideologias das elites, o jornalismo atual também pode se utilizar dos mesmos recursos.

Tal constatação nos permite assumir uma postura mais crítica em relação aos discursos de mídia a que somos diariamente expostos. Assim, as observações feitas neste trabalho podem nos levar a agirmos de forma menos ingênua diante dos diversos textos com os quais mantemos contato em nosso dia a dia, permitindo-nos, assim, perceber que todos eles sempre estarão ancorados em uma determinada posição ideológica, logo, sempre serão imparciais e tendenciosos.



## s u m á r i o

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suarez. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. 10ª ed. Cotia, SP: Ateliê, 2007.

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). João Goulart entre a memória e a história. 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006. p.107-126.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980.

AMOSSY, Ruth (Org.). Imagens de si no discurso: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2011.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 3ª ed revista. São Paulo. Moderna, 2007.

ARAÚJO, Célio Roberto de. O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2008.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (Orgs.). Ditadura Militar e democracia no Brasil: História, imagem e testemunho. Rio de Janeiro. Ponteiro, 2013.

ARISTÓTELES. Retórica. 1998 [séc. IV a.C.] Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1824.

\_\_\_\_\_. Constituição (1891). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1891.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo. Wmf Martins Fontes, 2011.

BRANDÃO, H. Nagamine. Introdução à Análise do Discurso. Campinas: Unicamp, 2013.

CAROS AMIGOS. São Paulo: A Ditadura Militar no Brasil, Vol. 03: Jango, ascensão e queda. 2007.



s u m á r i o

CARVALHO, Kátia de. Imprensa e informação no Brasil no século XIX. Revista Ciência da Informação. Brasília: vol. 25, nº 03, p. 434-437, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

EGGS, E. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (Org.). Imagens de si no discurso: a construção do *ethos*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011. p.29-56.

FARACO, Carlos Alberto. Linguagem & Diálogo: As ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo. Editora Edusp, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Manual de redação. São Paulo. Publifolha Editora 2008.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise & HAK, Tony (org.) Por uma análise automática do discurso. Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1997. p.11-38.

HERBERT, Thomas. Reflexões Sobre A Situação Teórica das Ciências Sociais e, Especialmente, da Psicologia Social. In: ORLANDI, Eni Puccinelli, Análise de Discurso: Michel Pêcheux 3ª Ed. Campinas: Pontes, 2012. p.21-54.

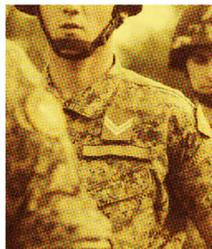
INDURSKY, Freda, Lula lá: estrutura e acontecimento. In: Organon. V. 17, n. 35. Discurso língua e memória. Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, 2003, p.101-121.

\_\_\_\_\_. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni Puccineli (Org.). Discurso e textualidade. Campinas: 2ª Ed. Pontes, 2010. p.33-80.

\_\_\_\_\_. A fala dos quartéis. Campinas-SP. Editora da Unicamp, 2013.

JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. Tradução de Izidoro B Likstein e José Paulo Paes. 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

## s u m á r i o



MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Tradução de Freda Indursky. 3ª Ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. Termos-chave da Análise do Discurso. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. Cenas da enunciação. Tradução de Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza e Silva, Néelson de Barros da Costa et all. São Paulo: Criar Edições, 2008.

\_\_\_\_\_. A noção de *ethos* discursivo. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos* discursivo. São Paulo: Contexto, 2011a.p.11-32.

\_\_\_\_\_. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso - a construção do ethos*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011b. p.69-92.

\_\_\_\_\_. Análise de textos de comunicação. Tradução de Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCELINO, W. Brito (org.). Discursos selecionados do presidente João Goulart. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: <[http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Discursos\\_joao\\_goulart.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Discursos_joao_goulart.pdf)>. Acessado em: 20 de janeiro de 2015.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). História da imprensa no Brasil. São Paulo. Contexto, 2013.

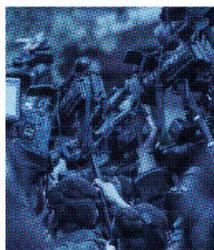
\_\_\_\_\_. Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja. São Paulo, Universidade Metodista, 1998. Trabalho apresentado no 21º Intercon, Recife, 1998.

MELO, José Marques de Melo. Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja. São Paulo, Universidade Metodista, XXI Intercom, Recife, PE, 1998.

\_\_\_\_\_. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOREIRA, Bruno de Oliveira. De heróis a tiranos: jornal *A Tarde*, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964). 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

## s u m á r i o



MUSSALIM, Fernanda; Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. (Orgs.). Introdução a Linguística: domínios e fronteiras, vol. 2. 8ª Ed. São Paulo. Cortez editora, 2012. p.113-165.

NERO, Cyro Del, Máquina para os deuses: Anotações de um cenógrafo e o discurso da cenografia. Editora SENAC: São Paulo; Edições SESC SP, 2009.

ORLANDI, Eni Puccineli. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni Puccineli; LAGAZZI, Suzy (orgs.). Discurso e Textualidade. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2010. p.11-31.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. O golpe dos militares e seu modo de dizer. In: INDURSKY, Freda. A fala dos quartéis. Campinas-SP. Editora da Unicamp, 2013. p.9-11.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, Françoise & HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1997a.p.59-158.

\_\_\_\_\_. FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise & HAK, Tony (org.) Por uma análise automática do discurso. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1997b. p.159-250.

\_\_\_\_\_. Apresentação da Análise automática do discurso (1982). In: GADET, Françoise & HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1997c. p. 251-280.

\_\_\_\_\_. A Análise do Discurso: Três Épocas (1983). In: GADET, Françoise & HAK, Tony (org.) Por uma análise automática do discurso. Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1997d. p.307-315.

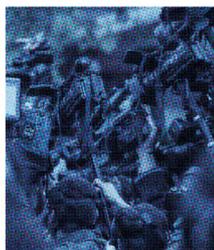
\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: AC HARD, Pierre [et al.]. Papel da Memória. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999, p. 49 -57.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUADROS, Jânio. Carta renúncia de Jânio Quadros – agosto de 1961. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/cartas/855183>>. Acesso em: 23 de jan. 2015.

REBELO, José. O discurso do jornal: o como e o porquê. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

## s u m á r i o



REZENDE, Maria José de. A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina. Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013.

RODRIGUES, Kelen Cristina. Em pauta o conceito de *ethos*: a movência do conceito da retórica aristotélica à sua resignificação no campo da Análise do Discurso por Dominique Maingueneau. Signum: estudos da Linguagem. Londrina, v. 11, n.2, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3056>>. Acesso em 05 de abr. 2014.

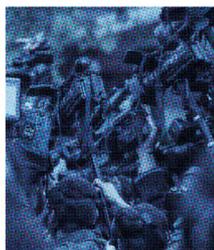
SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística Geral. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bliksten. 34ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SHARP, Gene. Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação. Tradução por José A.S. Filardo. São Paulo. The Albert Einstein Institution, 2010.

SILVA, José Otacílio da. Althusser. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo. Parábola editorial, 2013. p.71-100.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

TANNOUS, Simão Alves. “Relendo notícias”: o jornalismo baiano e o governo de João Goulart (1963-1964). 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.



## s u m á r i o

## SOBRE O AUTOR

**Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior** possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2006); especialização em Língua Portuguesa pela Faculdade Integrada AVM (2012); especialização em Filosofia e História das Ciências pela Faculdade Unileya (2017); Mestrado e Doutorado em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2015 e 2020, respectivamente). Em sua tese, analisou o discurso científico a partir das obras de Tomás de Aquino, Descartes e Thomas Kuhn. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Redação, Argumentação e Análise do Discurso. Possui outras obras e textos publicados. Já trabalhou em diversos cursos preparatórios para vestibular e concursos públicos, tendo também ministrado cursos e palestras em Universidades.



s u m á r i o

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

adesão 16, 60, 73, 74, 82, 84, 85, 86, 87, 194, 195  
 Análise 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25, 27, 29, 55, 77, 82, 85, 89, 95, 96, 104, 105, 108, 147, 154, 161, 164, 176, 178, 184, 189, 197, 198, 199, 200, 201  
 Análise do Discurso 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25, 29, 55, 77, 85, 89, 95, 96, 104, 105, 108, 197, 199, 200, 201  
 A Tarde 15, 20, 21, 22, 23, 39, 44, 49, 87, 97, 118, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199

### C

capitalista 16, 110, 112, 115, 117, 118, 120, 126, 129, 131, 132, 134, 137, 145, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 167, 173, 174, 175, 180, 182, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195  
 cenografia 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 82, 85, 87, 99, 100, 101, 108, 118, 136, 137, 139, 142, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 170, 171, 175, 177, 178, 183, 186, 187, 193, 194, 195, 196, 199, 200  
 coenunciador 16, 19, 44, 56, 57, 58, 59, 61, 66, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 86, 120, 125, 131, 132, 134, 136, 137, 143, 145, 146,

150, 152, 157, 158, 168, 170, 171, 178, 182, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 195  
 comunicação 15, 35, 36, 46, 65, 73, 77, 89, 93, 94, 97, 98, 102, 125, 161, 178, 189, 199  
 comunismo 15, 50, 112, 113, 115, 117, 118, 128, 129, 132, 133, 159, 160, 162, 167, 170, 173, 175, 181  
 comunistas 15, 16, 112, 115, 118, 132, 141, 150, 152, 153, 155, 158, 159, 160, 161, 194  
 conceitos 15, 18, 22, 26, 34, 40, 42, 52, 55, 57, 82  
 conhecimento 16, 23, 28, 33, 34, 39, 66, 68, 73, 97, 98, 103, 104  
 conquista 16  
 construção 15, 18, 21, 25, 27, 44, 46, 56, 59, 63, 66, 69, 74, 76, 77, 80, 82, 87, 91, 95, 101, 110, 118, 131, 132, 136, 140, 142, 143, 145, 149, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 177, 179, 181, 183, 186, 187, 188, 191, 193, 197, 198, 199  
 controle 16, 18, 77, 150, 151, 195  
 críticas 15, 76, 121, 128, 129, 133, 181, 194

### D

democracia 15, 110, 112, 115, 116, 118, 129, 153, 167, 180, 182, 183, 191, 192, 194, 197, 201  
 direita 16, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 132, 134, 137, 145, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 167, 173, 174, 175, 180, 182, 183, 186, 189, 190, 191, 194, 195  
 discurso 16, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79,

## sumário



80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 116, 118, 119, 120, 127, 128, 131, 132, 134, 136, 140, 144, 145, 146, 149, 153, 156, 158, 161, 166, 170, 171, 177, 178, 179, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201  
Discurso 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25, 29, 55, 77, 85, 89, 95, 96, 104, 105, 108, 117, 183, 197, 198, 199, 200, 201  
Ditadura 15, 18, 20, 21, 22, 23, 49, 50, 110, 111, 113, 115, 117, 120, 126, 129, 130, 133, 136, 140, 156, 181, 195, 196, 197, 201  
Ditadura Militar 15, 18, 20, 21, 22, 49, 50, 110, 111, 113, 117, 120, 126, 129, 130, 133, 136, 140, 156, 181, 196, 197, 201  
dominação 16, 31

## E

enunciador 11, 15, 19, 49, 50, 52, 58, 60, 61, 64, 65, 66, 70, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 94, 95, 101, 106, 143, 145, 146, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 179, 181, 188, 189, 193, 195  
estudos 10, 15, 23, 26, 29, 34, 35, 45, 55, 66, 71, 72, 74, 76, 82, 89, 90, 92, 95, 96, 198, 201  
ethos 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 44, 50, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 101, 108, 118, 120, 125, 131, 132, 134, 136, 137, 139, 140, 142, 143, 145, 146, 151, 152, 153, 160, 161, 162, 166, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201  
ethos discursivo 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 66, 72, 79, 82, 84, 118, 125, 136, 137, 142, 143, 151, 172, 195, 199

## F

filósofo 15, 66, 93  
formação 16, 19, 21, 26, 27, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 78, 79, 83, 85, 93, 94, 105, 108, 136, 137, 145, 146, 151, 153, 160, 174, 196  
funcionamento discursivo 15, 141

## I

ideais 15, 16, 21, 115, 132, 160, 180, 195  
imagem 15, 18, 19, 21, 44, 45, 47, 48, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 87, 108, 118, 120, 125, 127, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 143, 145, 146, 149, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 170, 171, 172, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 197  
imparcialidade 16, 106, 108, 127, 131, 133, 177, 186  
interlocutor 15, 47, 48, 63, 97, 146, 151, 153, 161, 169, 195

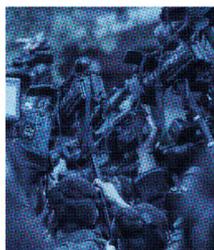
## J

jornal 15, 19, 20, 21, 22, 23, 39, 44, 45, 49, 50, 87, 97, 102, 103, 107, 118, 119, 120, 121, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 175, 176, 177, 178, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200  
Jornal 15, 128, 131  
Jornalismo 16, 23, 199

## L

linguagem 15, 18, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 42, 43, 45, 52, 56, 64, 65, 66, 91, 92, 95, 110, 179, 187, 194, 198  
Linguística 15, 23, 29, 33, 198, 200

## s u m á r i o



**M**

manipulação 16  
manipulação ideológica 16  
massa 15, 20, 102  
Materialista 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25  
matérias 15, 20, 21, 22, 50, 89, 94, 97, 100,  
103, 107, 120, 125, 126, 129, 137, 138,  
139, 140, 141, 145, 166, 167, 172, 193,  
194, 195, 196  
métodos 16, 66, 73  
mídia 16, 33, 79, 97, 112, 127, 144, 196  
mídia jornalística 16  
mito 16  
modelo teórico 16  
movimentos 16, 122

**N**

nacionalismo 15

**O**

Orientação 15, 18, 22, 23, 25  
Orientação Materialista 15, 18, 22, 23, 25

**P**

período 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 49,  
61, 102, 105, 110, 111, 112, 113, 121, 123,

124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132,  
137, 138, 140, 142, 145, 148, 150, 162,  
190, 194, 196  
perspectiva 15, 27, 32, 33, 35, 37, 39, 40,  
46, 86, 89, 104, 106, 116, 156, 159, 161,  
178, 189, 195  
posição ideológica 15, 19, 32, 41, 42, 61,  
78, 85, 86, 114, 127, 129, 144, 156, 174,  
193, 196  
processos 15, 37, 38, 86, 90, 104, 111, 193

**R**

releituras 15, 28, 32  
relevância 16, 29, 74, 173

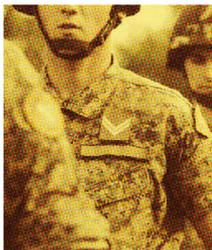
**S**

significação 15, 35, 50, 91, 101, 118, 120,  
132, 177

**V**

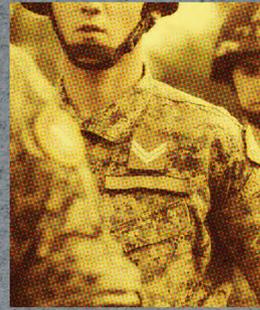
valores 15, 41, 43, 62, 69, 80, 86, 110, 115,  
116, 118, 119, 122, 156, 162, 173, 174,  
193, 195  
veículos de comunicação 15, 102

s u m á r i o



# UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO

## a construção da cenografia e do ethos em apoio ao regime militar



s momentos mais marcantes da história de nosso país, sem-se, sem dúvidas, os "anos de chumbo", período que, sem conhecido por conta de o país haver sido dominado pelas Forças Armadas, que não mediram esforços para obter o controle total da nação. Como nos diz Lotiús Althusser (1980), há nos dois tipos de mecanismos de poder utilizados pelos regimes autoritários, os repressivos e os ideológicos. Por isso, além de serem controlados pela força, os militares, juntamente com seus aliados, também a ideologia para se manter no poder. A ideologia se materializa de diversas formas, dentre elas, através da imprensa. Assim, podemos afirmar que, durante a Ditadura Militar em nosso país, o conflito não se limitou ao embate bélico entre os militares e os civis, mas também ao embate ideológico (dentro do discurso). Por conta disso, neste livro, intitulado "Uma Análise do Discurso Jornalístico: a construção da cenografia e do ethos em apoio ao Regime Militar", tomamos como suporte teórico a "Análise do Discurso" de Orientação Foucaultiana, que tem Michel Pêcheux como seu precursor. Ela é a língua enquanto materialidade discursiva e defende a atribuição de sentidos se dá através de uma relação de discursos intra e interdiscursivos. Tomamos ainda como base para nosso trabalho alguns postulados estabelecidos por Michel Pêcheux, principalmente suas abordagens sobre a cenografia e o ethos discursivo. Tais conceitos nos permitem analisar como são construídas tanto as cenas cenográficas quanto a imagem do sujeito discursivo. Para Michel Pêcheux, o texto escrito, mesmo aqueles que negam, possibilita a construção de um fator discursivo, de um ser possuidor de um determinado caráter e de um corpo, ou seja, todo texto constrói uma imagem de seu enunciador discursivo. É importante notar que não falamos aqui da imagem do ser real do autor do texto, mas, sim, do seu fator discursivo. Uma vez que os discursos poderão ser completamente diferentes um do outro, dependendo do conceito de ethos discursivo, poderemos analisar quaisquer textos, buscando perceber, através deles, a imagem que é atribuída ao seu fador, a partir do discurso. Portanto, a cenografia e o ethos discursivo estarão mais

Será justamente com base nesse crédito dado a ele que o coenunciador "institui" um ethos discursivo positivo, identificando-se com o seu discurso. Esse ethos será gerado a partir da apresentação

de um discurso jornalístico, logo a si mesmo a "responsabilidade" com a "verdade" e "justiça", contribuindo-se também a "dever" de denunciar as mazelas sociopolíticas e sempre defendendo os interesses da população. Contudo, curis ide

Sendo assim, neste trabalho, temos como principal objetivo analisar as discursividades em torno do Regime Militar em A Tarde, no mês de abril de 1964 e, a partir disso, perceber como se instauram a cenografia e o ethos discursivo. O trabalho escolhido, o primeiro mês da Ditadura Militar em Salvador, justifica-se por ser um momento de forte embate ideológico e formações ideológicas então vigentes; quando a ideologia do grupo que assumira o poder precisava ser difundida de forma eficiente. Os corpora, constituídos a partir de matérias publicadas em A Tarde, são justificados por esse ser o principal veículo de circulação em massa, no período, no Nordeste. Portanto, alcançar nosso principal objetivo, buscamos em nosso trabalho analisar algumas questões, tais como: 1 - A presença e a construção do ethos discursivo, a fim de compreender qual a imagem o jornal apresentava de si mesmo, a partir de seu discurso. Como o jornal A Tarde utilizou a cenografia em suas matérias durante a Ditadura Militar (no período avaliado); 2 - Quais os efeitos o jornal acabou validando, a partir da apresentação do ethos discursivo e da cenografia. Porém, antes de iniciarmos a pesquisa, constituímos como hipótese de trabalho o ethos discursivo e a cenografia do jornal A Tarde, do mês de abril de 1964, na cidade de Salvador, foram construídos de uma formação discursiva que favorecia os ideais do Regime Militar. Além disso, seu dizer contribuiu para a legitimação das ideologias hegemônicas, favorecendo e difundindo as práticas ideológicas/discursivas do Regime Militar; e que o jornal utilizou de cenografias validadas, o que colaborou para a construção de uma boa imagem de si diante do público leitor, identificava com uma formação ideológica e discursiva semelhante à do jornal. Para a realização do trabalho, tomamos como ponto de partida, a releitura e o fichamento dos principais textos que nortearam a pesquisa. A partir daí, procedemos à seleção dos jornais A Tarde, edições de abril de 1964, com o objetivo de rastrear as principais matérias relacionadas ao Regime Militar. Após essa etapa, selecionamos cinco artigos do mês de abril do jornal, referentes ao tema estudado, com prioridade aqueles que estavam mais destacados ou